

Giuseppe Freitas da Cunha Varaschin

**UMA ANÁLISE COGNITIVA DA CONJUNÇÃO  
PROPOSICIONAL: REVISANDO O PARADIGMA GRICEANO**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-graduação em Linguística da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Heronides M.  
M. Moura

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Varaschin, Giuseppe Freitas da Cunha  
Uma análise cognitiva da conjunção proposicional :  
revisando o paradigma griceano / Giuseppe Freitas da Cunha  
Varaschin ; orientador, Heronides Moura - Florianópolis,  
SC, 2017.  
195 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós  
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Conjunção. 3. Semântica Conceitual. 4.  
Pragmática. 5. Teoria da Relevância. I. Moura, Heronides.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Linguística. III. Título.

Giuseppe Freitas da Cunha Varaschin

**UMA ANÁLISE COGNITIVA DA CONJUNÇÃO  
PROPOSICIONAL: REVISANDO O PARADIGMA GRICEANO**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2017.

---

Prof. Dr. Marco Antonio Martins  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Goldnadel  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi  
Universidade Federal da Fronteira Sul

---

Prof. Dr. Cezar Augusto Mortari  
Universidade Federal de Santa Catarina



*Para a Rafa,  
com todo o amor.*



## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e à minha mãe. A ele, por ter me formado como pessoa em um nível que só começo a compreender depois de vinte e três anos de vida. Por ter me dado meu violão. A ela, por ter me revelado a cada dia que há certa virtude em ser autêntico e no isolamento que decorre disso. Por ter me mostrado as músicas que toco. Aos dois, pelo amor e pelo apoio incondicional que me dão.

Aos meus avós, por me acostumarem a conviver com muitos livros. Por fazerem parte da minha definição pessoal de sábados. Pelos melhores e mais alegres almoços da minha vida.

No âmbito familiar, também ao Yuri, por ter me influenciado tanto e tão cedo. Tentando imitá-lo, de início, pus-me neste caminho que trilho hoje.

À Rafa, por ser meu par permanente nas conjunções da vida diária. Por ser não somente a melhor interlocutora acadêmica que eu encontrei, mas também a melhor que eu poderia encontrar. Por portar um sorriso que me ensinou a ser mais do que um acadêmico. Por ter me deixado ser muito mais do que um estranho e tornar os sonhos prescindíveis quando a tenho por perto.

Ao André, pela amizade longa e pelas memórias compartilhadas. Por ter suportado as elucubrações de um pseudointelectual adolescente. Por ter feito isso com leveza, fazendo-me acreditar que eu sempre tinha algo de interessante a dizer. Sem essa autoconfiança exagerada – que espero já ter desertado –, eu não teria tido sequer a ousadia de imaginar que estaria aqui.

Ao Edison, por estar presente em horas difíceis desde o início da década passada. Por ter me acompanhado desde as batalhas virtuais de rap até os debates sobre a estrutura da realidade e a história do cálculo infinitesimal. Pelos conselhos providenciais e infalivelmente sábios. Pelo amor à ciência que compartilha comigo.

À Valéria, por ser uma colega inteligente e proporcionar um oásis de simpatia na frequente hostilidade dos arrabaldes acadêmicos. Por estar sempre presente e por ser tão confiável. Por ter me oferecido um providencial pedaço de bolo no ônibus. Pelas conversas sempre interessantes e agradáveis.

Ao Heronides, por ter me ensinado a pensar sobre a língua como um cientista, sem deixar de ser um pouco filósofo. Por ter me revelado, pela pedagogia do exemplo, a harmonia entre erudição e inovação, entre arte e engenho, entre devaneio e trabalho. Por ter ajudado a me definir

como pesquisador e por ter compreendido (e acolhido) as minhas excentricidades.

Ao Cezar, por ter sido um dos melhores professores que tive. Por ter me mostrado que a lógica não se opõe nem está em conflito com nada e por ter me convencido, contra minhas suposições pueris, de que eu não odeio matemática.

Ao professor Goldnadel, pelo diálogo importante na qualificação e na defesa. Pela leitura atenta do meu projeto e desta dissertação. Pela convicção (partilhada) de que a pragmática não deve ser um substituto preguiçoso ao rigor e à formalização.

À professora Morgana, pela leitura da dissertação, pela participação dedicada na banca e pelos comentários no seminário do NES, que me instigaram a perseguir alguns dos temas aqui explorados. Pela atenção aos milhões de detalhes que compõem um trabalho como este.

Aos professores Núbia, Luiz Henrique e Fábio, que, de maneiras completamente diferentes, fizeram-me perder o sono pensando sobre a língua, a mente e o mundo.

Ao CNPq, pelo fomento.



I've been asked to speak about "language and freedom".  
There's a lot to say about language. There's a lot to  
say about freedom. But I have almost nothing to say  
about "and".  
Noam Chomsky

All I had when I began "Of Human Bondage" was the  
conjunction "and".  
I knew a story with "and" in it could be delightful.  
Gradually, the rest took shape.  
Woody Allen



## RESUMO

Esta dissertação trata do problema de como chegamos às diversas interpretações da conjunção proposicional nas línguas naturais. Por “conjunção proposicional” entendo o emprego de um item lexical como o “e” entre constituintes que expressem semanticamente uma Situação, isto é, um Evento, um Estado ou um Processo. A conjunção proposicional é um tema clássico no estudo da linguagem, e, por isso, resolvi prefixar à minha proposta positiva uma série de críticas a um célebre *modo de abordar* essa questão, que foi instituído por Grice (1981, 1989). Esta dissertação pode, pois, ser compreendida como uma tentativa de superar as falhas da análise griceana, sublinhando, entretanto, suas qualidades e preservando sua ferramentaria básica. A tradição griceana percebeu corretamente que três elementos são essenciais em qualquer explicação para a variedade de leituras da conjunção: (1) heurísticas pragmático-cognitivas; (2) uma noção de inferência pragmática baseada nessas heurísticas e, por fim, (3) um conteúdo semântico mínimo, a ser inferencialmente desenvolvido de acordo com essas heurísticas. Entretanto, todas as provisões pessoais de Grice a respeito desses pontos são insatisfatórias, a saber: (1) a heurística em questão é uma máxima icônica de sequenciação; (2) a inferência em questão é uma implicatura e (3) o conteúdo semântico mínimo é uma função de verdade, tal qual definida na lógica proposicional clássica. Consequentemente, busquei, na última parte desta dissertação, esboçar uma solução melhor para cada um desses problemas. Resumo-a aqui: (1) a heurística em questão é o princípio comunicativo da relevância, tal qual definido em Sperber e Wilson (1995); (2) a inferência em questão é um tipo de *modulação*, ou, mais especificamente, de enriquecimento pragmático livre, tal qual definido por Recanati (2010) e, enfim, (3) o conteúdo semântico mínimo da conjunção – isto é, aquele que está associado ao “e” pelas regras lexicais da língua – é o que chamei de FUNDIR, uma função conceitual que captura a noção de *integração* entre eventualidades. Esses três eixos configuram um modelo híbrido que busca não apenas *refutar* as soluções de Grice, mas também superá-las, dando um tratamento devido a cada uma das faces do problema da interpretação da conjunção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conjunção; Semântica Conceitual; Pragmática; Teoria da Relevância; Lógica Proposicional.



## ABSTRACT

This dissertation deals with the problem of how we interpret propositional conjunctions in natural languages. By “propositional conjunction” I mean the use of a lexical item like “and” between constituents that semantically express a Situation, that is, an Event, a State or a Process. Propositional conjunction, so defined, is a classical topic in the study of language, and, therefore, I chose to prefix my own proposal with a series of criticisms on a famous *way of approaching* this issue, a way that was instituted by Grice (1981, 1989). This dissertation can, thus, be understood as an attempt to overcome the flaws inherent to Grice’s analysis, underlining, however, its qualities and preserving its basic toolkit. The gricean tradition correctly perceived that three elements were essential in any explanation for the variety of readings the conjunction receives: (1) cognitive-pragmatic heuristics; (2) a certain notion of pragmatic inference based on those heuristics and, at last, (3) a minimal semantic content, to be inferentially developed according those heuristics. However, Grice’s own personal provisions regarding these points are all unsatisfactory, namely: (1) the heuristic in question is an iconic sequencing maxim; (2) the inference in question is an implicature and (3) the minimal semantic content is a truth function, as defined in classical propositional logic. Consequently, I felt a better solution to each one of these issues was in order. My proposal says, in a nutshell, that: (1) the heuristic in question is the communicative principle of relevance, as defined in Sperber and Wilson (1995); (2) the inference in question is a kind of *modulation*, or, more specifically, of free pragmatic enrichment, as defined by Recanati (2010), and, at last, (3) the minimal semantic content of the conjunction – that is, the one associated with “and” through the lexical rules of the language – is what I called FUSE, a conceptual function that captures the notion of *integration* among eventualities. These three matters build up to a hybrid model that hopes not only to *refute* Grice’s own solutions, but also to *surpass* them, by offering an adequate treatment to each aspect regarding the problem of the interpretation of the conjunction.

**KEYWORDS:** Conjunction; Conceptual Semantics; Pragmatics; Relevance Theory; Propositional Logic.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA</b> .....	<b>23</b>
<b>2. A INSUFICIÊNCIA DA QUARTA SUBMÁXIMA DO MODO</b> .....	<b>35</b>
2.1 UM APELO AO CONHECIMENTO: A PROPOSTA DE LEVINSON (2000) .....	41
2.2 OS DILEMAS DO CONHECIMENTO .....	43
<b>3. A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NA PROPOSIÇÃO: OS ENRIQUECIMENTOS NÃO SÃO IMPLICATURAS</b> .....	<b>47</b>
3.1 A NATUREZA DO QUE É DITO .....	48
3.2 A SATURAÇÃO .....	51
3.3 OS ENRIQUECIMENTOS CONTEXTUAIS DA CONJUNÇÃO.....	54
3.3.1 O princípio da acessibilidade do que é dito .....	55
3.3.2 Um critério para definir a proposição .....	57
3.3.3 A composicionalidade enriquecida.....	61
3.4 UM ÚLTIMO RECURSO PARA SALVAR O MINIMALISMO.....	64
<b>4. A NECESSIDADE DE UM TRATAMENTO NÃO-VEROFUNCIONAL DA SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO</b> .....	<b>67</b>
4.1 OS ARGUMENTOS DE WIERZBICKA (1980) .....	71
4.2 UMA RESTRIÇÃO ASPECTUAL ÀS LEITURAS TEMPORAIS .....	73
4.3 BAR-LEV E PACLAS (1980) E A NOÇÃO DE “COMANDO SEMÂNTICO” .....	75
4.4 BJORKMAN(2013): UMA TENTATIVA DE SOLUÇÃO SINTÁTICA.....	77
4.5 ALGUNS ENGODOS EM TORNO DA SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO.....	83
<b>5. DA FUNÇÃO DE VERDADE À FUNÇÃO CONCEITUAL</b> .....	<b>87</b>
5.1 A ARQUITETURA EM PARALELO E A SEMÂNTICA CONCEITUAL .....	88
5.2 A SEMÂNTICA DE INTEGRAÇÃO DE ENTIDADES . 94	
5.3 A SEMÂNTICA CONCEITUAL DA CONJUNÇÃO.....	99

5.3 OS TIPOS DE EVENTUALIDADES .....	108
5.4 A RESTRIÇÕES ASPECTUAIS À INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO.....	116
5.5 A INTERFACE SINTAXE-SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO .....	120
<b>6. DA IMPLICATURA À MODULAÇÃO.....</b>	<b>127</b>
6.1 CONTRASTANDO ENRIQUECIMENTOS COM IMPLICATURAS.....	128
6.2 A MODULAÇÃO .....	132
6.3 UMA TIPOLOGIA CONCEITUALISTA DA MODULAÇÃO.....	135
6.4 A MODULAÇÃO DA CONJUNÇÃO.....	139
6.5 RESTRIÇÕES À MODULAÇÃO DA CONJUNÇÃO ..	143
6.6 COMO DOMAR A MODULAÇÃO? .....	148
<b>7. DA ICONICIDADE À RELEVÂNCIA .....</b>	<b>153</b>
7.1 A IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PROPOSICIONAL	154
7.2 UM EXEMPLO.....	162
7.3 A RELEVÂNCIA E O CONHECIMENTO ENCICLOPÉDICO NA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO .	164
7.4 A RELEVÂNCIA E A ICONICIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO .....	170
7.5 CASOS RESIDUAIS .....	176
7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	181
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO – AMOSTRA DE USOS DA CONJUNÇÃO PROPOSICIONAL.....</b>	<b>195</b>



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do problema de como chegamos às diversas interpretações da conjunção proposicional nas línguas naturais. Por “conjunção proposicional” entendo o emprego de um item lexical como o “e” entre constituintes que expressem semanticamente uma Situação, isto é, um Evento, um Estado ou um Processo<sup>1</sup> – o que, em geral, implica, sintaticamente, que tais constituintes sejam sentenças (que contenham pelo menos um verbo). Trabalharei, portanto, com uma delimitação primariamente semântica, e não sintática, do objeto. O fundamento dessa escolha ficará claro ao longo deste trabalho, mas a simples exposição a exemplos como (I) e (II) pode insinuar algumas de suas razões:

(I) [<sub>S</sub> [<sub>S</sub> O rei destruiu o império] e [<sub>S</sub> o povo se enfureceu]].

(II) [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> A destruição do império pelo rei] e [<sub>NP</sub> a fúria do povo]] preocupavam os líderes monarquistas.

O que esses exemplos ilustram é que podemos ter os mesmos tipos semânticos – no caso, os Eventos de *o rei destruir o império* e de *o povo se enfurecer* – sendo expressos por categorias sintáticas distintas, a saber: sentenças em (I) e NPs em (II). De algum modo, queremos uma análise que consiga acomodar o fato de que a sentença em (I) e o NP que ocupa a posição de sujeito em (II) podem receber a mesma interpretação e estar sujeitos aos mesmos processos semânticos e pragmáticos. Em ambos os casos, a união dos Eventos produz uma instância do que estou chamando de conjunção proposicional.

Como meu intuito é uma explicação cognitivamente razoável para as diversas faces desse fenômeno, reterei também, no horizonte das minhas preocupações, a perspectiva de uma unificação com os usos *não-proposicionais* da conjunção, como, por exemplo, a conjunção entre Objetos e Propriedades, tal qual vemos, respectivamente, em (III) e (IV):

(III) O copo e o prato caíram.

---

<sup>1</sup> Emprego letras maiúsculas para me referir a certos primitivos conceituais, noção que será teoricamente embasada no capítulo 5.

(IV) A professora era verborrágica e arrogante.

Seria ideal se minha análise se estendesse com certa naturalidade a esses casos (abrangendo, assim, a um espectro mais amplo dos usos de um item como o “e” na língua), dado que a perspectiva cognitiva me impõe o compromisso com regras e representações econômicas, que respeitem as limitações da memória humana e se prestem a uma aquisição rápida e espontânea. Quanto mais abrangentes e simples forem meus postulados, menos memória e esforço de aquisição eles demandariam da cognição. Essa extensão aos usos não-proposicionais não deve, entretanto, ser imposta como critério soberano na avaliação das minhas hipóteses relativas à conjunção proposicional – isso seria, no estágio atual do nosso entendimento, demasiado prematuro e, ademais, indevido, pois, como veremos, nenhuma outra teoria atual responde a tamanhas exigências. Darei, todavia, algumas indicações no capítulo 5 a respeito de como uma oportuna unificação da semântica do “e” pode ser operacionalizada.

A conjunção proposicional é um tema clássico no estudo da linguagem, e, por isso, resolvi prefixar à minha proposta positiva uma série de críticas a um célebre *modo de abordar* essa questão, que foi instituído por Grice (1981, 1989). Toda a minha proposta pode, pois, ser compreendida como uma maneira de superar as falhas da análise griceana, sublinhando, entretanto, suas qualidades e preservando sua ferramentaria básica.

Penso que a grande virtude de Grice foi ter percebido *os tipos de recursos teóricos* de que precisamos lançar mão para elaborar uma explicação para a variedade de interpretações que um item como a conjunção assume nas línguas naturais. Esses recursos são: (1) heurísticas pragmático-cognitivas; (2) uma noção de inferência pragmática baseada nessas heurísticas e, por fim, (3) um conteúdo semântico mínimo, a ser inferencialmente desenvolvido de acordo com essas heurísticas. Entretanto, todas as provisões pessoais de Grice a respeito desses pontos são, a meu ver, insatisfatórias. Todo o seu projeto está eivado pela presunção de que é necessário resguardar um núcleo lógico comum a todos os usos da conjunção e de que qualquer interpretação que adicional é uma mera implicatura decorrente de princípios icônicos que regem a sequenciação dos discursos.

Minha crítica mais fundamental é que não é razoável supor que a semântica da conjunção tenha qualquer relação com a semântica de um operador lógico clássico, e, portanto, que não há nada de especial que

mereça ser “preservado”, mediante recursos teóricos vários, no aparato verofuncional. Não se trata aqui de uma reprovação ingênua ao poder expressivo de sistemas formais no desenvolvimento de hipóteses explanatórias ou de uma exortação contra a possibilidade de usar metalinguagens explícitas na linguística. O problema não é com o formalismo, concebido de forma ampla, mas sim com as supostas correspondências entre *um sistema formal em particular* e a linguagem humana. Não há nenhuma predestinação inerente à lógica proposicional clássica que nos obrigue a assumir uma relação de equivalência entre seus conectivos e suas contrapartes naturais. O mesmo tipo de conclusão já é amplamente aceito para outros pontos onde, outrora, filósofos e linguistas acreditaram haver convergências surpreendentes. Poucos sustentam hoje, por exemplo, que os operadores modais das línguas naturais – codificados por verbos auxiliares como “poder” e “dever” – são semanticamente equivalentes aos operadores  $\diamond$  e  $\square$  definidos em um sistema de lógica modal alética, ou que os condicionais naturais são semanticamente idênticos à implicação material (cf. KRATZER, 2012). Não vejo por que não abandonar, com a mesma serenidade, a teimosa cumplicidade entre a nossa habitual conjunção “e” e o operador  $\wedge$ .

Além disso, convém rejeitar também a ideia griceana de que as elaborações contextuais da conjunção nas línguas naturais são implicaturas geradas por princípios meramente icônicos. Argumentarei nesta dissertação que as inferências que incorporam os enriquecimentos contextuais calculados a partir da conjunção afetam o próprio conteúdo proposicional e que a iconicidade, embora seja um fator relevante, está subsumida a uma heurística pautada pelo princípio relevância (cf. SPERBER; WILSON, 1995).

O grande objetivo da minha dissertação será, portanto, reunir as críticas mais contundentes que se fizeram a Grice (e àqueles que nele se inspiraram) a respeito desses pontos todos e respondê-las com alternativas cognitivamente mais viáveis. No primeiro capítulo formularei o problema e farei uma delimitação mais clara do objeto nos termos do paradigma griceano, no qual me insiro (ainda que como dissidente). Em seguida, nos capítulos 2-4, tratarei das críticas à Grice. Por fim, na parte que compreende os capítulos 5-7, desenvolverei as minhas próprias alternativas a respeito de cada um dos pontos criticados. Cada uma das minhas presumidas “soluções” aos problemas flagrados na abordagem griceana está em um estágio diferente de maturidade.

Algumas delas já são consagradas na literatura, e outras são contribuições pessoais minhas.

Como o tema aqui abordado enseja discussões empíricas e teóricas intermináveis, pareceu inevitável abordá-lo em um tom mais ensaístico, como uma espécie de síntese pessoal informada pelos dados – na medida em que minha imaginação conseguiu engendrará-los – e pela vasta literatura pertinente. Não acredito que o trabalho científico seja, mesmo em seus momentos mais triunfais, muito diferente disso, mas aqui soaria artificial e ousado demais revesti-lo de qualquer sugestão de anonimidade ou de completude. Cada capítulo se concentra em torno de um problema ou de uma solução vislumbrada e encerra sua mescla particular de exposição (e apropriação) de teorias alheias e de análise de dados. O andamento da discussão foge, portanto, ao habitual em trabalhos deste tipo. Não elaborei capítulos separados de fundamentação teórica ou de análise de dados. Aqui, não haverá um momento em que elaboração teórica não se rebaixe um pouco para encarar a crueza dos dados ou em que o exame dos dados não seja um pouco elevado (e, quiçá, enviesado) pela sua incorporação em um edifício teórico consolidado.

Exercito também aqui uma espécie de ecletismo teórico, pois insiro a solução de cada um dos problemas que aponto nas abordagens griceanas em uma teoria linguística distinta. Para o problema da semântica da conjunção, adoto a semântica conceitual desenvolvida por Jackendoff (1983, 1992, 2002), para o problema em torno da noção de inferência, adoto o contextualismo de Recanati (2004, 2010), e, por fim, para o problema dos princípios pragmáticos responsáveis pelas inferências, adoto a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995). Não acredito, entretanto, que esse ecletismo envolva qualquer tipo de incoerência.

Gostaria de fazer uma última advertência antes de começar minha exposição do tema. Estou, obviamente, aplicando, sem ressalvas, toda uma literatura desenvolvida a partir da análise do item “and” do inglês ao item “e” do português. Não faço isso por crer que um estudo entre línguas tipologicamente variadas seja irrelevante para o assunto de que trato.<sup>2</sup> Faço-o somente porque não percebi, em nenhum passo da minha

---

<sup>2</sup> É sabido que há línguas que não desfrutam de um meio explícito para codificar (exclusivamente) a conjunção. É o caso, por exemplo, da língua australiana Warlpiri, que apresenta apenas um coordenador genérico *manu*, que expressa tanto a noção semântica de conjunção quanto a de disjunção. É plausível que em casos como esses a dependência em fatores pragmáticos seja ainda mais forte do

inspeção, qualquer discrepância (mesmo que mínima) nas dimensões sintáticas, semânticas ou pragmáticas entre *o inglês e o português* no que tange à conjunção. Todas as observações e teorias dos autores que cito serão, portanto, reinterpretadas como se tivessem sido elaboradas ao português. Em igual medida, tenho confiança de que as minhas próprias observações também podem ser trasladadas, sem perder em adequação, a outras línguas que dispõem de um recurso morfossintático transparente para marcar a conjunção.

---

que em línguas como o português e inglês (cf. BOWLER, 2014). Uma outra análise teria que ser desenvolvida para dar conta disso.



## 1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Há uma reação teórica que emerge como a mais intuitiva e natural perante a percepção das diferenças entre os operadores da lógica proposicional e os seus análogos nas línguas naturais. Essa reação envolve uma explicação de viés semântico, que consiste em postular, para cada interpretação aparente que um conectivo de uma língua assume, uma entrada lexical distinta. É nesse espírito que alguns manuais tradicionais de lógica ressaltavam que o símbolo  $\vee$ , o operador disjuntivo, não seria equivalente às suas contrapartes naturais, como, por exemplo, o “ou”, pois estas últimas apresentariam uma ambiguidade entre um sentido “exclusivo” e outro “inclusivo” (cf. COPI, et al. (2014, p. 310) para uma instância dessa linha argumentativa). A ideia aqui é a de que, para explicar as diferentes contribuições que o item “ou” dá às interpretações de sentenças como (a) e (b), precisamos dizer que ele está, pelas regras semânticas da língua, associado a duas funções de verdade distintas, que são dadas, respectivamente, pelas tabelas (a') e (b'). A primeira corresponde à disjunção inclusiva, na qual as duas proposições podem ser concomitantemente verdadeiras, e a segunda à exclusiva, na qual a verdade das proposições atômicas acarreta a falsidade da proposição molecular.

(a) Se ela for muito inteligente ou estudar muito, ela passará na prova.

(b) Por favor me ligue ou me mande um e-mail.

(a')

P	Q	$P \vee Q$
V	V	V
F	V	V
V	F	V
F	F	F

(b')

P	Q	$P \underline{\vee} Q$
V	V	F
F	V	V
V	F	V
F	F	F

A alternativa semântica parece pressupor que toda diferença na compreensão de um mesmo item linguístico em ocasiões diferentes deve proceder de uma diferença de significado lexical, configurando assim um caso de ambiguidade. Isso corresponde, grosso modo, àquilo que Cappelen e Lepore (2005, p. 53) caracterizam como a “suposição errônea” de uma semântica ingênua: “uma teoria do conteúdo semântico só seria adequada se explicasse todas ou quase todas as intuições que os falantes têm acerca dos conteúdos dos atos de fala”. Grice (1989, p. 47-48) desenvolve um argumento similar, dizendo que “não devemos supor que o que um falante quer dizer ao usar uma palavra em certas ocasiões deva contar como um significado especial desta palavra”. Podemos compreender todas essas observações, em última instância, como respostas críticas ao *slogan* wittgensteiniano de que “o significado é o uso” (cf. ATLAS, 2005). Não é teoricamente conveniente (nem cognitivamente plausível) explicar cada *uso* distinto de uma expressão linguística (talvez nem mesmo alguns de seus usos mais regulares) com a atribuição de um significado diferente. Deve haver, portanto, um outro modo de explicar a maneira como entendemos de formas diversas as mesmas palavras em contextos diferentes.

O nascimento da pragmática moderna foi, em larga medida, motivado pela visão de uma segunda alternativa. Grice (1989) notou alguns problemas fundamentais com essa abordagem semântica das diferentes leituras dos conectivos e propôs, como resposta, a inauguração de uma nova disciplina que estudasse o modo como inferimos, de um ato de fala, informações que não foram estritamente *ditas*. Surge aí o estudo das implicaturas conversacionais, e, para o caso dos conectivos em particular, das implicaturas conversacionais



generalizadas.<sup>3</sup> O que os seus estudos mostram é que alguns aspectos interpretativos de certas expressões (mesmo alguns regularmente atrelados ao uso delas) podem não ser estritamente *codificados*, no sentido semântico, por elas. O modo como chegamos a tais interpretações pode envolver inferências baseadas em princípios cognitivos mais gerais, vinculados à racionalidade humana e às relações de interação de um modo geral (as chamadas *máximas conversacionais*). Algumas dessas inferências podem ser mais comuns, chegando a ter um caráter *default*, como é o caso das implicaturas generalizadas, e outras podem ser mais *ad hoc*, surgindo para suprir necessidades específicas de um contexto particular, como ocorre com as implicaturas particularizadas (cf. LEVINSON, 2000). Tem-se aí, então, uma possibilidade de resposta pragmática ao desafio implicado na variedade de interpretações dos conectivos.

Um primeiro impasse, de caráter metodológico, com a proposta semântica diz respeito à proliferação desnecessária de significados. A fim de frear esse impulso pluralista, Grice (1989, p. 47) formula o princípio da *Navalha de Ockham Modificada*, que orienta a *não multiplicar os significados a menos que isso seja estritamente necessário*. Trata-se de uma reformulação, direcionada ao estudo do significado, do antigo princípio da economia ontológica. É claro que, como todo princípio normativo em ciência, seu emprego para arbitrar a escolha entre teorias não tem exatamente um caráter dedutivo e rigoroso. O próprio princípio é enunciado de uma forma vaga, justamente para poder ser aplicado a várias teorias distintas, e não simplesmente a hipóteses formuladas no arcabouço de uma mesma teoria. Tudo dependerá, no fim das contas, de como as teorias caracterizarão a “multiplicação de significados” e do que elas terão como “necessário” para a semântica. Ainda assim, o uso metateórico do

---

<sup>3</sup> Levinson (1983) estabelece uma distinção entre as implicaturas generalizadas e o que ele chama de *implicaturas padronizadas*, das quais as generalizadas seriam apenas um subconjunto. As implicaturas padronizadas são “implicaturas conversacionais engendradas através da obediência às máximas” (HUANG, 2007, p. 27), e as implicaturas generalizadas são implicaturas padronizadas que surgem “independentemente de condições peculiares do contexto” (LEVINSON, 1983, p. 104). Levinson argumenta, ademais, que são essas implicaturas as mais interessantes para o linguista, pois, pelo fato de estarem presentes, associadas à certas construções, em quase todos os contextos, elas “podem ser facilmente confundidas com os aspectos permanentes da semântica das expressões envolvidas” (p. 108).

princípio pode render, na prática, bons frutos, pois, se nos restringirmos a teorias semânticas suficientemente semelhantes, não haverá disputas terminológicas insuperáveis a respeito do que contaria como uma “multiplicação de significados” ou como uma “necessidade para a semântica”.<sup>4</sup>

Diante de tais constatações, um estudo pormenorizado da conjunção nas línguas naturais começa a figurar como uma empreitada particularmente profícua para uma abordagem pragmática e cognitiva. A multiplicação dos sentidos, modesta ainda no caso da disjunção, teria de ser realmente assombrosa para um conectivo como o “e”. Uma ínfima amostra extraída, em maior parte, do corpus NILC/São Carlos é suficiente para mostrar isso<sup>5</sup>:

(1) O painel de plástico é simples e os bancos são forrados em tecido.

(2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.

(3) Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio.

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

(6) Carvalinho é fã declarado e recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

(7) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, e sermos governados de forma própria do autoritarismo.

(8) Ontem o grupo de Jorge Luiz convidou os jornalistas para entrar na favela e verificar os locais onde houve a troca de tiros.

(9) 3 anos atrás eu estive em Paris e visitei a Torre Eiffel.

(10) Sorria e o mundo sorri com você.

---

<sup>4</sup> Essas são precauções necessárias para o meu trabalho, haja vista que estarei contrastando as proposições de autores que aderem a semânticas verocondicionais com a minha proposta, que estará calcada na semântica conceitual desenvolvida por Jackendoff (1983; 1992). Como a abordagem conceitualista é, assim como a referencialista, passível de uma formalização em termos de uma semântica de modelos (cf. ZWARTS; VERKUYL, 1994), acredito que não haja, nesse nível de análise, grandes incompatibilidades.

<sup>5</sup> Esses exemplos serão continuamente retomados e modificados ao longo do trabalho. Para facilitar a consulta, eu os reúno novamente no Apêndice desta dissertação.

Esses casos sugeririam, em uma perspectiva puramente semântica, ambiguidades que vão muito além daquela atribuição de dois sentidos – um meramente verofuncional e simétrico como em (1)<sup>6</sup>, e outro de sequência temporal, assimétrico, como em (2) – que o próprio Grice (1989) imputara (talvez erroneamente (cf. RECANATI, 1994)) à concepção de Strawson (2011).<sup>7</sup> Se assumíssemos como exigência para nossa teoria semântica a assimilação de todas as intuições dos falantes acerca das diversas relações expressáveis pela conjunção, teríamos que admitir, além desses dois sentidos, um sentido temporal distante, como em (3) – em oposição ao exemplo (2), no qual compreendemos que a sucessão entre os eventos é mais rápida –, um sentido causal instantâneo e de condição suficiente como em (4), um sentido causal, mas não de condição suficiente, como em (5), um sentido causal não-temporal, como em (6), um sentido contrastivo, como em (7), um sentido temporal

---

<sup>6</sup> Quando falo de um sentido “verofuncional”, reporto-me à noção de *função de verdade*, tomada da lógica proposicional clássica (cf. MORTARI, 2001). Uma função de verdade é um tipo particular de função booleana, que mapeia valores de verdade em valores de verdade. A função de verdade  $\wedge$ , que é o correspondente putativo da conjunção nas línguas naturais, é uma função binária (i.e., com dois argumentos) que recebe o valor V (Verdadeiro) se e somente se os valores das proposições que ela une receberem também o valor V. Em todas as outras valorações ela receberá o valor F (Falso). Aqueles que sustentam que a conjunção nas línguas naturais atua como uma função de verdade estão alegando, portanto, que ela tem sua verdade composicionalmente determinada pela verdade das proposições que ela coordena. Este ponto está também associado ao caráter presumivelmente simétrico da conjunção. Na lógica proposicional clássica, o operador  $\wedge$  estabelece uma relação comutativa entre elementos, isto é, para quaisquer proposições P e Q,  $P \wedge Q$  será sempre tautologicamente equivalente à  $Q \wedge P$ . Se a conjunção natural for equivalente ao operador  $\wedge$ , isso significa que a verdade de uma conjunção independe da ordem dos elementos que ela une. Qualquer ordenação presumida deve ser, portanto, delegada a um outro processo interpretativo (à pragmática).

<sup>7</sup> Grice vê em Strawson (2011) uma defesa da abordagem semântica, devido ao fato de ele afirmar que a conjunção natural contribui com diversas condições de verdade diferentes, a depender do enunciado em que ela está inserida. Entretanto, tal caracterização parece decorrer mais de uma limitação que veremos ser inerente à própria concepção griceana – que não concebe a possibilidade de uma abordagem pragmática *contextualista* – do que do próprio texto de Strawson. Segundo Recanati (1994), Grice pressupõe – erroneamente – que todo caso de variação das condições de verdade é um caso de variação do significado. Discorrerei sobre esse ponto mais adiante.

de finalidade (equivalente à expressão “a fim de”), como em (8), um sentido de continência espacial e temporal, como em (9), e, por fim, um sentido de condicional, como em (10).

Alguns autores que vislumbram uma solução semântica para o problema da variedade de interpretações da conjunção não se mostram abalados por essa ameaça. Cohen (1971) alega que sua versão da alternativa semântica, por não postular várias entradas lexicais distintas, mas apenas um conjunto de “traços” associados a um mesmo item lexical, não viola o princípio de economia recomendado por Grice. No entanto podemos concordar com Carston (2002b) quando ela afirma que essa estratégia de se “esquivar” da navalha Ockham é falaciosa, pois tal princípio poderia ser reformulado, sem nenhuma deturpação, em termos de uma restrição contra a proliferação de traços semânticos também. Na verdade, nem sequer fica claro como poderíamos, ao menos no estágio atual do nosso conhecimento, distinguir *empiricamente* uma teoria que atribua um conjunto de traços associados a um mesmo item de uma que atribua o mesmo conjunto de traços a vários itens distintos com uma forma fonológica idêntica (cf. CHOMSKY, 1972). É possível que a alternativa de Cohen (1971) seja, assim, apenas uma variação terminológica da alternativa semântica criticada por Grice.

Entretanto, o mais preocupante para as tentativas de solução semântica é a constatação de que mesmo a nossa lista de supostas ambiguidades poderia ser inesgotavelmente ampliada, de modo que passamos a duvidar se uma língua assim é passível de ser adquirida por um ser com uma mente limitada como a nossa. Nas palavras de Carston (2002b, p. 224), “quanto mais exemplos nós analisamos, mais nós descobrimos variações refinadas entre as conexões.” Posner (1980, p. 188) levanta questão semelhante: “como poderia um usuário da língua lidar com uma palavra com um número infinito de significados?”. Uma entrada lexical com um número indefinido de traços (ou um número indefinido de entradas lexicais para uma mesma forma fonológica) parece ser uma noção um pouco esdrúxula e psicologicamente implausível. Ademais, como argumenta Recanati (2004), partindo de um caso semelhante, parece que não temos aqui uma lista pré-estabelecida de sentidos discretos para a palavra, dentre os quais selecionamos, no contexto, aquele que é mais adequado – que é o que geralmente ocorre com expressões ambíguas –, e sim uma *criação* ou *geração* livre de sentidos ajustados à situação.

Em vez de sobrecarregarmos o componente lexical da nossa gramática (que supomos dever estar armazenado na memória), é

desejável tentar explicar as interpretações divergentes da conjunção com um outro mecanismo, um mecanismo de natureza pragmática independentemente motivado, que gere, no contexto, as leituras apropriadas. Posner (1980) nota que mesmo as alternativas semânticas que postulam ambiguidades precisam apelar a algum princípio desse tipo para explicar como o falante sabe *qual* sentido lexicalizado da conjunção está sendo empregado em qual contexto. Isto é, mesmo elas precisam da pragmática para *desambiguar* o item supostamente ambíguo, seja selecionando qual entrada lexical do “e” está sendo recrutada, ou então determinando quais traços associados à entrada lexical única entram na composição semântica da sentença.

Além desse apelo para tornar a teoria mais econômica, há razões adicionais para rejeitar a alternativa semântica. Outra, que também foi apontada por Grice (1989) como uma das principais características das inferências pragmáticas, advém do fato de que as relações extralógicas<sup>8</sup> supostas entre as proposições unidas pelo “e” podem ser canceladas, tanto contextualmente, quanto explicitamente, sem gerar contradição, como nos seguintes exemplos:

(2') A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira, mas não sei se isso aconteceu nessa ordem.

(4') Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro dez anos depois.

(11) Se o rei teve um infarto e a república foi declarada e o segundo evento causou o primeiro, então Tom ficará contente.<sup>9</sup>

Se a ideia de sequência temporal (a leitura do “e” como “e depois”), por exemplo, fosse parte do significado da conjunção em (2), (2') deveria soar como algo tão anômalo quanto se tivéssemos:

---

<sup>8</sup> Por “extralógico” aqui, e ao longo deste trabalho, entendo apenas aquilo que é inexprimível com o aparato limitado da lógica proposicional clássica. Não desejo sustentar que seja impossível formalizar esses sentidos e relações em outros sistemas lógicos (como lógicas modais ou temporais, por exemplo). Aliás, sou simpático a essa empreitada, que pode se revelar útil na explicitação das propriedades semânticas específicas desses sentidos não-verofuncionais. A mesma ressalva deve ser feita em relação ao meu uso ocasional do termo “lógico”, que também está sendo empregado em um sentido restrito, referindo-se apenas à lógica proposicional.

<sup>9</sup> Este exemplo é discutido por Gazdar (1979, 69-71) em um contexto um pouco diferente.

? (2'') A água foi colocada no jarro e depois o jarro foi levado à geladeira, mas não sei se isso aconteceu nessa ordem.

Esse enunciado se afigura como anômalo pois é estranho pensar que um falante cooperativo enuncia explicitamente uma determinada ordenação de eventos e, em seguida, alega não saber se essa é a ordenação correta. Se o falante não tem condições epistêmicas de assegurar uma determinada ordenação, ele deve simplesmente omitir essa informação do seu enunciado.

Já um caso como (11) não seria apenas estranho, mas seria, de fato, uma autocontradição semântica, pois a informação de sequencialidade dada pela semântica do “e” entraria em conflito com a inversão da ordem temporal explicitamente enunciada na sentença.<sup>10</sup>

Um terceiro motivo para supor que a compreensão de tais relações entre as proposições não é devida a um significado da conjunção “e” pode ser derivado do critério da inseparabilidade das implicaturas, igualmente proposto por Grice (1989, p. 43). Muitas das relações que ocorrem na presença da conjunção “e” podem surgir em instâncias de mera concatenação paratática (cf. POSNER, 1980; CARSTON, 1991):

(3') Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia. Ela se formou no Rio.

(4') Guilherme foi atingido no pescoço. Ele morreu sentado no banco de seu carro.

(5') Ele me ofendeu. Eu acabei dando o troco.

(9') 3 anos atrás eu estive em Paris. Visitei a Torre Eiffel.

---

<sup>10</sup> Esse problema afeta até mesmo algumas alternativas semânticas mais sofisticadas, como aquela endossada por Bar-Lev e Paclas (1980), que comentarei em detalhes no capítulo 4. Segundo os autores, a semântica lexical do “e” é mais rica do que a do operador  $\wedge$  pois inclui um elemento que eles chamam de *comando semântico* que impõe a restrição de que a segunda proposição não deva ser (causalmente ou cronologicamente) anterior à primeira. Contudo, segundo Carston (2002b), essa restrição semântica é, concomitantemente, muito forte (pois prevê como autocontradições sentenças perfeitamente coerentes como aquelas em (2'') e (11)) e muito fraca (pois não exclui a possibilidade de outros usos da conjunção que, de fato, não são possíveis).

Ou seja, as diversas espécies de leituras causais e temporais não parecem surgir por conta da presença de uma expressão em particular, pois, especialmente nesses casos, não há nenhuma expressão ali para ser decodificada.

Essas e outras razões levaram Grice (1989) e seus discípulos (SCHMERLING, 1975; POSNER, 1980; LEVINSON, 1983) a aventar uma teoria que preserva a univocidade verofuncional da conjunção na semântica e que delega os acréscimos contextuais específicos ao nível das implicaturas. As diversas leituras da conjunção “e” seriam inferências pós-proposicionais que tomam como *input* o significado literal da expressão (que é meramente lógico em todos os casos) e a suposição de que o falante está agindo de acordo com o Princípio da Cooperação e as Máximas Conversacionais – aqui, em especial quarta submáxima do Modo (“seja ordenado”). Nas palavras de Levinson:

Podemos ver agora como o semanticista [...] não precisa reivindicar que há duas palavras ‘e’ em português, uma significando simplesmente que ambas as sentenças da conjunção são verdadeiras, e a outra tendo o mesmo significado somado a uma noção de sequencialidade. Pois a sequencialidade, o sentido de ‘e então’, do ‘e’[...] é simplesmente uma implicatura padronizada devida à quarta submáxima do Modo, que proporciona um revestimento pragmático sobre o conteúdo semântico do ‘e’ sempre que as descrições de dois eventos que possam estar ordenados sequencialmente forem postas em conjunção. (LEVINSON, 1983, p. 108)

Se mesmo a alternativa semântica demanda, como vimos, princípios pragmáticos (além das múltiplas – talvez infinitas – entradas ou traços lexicais associados à conjunção), uma alternativa pragmática que requeira apenas um significado unívoco e genérico para a conjunção, além dos mesmos princípios pragmáticos exigidos pela abordagem semântica, é incontestavelmente, uma explicação mais simples. Trata-se de uma explicação que presume um número consideravelmente menor de recursos teóricos. Exige-se apenas: (1) heurísticas cognitivas (no caso de Grice (1981), a quarta submáxima do

Modo)<sup>11</sup>, (2) a noção de inferência pragmática (que, para Grice (1989), parece ser coextensiva à noção de “implicatura”) e (3) um sentido mínimo para a conjunção (no caso de Grice (1981), lógico e verofuncional). Todos esses elementos também devem estar presentes, de algum modo, em qualquer teoria semântica, de modo que a estipulação adicional de um conjunto imenso de entradas lexicais ou de traços semânticos associados ao “e” é patentemente ociosa.

Contudo, os recursos teóricos em que se assenta a celebrada solução griceana também não estão totalmente imunes a problemas. Na minha dissertação, sem deixar de anuir à rejeição das abordagens semânticas tradicionais como a de Cohen (1971), vou sustentar que há deficiências graves com os três elementos envolvidos na explicação griceana de como chegamos à diversidade de interpretações da conjunção. É verdade que toda teoria que se preste a explicar o fenômeno deve postular heurísticas cognitivas, uma noção de inferência pragmática (baseada nas heurísticas cognitivas) e (ao menos) um sentido mínimo da conjunção, mas as propostas específicas de Grice para cada um desses três pontos estão, a meu ver, equivocadas. É necessário substituí-las por outras, se quisermos alcançar uma análise cognitivamente razoável da conjunção. Minha crítica envolverá, em suma, as seguintes teses: (1) a máxima icônica do Modo é uma heurística cognitiva insuficiente para explicar como derivamos a variedade imensa de interpretações para um item como o “e”; (2) o nível de representação com que contribuem as informações pragmaticamente derivadas a partir da conjunção (como as diversas nuances temporais e causais) provavelmente não é uma *implicatura* (segundo o próprio entendimento griceano desse termo); e, por fim, (3) a semântica da conjunção nas línguas naturais não é equivalente à de uma função de verdade. Vou expor essas críticas nessa sequência nos três próximos capítulos desta dissertação, e, no fim, esboçarei algumas propostas positivas específicas a respeito de como lidar com elas e ensaiar, assim, uma *revisão* (e não meramente uma *negação* ou uma *desconstrução*) do paradigma griceano.

Antes de começar, vale destacar que a centralidade aqui concedida a Grice não decorre de uma implicância pessoal com o autor.

---

<sup>11</sup> Não está perfeitamente claro que Grice (1989) tenha concedido um estatuto cognitivo às suas máximas (cf. HUANG, 2007; CARSTON, 2002a). Todavia, vou tratá-las aqui desse modo, pois é no âmbito cognitivo que boa parte dos estudos pragmáticos inspirados em Grice foram conduzidos (cf. SPERBER; WILSON, 1995; LEVINSON, 2000).



É porque seus três principais erros são recorrentes e sinalizam justamente os defeitos das abordagens posteriores que os tomo como eixos norteadores dos meus argumentos e propostas. Não é o caso, tampouco, que minhas críticas aos três pontos supracitados sejam inéditas. Todos eles já foram, de um modo ou de outro, antecipadas por alguma vertente de estudos da conjunção. O problema é que mesmo essas vertentes que pontualmente criticam Grice acabam aderindo, amiúde irrefletidamente, a alguns de seus pressupostos. A meu ver, muitas das dificuldades em que os estudos da conjunção incorrem são, precisamente, efeitos do que lhes resta de herança griceana. Tal herança será escrutinada no que se segue.



## 2. A INSUFICIÊNCIA DA QUARTA SUBMÁXIMA DO MODO

Grice (1981) alega poder preservar a verofuncionalidade estrita da conjunção nas línguas naturais apelando à noção de implicatura conversacional generalizada. Sua ideia é que os elementos extralógicos associados aos usos da conjunção em exemplos como (2)-(10) não fazem parte do significado codificado do item lexical “e”, mas são inferências contextuais canceláveis (i.e., implicaturas) que tomam como base o significado literal. No entanto, para atribuímos o estatuto de implicatura a uma dada informação inferida do discurso, precisamos mostrar como ela poderia ter sido *calculada* com base em princípios conversacionais. No caso da teoria própria de Grice, seria necessário mostrar como a suposta implicatura poderia ter sido inferida (em uma espécie de dedução hipotética) a partir do que foi explicitamente dito, do contexto e da suposição de que o falante está sendo cooperativo e seguindo as máximas conversacionais:

A presença de uma implicatura conversacional deve ser capaz de ser calculada; pois mesmo que ela possa, de fato, ser apreendida intuitivamente, a menos que essa intuição seja substituível por um argumento, a implicatura (se é que se trata de uma implicatura mesmo) não contará como uma implicatura conversacional. (GRICE, 1989, p. 31)

Isso implica que, para sustentar a hipótese de que as informações extralógicas interpretadas a partir da conjunção são implicaturas, Grice tem de dizer de que máxima elas decorrem. Sua única observação a esse respeito surge, em Grice (1981), de uma resposta às observações de Strawson (2011) acerca dos usos temporais da conjunção. Nesse artigo ele defende que as informações extralógicas da conjunção advêm da *quarta submáxima do Modo*, que orienta os falantes a “serem ordenados”. Retomemos sua caracterização da máxima do Modo:

Finalmente, sob a categoria do Modo, que entendo como relacionado não a *o que é dito* mas a *como* o que é dito deve ser dito, incluo a supermáxima – “Seja claro” – e várias máximas, tais como:

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidades.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado. (GRICE, 1989, p. 27)

Na sua aplicação específica aos usos temporais da conjunção, a quarta submáxima sugere que “a maneira mais ordenada de narrar eventos é narrar de acordo com a ordem em que os eventos aconteceram.” (GRICE, 1981, p. 186) Temos aí um princípio de natureza icônica, pois ele afirma um isomorfismo entre formas linguísticas e sua interpretação. Um interlocutor que ouve uma sequência de fatos narrados estaria autorizado, em virtude dessa suposição icônica, a inferir que os fatos *aconteceram* na mesma sequência em que eles são *enunciados* no discurso (a menos que haja alguma razão específica para acreditar no contrário).

Essa presumida exclusividade da quarta submáxima do Modo como princípio gerador das implicaturas em questão é o primeiro (e menos grave) defeito da análise griceana da conjunção que eu gostaria de criticar neste trabalho. Está claro que um simples imperativo para que o falante “seja ordenado” e narre os eventos na sequência em que eles aconteceram não é suficiente para explicar boa parte das informações que extraímos dos exemplos (1)-(10). Primeiramente, porque essa máxima só se aplica aos usos da conjunção em contextos narrativos, isto é, naqueles em que há *alguma* relação temporal implicada entre as situações. Esse não é o caso de (6) e (7), por exemplo:

(6) Carvalhinho é fã declarado e recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

(7) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, e sermos governados de forma própria do autoritarismo.

Nenhum desses exemplos é interpretado como uma conjunção verofuncional e simétrica, mas nenhum deles, tampouco, envolve qualquer relação temporal entre as proposições. Isso significa que nem todos os usos extralógicos da conjunção são necessariamente *narrativos*.

Logo, nem todos os usos extralógicos podem ser explicados por uma máxima que só é capaz de gerar relações narrativas de um certo tipo.

O segundo problema com a ideia griceana é que, como argumentam Sperber e Wilson (2012), mesmo em contextos narrativos, qualquer princípio que apele exclusivamente à iconicidade – como a máxima do Modo de Grice, a submáxima do tempo formulada por Harnish (1991) e o princípio de interpretação de discursos temporais defendido por Dowty (1986) – não dá respostas satisfatórias a dois dos principais desafios levantados pelos exemplos (1)-(10): o problema do intervalo e o problema da causalidade.

A quarta submáxima do Modo aplicada aos usos da conjunção “e” em construções narrativas só dá conta de explicar como extraímos a noção de sequencialidade bruta de um exemplo como (2), mas não nos propicia nenhum esclarecimento acerca de como compreendemos que os dois eventos descritos em (3) não estão separados pelo mesmo intervalo temporal que atribuímos àqueles em (4) – a máxima de Grice não bloquearia, por si só, a interpretação de (4) como “Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco do carro cinco anos depois” – e, também não explica como, em (5) por exemplo, sobrepomos à representação sequencial uma representação causal (o falante deu “o troco” *porque* alguém o ofendeu, e não só *depois* de alguém o ter ofendido):

(2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.

(3) Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio.

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

Ou seja, a máxima propicia apenas explicar como enriquecemos o sentido lógico com uma noção de sucessão temporal bruta (mais ou menos equivalente ao conectivo temporal  $\wedge$  discutido por Humberstone (2011))<sup>12</sup>, sem qualquer especificação do intervalo temporal específico

---

<sup>12</sup> Não cabe entrar aqui nas minúcias de sua discussão sobre as várias formas de modelar a semântica do “e depois” em sistemas de lógica do tempo. A intuição básica que a semântica de um operador como  $\wedge$  tenciona formalizar é a de que para quaisquer proposições P e Q e qualquer instante  $t$ ,  $P \wedge Q$  seria verdadeira se e somente se P fosse verdadeira em  $t$  e Q fosse verdadeira em qualquer

que separa as cenas ou de quaisquer outras conexões supostas entre elas (como as conexões causais presentes em (4) e (5)).

Dowty (1986), que é um dos adeptos de máximas icônicas como a de Grice para explicar como elaboramos a sequenciação temporal de um discurso, reconhece textualmente essas limitações. Na formalização do seu princípio para a interpretação dos discursos temporais, o autor especifica que, em qualquer sequência de sentenças  $S_1, S_2, \dots, S_n$ , tempo de referência para cada sentença  $S_i$  deve ser “um tempo imediatamente posterior ao tempo da sentença anterior  $S_{i-1}$ ” (DOWTY, 1986, p. 45). Ele, todavia, confessa que

a expressão ‘imediatamente posterior’ [...] é obviamente vaga, e o é deliberadamente. A razão é que a proximidade do tempo de referência entre  $S_i$  e  $S_{i-1}$  em qualquer ponto do discurso só é determinada pela compreensão que o ouvinte tem da natureza dos eventos sendo descritos na narrativa, o grau geral de detalhe com que os eventos estão sendo descritos e o conhecimento compartilhado a respeito da relação temporal usual entre eles. (DOWTY, 1986, p. 47)

Retomarei essa sugestão de que os princípios de sequenciação podem ser complementados com outros princípios (em especial, com princípios que recorram ao conhecimento enciclopédico) logo abaixo.

Uma segunda dificuldade que acomete quaisquer modelos que recorram exclusivamente a *princípios de sequenciação* ou de *iconicidade* para explicar as interpretações da conjunção é que, mesmo nos restringindo aos casos temporais, existem usos que não parecem ser adequadamente parafraseados com a expressão “e depois”. Nas palavras de Schmerling (1975, p. 215), “devemos também notar que a suposição geral de que os casos de conjunção assimétrica que envolvem sequência temporal podem ser parafraseados com *e depois* no lugar do *e* [...] é falsa.” São exemplos disso (8) e (9), que repito abaixo, e (12), (13) e (14), que aparecem em Schmerling (1975):

---

instante posterior a *t*. O importante é perceber que essa noção de sequenciação bruta, que é a única coisa que a quarta submáxima do Modo nos dá, não basta para explicar a riqueza de interpretações temporais (e causais) que a conjunção “e” recebe.

(8) Ontem o grupo de Jorge Luiz convidou os jornalistas para entrar na favela e verificar os locais onde houve a troca de tiros. (≠ Ontem o grupo de Jorge Luiz convidou os jornalistas para entrar na favela e depois verificar os locais onde houve a troca de tiros.)

(9) 3 anos atrás eu estive em Paris e visitei a Torre Eiffel. (≠ 3 anos atrás eu estive em Paris e depois visitei a Torre Eiffel.)

(12) Investigamos todos os casos e descobrimos que o problema era mais complexo do que pensávamos. (≠ Investigamos todos os casos e depois descobrimos que o problema era mais complexo do que pensávamos.)

(13) As luzes se apagaram e eu não conseguia ver nada. (≠ As luzes se apagaram e depois eu não conseguia ver nada.)

(14) Eu suspeitava que a solução seria complexa, e eu estava certa. (≠ ? Eu suspeitava que a solução seria complexa, e depois eu estava certa.)

O que a adição do “depois” a esses casos proporciona é substituição de uma relação factual mais refinada pela relação temporal de sequenciação bruta, que é a única coisa que os princípios icônicos de ordenação temporal como os de Grice (1981) e Dowty (1986) têm condições de prover. Está claro, no entanto, que as relações temporais que nós interpretamos aí são muito mais complexas do que a simples sucessão. Esses casos configuram, pois, mais indícios da insuficiência empírica dos princípios de sequenciação.

Outra dificuldade ainda, que parece afetar não apenas a solução putativa de Grice mas *qualquer* abordagem pragmática da conjunção, é que há certos empregos da concatenação paratática – os quais, supostamente, deveriam ser regidos pela mesma máxima do Modo – que não são possíveis com o “e” (embora o inverso não seja verdadeiro, isto é, a coordenação de frases meramente justapostas parece ser *mais expressiva* do que a conjunção). O seguinte exemplo é sugerido por Clark (*apud* Gazdar (1979, p. 44)):

- (15) a. João quebrou a perna. Ele tropeçou e caiu.  
b. João quebrou a perna e ele tropeçou e caiu.

De acordo com as previsões da máxima do Modo (e do princípio de interpretação dos discursos temporais de Dowty (1986)), (15a) e (15b) deveriam ter exatamente a mesma leitura, a saber, uma leitura em que o primeiro evento relatado é anterior ao segundo. Ocorre porém que,

em (15a), a informação contida na segunda sentença é entendida como uma *explicação* que cita a causa do evento relatado pela primeira sentença (cf. Carston (2002b)). Há, então, algo na coordenação sindética com o “e” que bloqueia essa leitura explicativa presente em (15a). Independentemente de qual seja a origem dessa restrição – semântica (como sugerem Bar-Lev e Paclas (1980)) ou pragmático-cognitiva (como sugerem Carston (2002b) e Carston e Blakemore (1999, 2005)) –, observa-se que a ordem temporal atribuída às proposições em (15a) é exatamente oposta à de (15b) – fenômeno que a alternativa de Grice não tem como explicar.

A quarta submáxima do Modo é, portanto, um princípio muito pobre com um poder explicativo fraco para poder elucidar a imensa riqueza dos usos da conjunção. Uma reação natural a essa insuficiência, por parte de quem quisesse salvaguardar o máximo possível do aparato teórico de Grice, seria a de suplementar a máxima do Modo com algum outro princípio que contribuísse com a geração de todo o rol de interpretações que mencionamos. Seria conveniente que tal princípio apelasse, como insinuara Dowty (1986), para o nosso conhecimento de mundo, porque parece que o que está envolvido nos usos extralógicos da conjunção é uma suplementação do significado verofuncional que depende muito mais da natureza das cenas descritas e dos *scripts* cognitivos que associamos a elas do que de uma máxima que recomenda, *ceteris paribus*, uma sequenciação ordenada dos eventos. Essa alternativa foi prontamente percebida e acolhida por neogriceanos como Posner (1980), que aplica outras máximas griceanas, juntamente com a do Modo, para explicar as elaborações pragmáticas da conjunção. Esse recurso, no entanto, ameaça tornar a máxima do Modo, para a maior parte dos casos, simplesmente redundante. Se podemos deduzir (por meio de algum princípio que acesse nosso conhecimento de mundo) uma implicatura que nos dê a relação temporal específica que transcorre entre os dois eventos descritos por uma sentença como (4), a máxima do Modo (que nos dá apenas uma relação temporal abstrata) se torna supérflua. Isto é, se o nosso conhecimento de mundo já nos diz que as pessoas geralmente morrem imediatamente depois (e *por causa*) de terem sido atingidas (por tiros), a contribuição da máxima do Modo, segundo a qual a segunda sentença narra um evento meramente posterior ao da primeira, é desnecessária, pois isso já é acarretado pela informação mais rica dada pelo conhecimento enciclopédico da situação. É o que afirmam Sperber e Wilson (2012, p. 173):



[Se os princípios adicionais que apelam para o conhecimento de mundo] são suficientes para resolver o problema do intervalo, então, *a fortiori*, eles resolvem também o problema da sequenciação e tornam os princípios de sequenciação redundantes. Observações semelhantes se aplicam ao problema da causalidade.

## 2.1 UM APELO AO CONHECIMENTO: A PROPOSTA DE LEVINSON (2000)

A proposta de Levinson (2000) incorpora de uma forma competente e clara o conhecimento enciclopédico à formulação de princípios pragmáticos, sem precisar recorrer a redundantes máximas de sequenciação icônica. O autor argumenta que, devido a um descompasso intrínseco entre nossa imensa capacidade de processar informação e nossos limitados meios para transmitir essa informação, precisamos de certas estratégias que *amplifiquem* de um modo regular e padronizado aquilo que dizemos. Em outras palavras, porque, de um lado, o pensamento é rápido e a inferência é barata, e, de outro, a nossa capacidade de vocalização é lenta e custosa, é conveniente que tenhamos alguma heurística cognitiva que nos ajude a desenvolver inferencialmente conteúdos ricos e complexos a partir de estímulos linguísticos fragmentários e esquemáticos. Uma dessas heurísticas é a que ele chamava, em Levinson (1983), de *Princípio da Informatividade* e que, em Levinson (2000), ele chama de heurística-I. O que esse princípio afirma é que, quando nós expressamos algo de maneira “simples” ou “típica”, tenderemos a supor que a situação que estamos descrevendo é igualmente simples e típica. Nas palavras do autor, “[...] o que é expressado de forma simples deve ter acontecido de forma estereotípica” (LEVINSON, 2000, p. 37).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> É também possível ver, no princípio de Levinson, uma instância de iconicidade, na medida em que ele também supõe uma uniformidade entre propriedades de expressões linguísticas e suas interpretações: expressões simples recebem interpretações simples. Não há, contudo, qualquer sugestão na literatura nesse sentido. Em geral, apenas as máximas de sequenciação temporal como as de Grice (1981, 1989) e Dowty (1986) são referidas como *icônicas*. Preservarei esse uso, fazendo, doravante, uma oposição entre princípios

Levinson aplica esse princípio de modo elegante à análise da conjunção. Para ele, sempre que um falante junta dois eventos com uma conjunção, o ouvinte está autorizado a supor “[...] as conexões temporais, causais e referenciais mais ricas possíveis entre as situações ou eventos descritos de acordo com o que é conhecido” (2000, p. 114). Em uma formulação mais simples, sua análise prediz que nós derivamos da enunciação de (1)-(10) uma implicatura em que está prevista uma relação prototípica entre as cenas anexadas pela conjunção, de acordo com *scripts* cognitivamente salientes. Por isso, o falante não precisa sempre explicitar exatamente *qual* a relação entre os eventos, podendo simplesmente juntá-los com a partícula genérica “e”, confiando que o ouvinte derivará as implicaturas adequadas. Com esse expediente, Levinson (2000) resolve, de uma só vez, os problemas da sequenciação, do intervalo e da causalidade (bem como os dos outros tipos de relações – de continência temporal, espacial, etc. – entre as cenas unidas pela conjunção). Essa sua proposta parece lidar bem com alguns de nossos exemplos:

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

Em (4), os conceitos codificados pela sentença nos dão um acesso rápido a um *script* altamente saliente de acordo com o qual as pessoas morrem imediatamente depois de serem atingidas por tiros<sup>14</sup>. Esse *script*, por seu turno, nos fornece uma orientação sobre como enriquecer informacionalmente o enunciado original. O enriquecimento em questão

icônicos de sequenciação e princípios que apelam ao conhecimento enciclopédico.

<sup>14</sup> A própria informação de que o sujeito foi atingido por *tiros* é provida pragmaticamente de acordo com cenas mentais que se tornam salientes no contexto. Se (4) fosse enunciada em uma narração de uma excêntrica guerra de dardos, suporíamos que Guilherme foi atingido por um dardo. Da mesma forma, se tivéssemos uma sentença como (4’’), o *script* mental mais proeminente seria diverso, e interpretaríamos que Guilherme foi atingido por um artefato mais primitivo, como uma pedra ou uma flecha:

(4’’’) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco da sua carruagem.

O que se deve perceber aqui é que diferentes elementos do contexto linguístico e extralinguístico podem tornar algumas cenas mentais mais salientes, e que as cenas mais salientes podem afetar a interpretação dos enunciados.

nos concede, concomitantemente, a noção de sequenciação bruta, o intervalo temporal específico e o tipo de relação causal que supomos entre as cenas. O mesmo processo ocorre em (5). O conteúdo semântico literal da sentença nos ajuda a invocar uma cena mental prototípica segundo a qual as pessoas em geral revidam agressivamente depois (e por causa) de uma ofensa prévia. A noção de causalidade aí, contudo, não é a de causação suficiente como era no exemplo anterior, pois, na nossa cena mental prototípica, a reação a uma ofensa não é totalmente *determinada* pela ofensa (essa é uma instância da nossa concepção geral segundo a qual as ações humanas são *livres*, embora possam ser sugestionadas por fatores externos). Esse rico *script* cognitivo nos dá as diretrizes para os enriquecimentos inferenciais que operamos, direcionados pelo princípio da informatividade, sobre o conteúdo de (5). Uma análise semelhante poderia se aplicar a outros de nossos exemplos.

## 2.2 OS DILEMAS DO CONHECIMENTO

Há, entretanto, também alguns dilemas a que o modelo de Levinson parece conduzir. Não fica claro como o princípio da informatividade (ou, para usar o nome que ele propõe em Levinson (2000), a heurística-I) pretende dar conta de casos para os quais, ao menos aparentemente, não temos nenhum *script* cognitivo prévio, ou casos em que a suposta implicatura contradiz os nossos *scripts* disponíveis. Tomemos exemplos como:

(16) O bandido morreu e o policial atirou.

(17) Sally cozinhou alguns vegetais e começou a se sentir otimista.

(18) Bill foi ao analista e caiu em um bueiro.

Em (16) temos uma implicatura de sequenciação que contradiz frontalmente um *script* muito saliente associado a cenas de tiros. Geralmente as pessoas são baleadas *antes* de morrerem, e elas morrem *depois* de serem baleadas. A implicatura mais óbvia de (16), no entanto, não é a de que o tiro do policial precedeu a morte do bandido, mas sim a de que, por alguma razão, o policial atirou depois de o bandido morrer. Nesse caso, a suposição icônica de que a ordem dos eventos no mundo é a mesma ordem em que os eventos são narrados parece suplantiar as sugestões fortes do nosso conhecimento enciclopédico. Já em (17) e

(18), ambos exemplos de Carston (2002b), é difícil imaginar que haja qualquer *script* cognitivo que motive as leituras temporais (que conhecimento enciclopédico nós teríamos a respeito da relação entre o cozimento de vegetais e otimismo, ou entre idas ao psicanalista e quedas em bueiros?). Se há algum *script* que é invocado na interpretação dessas sentenças, são *scripts* de natureza muito genérica. O mais plausível é que o simples fato de essas sentenças estarem colocando lado a lado eventos tão disparatados nos faça criar, de uma maneira *ad hoc*, um *script* em que os eventos estejam relacionados de alguma forma mais rica. Esse *script ad hoc* é o que vai acionar o entendimento da relação entre os estados de coisas narrados. O *script* aí não preexiste à interpretação, ele é um resultado da suposição icônica de que, se os eventos estão narrados lado a lado, eles devem estar relacionados no mundo de alguma forma também.

A grande dificuldade com a análise de Levinson (2000) é, em suma, que ela não parece ter como explicar a maciça preponderância de conjunções que, de fato, seguem a sequência icônica. Se tudo o que é necessário para chegar às interpretações de (1)-(10) são os *scripts* evocados pelo conteúdo literal dos enunciados, deveríamos esperar encontrar, em diversos *corpora*, um número significativo de sentenças em que o evento codificado pela primeira sentença deva ser compreendido como sendo posterior ao da segunda. Não encontramos praticamente nenhum caso assim. A teoria de Levinson (2000) parece falhar exatamente no ponto que conferia à análise – também insuficiente – de Grice (1989) certo grau de plausibilidade e poder explicativo. Um mero apelo irrestrito aos *scripts*, sem qualquer menção à iconicidade, não parece ser suficiente para explicar o modo como interpretamos diversamente a conjunção em seus vários contextos. Uma maneira de superar o paradigma griceano quanto a este ponto seria, portanto, formular uma heurística cognitiva (ou um conjunto de tais heurísticas) que conseguisse conciliar a necessidade de acessar os *scripts* e a forte orientação icônica que prevalece nas interpretações da conjunção.

Um outro problema, de natureza mais técnica, com que a proposta de Levinson (2000) aparentemente se confronta são os casos em que temos inferências-I (isto é, inferências decorrentes da heurística-I ou do Princípio da Informatividade) que parecem conflitar com as previsões da máxima da Quantidade (que Levinson (2000) chama de heurística-Q). As inferências de temporalidade e de causalidade a partir de sentenças coordenadas com “e” são exemplos disso. A heurística-Q afirma que “relativamente a um conjunto de alternativas salientes, o que

não é dito não é o caso” (LEVINSON, 2000, p. 33). O “conjunto de alternativas salientes” é instanciado, na teoria do autor, por uma *escala* linguística. A ideia da heurística-Q é, então, que se um falante produz um dado item em uma escala linguística, ele está implicando generalizadamente que os outros itens (que não são acarretados pelo que ele disse) nessa escala não se aplicam.<sup>15</sup> Se uma escala linguística é simplesmente qualquer “conjunto de alternativas linguísticas [...] que podem ser dispostas em uma ordem linear de acordo com seu grau de informatividade” (LEVINSON, 1983, p. 133), isto é, na qual o primeiro elemento acarreta o segundo, e o segundo acarreta o terceiro e assim por diante, podemos concluir que o “e” também figura em uma escala:

<e aí por isso, e depois, e>

Note-se que essa escala cumpre com todos os requisitos: “e aí por isso” acarreta “e depois” que acarreta o simples “e”, isto é, os elementos à esquerda são mais fortes (mais informativos) do que os à direita. Ora, de acordo com a visão tradicional acerca das implicaturas escalares, se um falante cooperativo usa um item mais à direita da escala, ele deve estar implicando que os itens à esquerda deste item não se aplicam ao caso em questão. Afinal, supomos, pela máxima da Quantidade, que o falante está nos dando o máximo de informação que ele tem condições de dar, ou então, pela heurística-Q, que o que não foi expresso (nem acarretado) pelo item da escala usado deve ser assumido como falso.

É justamente isso que *não* ocorre com as inferências de temporalidade e causalidade em (2) e (4). De acordo com a máxima da Quantidade, tal qual ela é tradicionalmente concebida, a inferência em (2) de que o jarro foi levado à geladeira *depois* que a água foi colocada nele seria bloqueada, pois se o falante pudesse ter sido mais informativo usando “e depois” em vez de “e”, ele o teria feito, e como ele não o fez, ele supostamente estaria implicando que o jarro *não* foi levado depois (ou que ele não tem condições de afirmar que foi). As mesmas consequências decorrem da heurística-Q. Em (4), como o falante produziu apenas o “e” – a alternativa menos informativa entre os elementos da escala – ele deve estar implicando que os outros itens mais informativos não se aplicam. Todavia, essas previsões contrastam

---

<sup>15</sup> Trata-se, ao contrário da heurística-I, de um princípio que *restringe* o conteúdo informacional do enunciado e que tenta bloquear desenvolvimentos indevidos.

fortemente com nossas intuições e com as implicaturas supostamente geradas pela heurística-I.

Toda teoria que postula mais de um princípio precisa formular uma ordenação na prioridade de aplicação dos princípios (essa é mais uma das carências da proposta tradicional de Grice (1989)). Levinson (2000) dispõe-se, em sua teoria, a sanar essa carência postulando justamente que a heurística-Q se aplica antes da heurística-I. Isso, contudo, parece apenas ratificar as previsões equivocadas que mencionei aqui.<sup>16</sup>

Além disso, mesmo o tratamento de Levinson, está, a nosso ver, eivado das duas outras falhas da análise griceana que mencionei na introdução: (a) a exclusão de conhecimentos enciclopédicos da proposição (i.e. o tratamento das informações extralógicas como implicaturas) e (b) a preservação de um núcleo *lógico* unívoco da conjunção (isto é, a ideia de que a conjunção nas línguas naturais exibe a semântica de uma função de verdade). Tratarei, em sequência, de cada uma delas.

---

<sup>16</sup> Cabe, no entanto, um estudo mais aprofundado das implicaturas escalares para averiguar se <e aí por isso, e depois, e> pode ser considerada uma escala linguística *strictu sensu* e se outros fatores, como a maior brevidade da forma simples “e”, não devem pesar também sobre a definição dos “conjuntos de alternativas salientes” que estão envolvidos na formulação da heurística-Q.

### 3. A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NA PROPOSIÇÃO: OS ENRIQUECIMENTOS NÃO SÃO IMPLICATURAS

Strawson (2011) conclui haver uma discrepância entre o conectivo  $\wedge$  da lógica proposicional e a conjunção nas línguas naturais a partir de usos como (19):

(19) Maria ficou grávida e se casou.

Segundo ele, a conjunção natural pode contribuir, a depender do contexto, com informações temporais ou causais para as condições de verdade dos enunciados em que ela aparece. Grice (1981) rejeita esse raciocínio, acusando Strawson (2011) de estar violando a Navalha de Ockham, postulando ambiguidades desnecessárias para a conjunção. Diante desse embaraço, a saída adotada é afirmar que a conjunção não contribui com nada além da noção mínima de função de verdade às condições de verdade dos enunciados em que ela figura e que *seus enriquecimentos contextuais são, na verdade, implicaturas*.

Strawson (2011), no entanto, não afirma em nenhum momento que a conjunção “and” do inglês é *ambígua*, nem que as informações temporais e causais figuram como *significados* especiais dela. Ele apenas observa que essas informações podem integrar as *proposições* (i.e. contribuir com as condições de verdade) das sentenças em que o “and” aparece. Grice é quem toma essa formulação como *equivalente* ao comprometimento com a alternativa semântica que postula ambiguidades. Segundo Recanati (2004, p. 156), ele faz isso devido à sua adoção tácita de um pressuposto, o *Princípio do Paralelismo*:

Se uma sentença (sintaticamente completa) pode ser usada, em diferentes contextos, para dizer coisas diferentes (para expressar proposições diferentes), isso é um sinal de que essa sentença tem vários significados e é, portanto, ambígua.

Abandonado esse princípio (e não parece haver nenhuma razão óbvia para adotá-lo), a acusação que Grice faz a Strawson e a aparente necessidade de considerar os enriquecimentos da conjunção como implicaturas perde toda sua força. Nem tudo que uma expressão contribui ao sentido da proposição em que ela figura precisa ser decorrente de um significado lexicalizado. Pode-se assumir

concomitantemente que a conjunção não é ambígua e que ela é responsável por contribuições diferentes (a depender do contexto) às *proposições* em que ela aparece. Essas contribuições afetam a *proposição*, e não um nível de representação puramente pragmático como a implicatura:

O Princípio do Paralelismo deve, portanto, ser descartado, mas, se ele for descartado, a Navalha de Ockham Modificada não pode mais ser usada para mostrar que uma análise em termos de implicaturas é preferível a uma em termos de uma variação contextual do conteúdo proposicional. A Navalha de Ockham Modificada mostra que uma análise em termos de implicatura é preferível a uma em termos de *ambiguidade semântica*, mas a análise em termos de conteúdos proposicionais contextualmente variáveis não pode mais ser reduzida a uma explicação por meio da ambiguidade semântica uma vez que o Princípio do Paralelismo tenha sido descartado. (RECANATI, 2004, p. 158)

### 3.1 A NATUREZA DO QUE É DITO

A principal discussão favorável a abordagens desse tipo – que são chamadas, na literatura, de *contextualistas* – foi desenvolvida, sobretudo, nos trabalhos de Recanati (1991; 2004; 2010). O ponto de partida das suas reflexões, desde seus primeiros artigos sobre o tema, é o conceito de *o que é dito*, tal qual formulado, de uma maneira desconcertantemente sintética, por Grice (1989). Esse conceito equivale, grosso modo, ao conceito tradicional de *proposição* e ao conceito de *explicatura* (ou, mais precisamente, de *forma proposicional*), tal qual desenvolvido na teoria da relevância. Grice (1989, p. 41) assevera que a “significação total de um enunciado” pode ser dividida de duas maneiras: primeiro, entre aquilo que é dito, no “sentido favorecido”, e aquilo que é implicado, e, em seguida, entre aqueles aspectos que fazem parte da “força convencional” (ou que estão linguisticamente codificados) e aqueles que não fazem. Essa passagem de Grice faz referência a um “sentido favorecido” do termo “o que é dito”, sugerindo, assim, que a expressão não está sendo empregada de maneira informal,



mas remete a um uso técnico, interno ao próprio projeto griceano. Se examinarmos o influente *Logic and Conversation*, registro escrito das William James Lectures, proferidas por Grice em 1967, vemos a que se reporta tal sugestão:

No sentido em que estou usando a palavra *dizer*, o que alguém *disse* está intimamente relacionado ao significado convencional das palavras (da sentença) que está usando. Suponha que alguém tenha usado a sentença “He is in the grip of a vice” [“Ele está sob o poder de um vício” ou “Ele está preso pelo torno”]. Dado o conhecimento de língua inglesa, mas nenhum conhecimento das circunstâncias da enunciação, sabe-se alguma coisa sobre o que o falante *disse*, admitindo-se que ele estava falando inglês, e falando literalmente. Sabe-se que ele disse, a respeito de alguma pessoa do sexo masculino ou de algum animal X que, ao tempo da enunciação (qualquer que tenha sido este tempo) uma ou outra coisa: 1) ou X era incapaz de livrar-se de algum traço de mau caráter; 2) ou que alguma parte de X estava presa a um certo tipo de ferramenta ou instrumento [...]. Para uma identificação completa do que o falante *disse*, necessitar-se-ia saber (a) a identidade de X; (b) o tempo da enunciação; e (c) o significado, na ocasião particular da enunciação, da sequência “in the grip of a vice” [uma decisão entre (1) e (2)]. (GRICE, 1989, p. 25)

Assim, a noção de “o que é dito”, contrasta, de um lado, com o significado literal convencionalmente associado às expressões, e, de outro, com as implicaturas conversacionais calculadas inferencialmente a partir do que é dito, do contexto e da suposição que o falante está sendo cooperativo. Há, então, a princípio, três camadas de significação possíveis para uma sentença: (1) o significado convencionalmente associado à sentença pelas regras semânticas da língua; (2) o que é dito por essa sentença em um dado contexto; e, (3) o que o falante quer comunicar, usando essa sentença nesse contexto, a um interlocutor cooperativo.

A questão que imediatamente se levanta, para Recanati, é a de saber com precisão, para retomar a qualificação de Grice, *o quão*

*intimamente* (1) está relacionado com (2). A maneira tradicional de compreender essa qualificação, que é inspirada em Grice (1989), consiste em tomá-la no sentido mais forte possível, seguindo dois princípios muito adotados (amiúde tacitamente) pelos semanticistas. O primeiro, que reflete uma mentalidade mais filosófica, é o que Recanati (1991; 2004) chama de *princípio minimalista*: “o que é dito vai além do significado convencional da sentença (e incorpora elementos contextuais) apenas quando isso é necessário para ‘completar’ o significado da sentença e torná-lo proposicional” (RECANATI, 2004, p. 7).<sup>17</sup> O segundo, refletindo um ponto de vista mais linguístico, é rotulado por Robyn Carston de *princípio do direcionamento linguístico*: “um aspecto pragmático da significação é parte do que é dito se e somente se sua determinação contextual é acionada pela gramática, isto é, se a própria sentença exibir uma lacuna que deva ser contextualmente preenchida” (CARSTON, 2014, p. 16). Recanati (2004) chama, indistintamente<sup>18</sup>, os propugnadores (em sua maioria não-declarados)

---

<sup>17</sup> Além de descrever as relações permitidas entre (1) e (2), o princípio minimalista é também adotado implicitamente como critério para discriminar os aspectos contextualmente determinados da significação que são partes de (2) daqueles que são partes de (3). É como um critério para traçar a fronteira entre o que é dito e as implicaturas que Recanati (1991) discute e formula o princípio minimalista. De acordo com essa aplicação, toda influência pragmática na significação que não fosse necessária para a proposicionalidade seria uma implicatura. Os critérios explicitamente reconhecidos por Grice – calculabilidade, cancelabilidade, universalidade, etc. – servem para identificar *quaisquer* aspectos pragmáticos ou contextuais da significação (cf. RECANATI, 1991, p. 116), e, por isso, só servem de guia para delimitar especificamente as *implicaturas* se supusermos, além disso, que as implicaturas são os *únicos* aspectos pragmáticos que afetam a significação (cf. CARSTON, 1991, p. 37).

<sup>18</sup> Carston (2002, p. 187), na sua discussão desses dois princípios, defende que ambos produzem resultados e predições coincidentes, com exceção dos casos em que temos fragmentos sentenciais como “A Maria comeu” ou “O João está pronto”. Nessas ocorrências o princípio do direcionamento linguístico não exigiria nenhum tipo de complementação contextual, ao passo que o princípio minimalista o exigiria, pois o resultado do processamento linguístico dessas sentenças seria meramente fragmentário, e não uma proposição completa. No entanto, segundo Recanati (2002), as informações adicionais requeridas para tornar esses fragmentos plenamente proposicionais podem ser recuperadas a partir das entradas lexicais das palavras “comer” e “pronto”. No primeiro caso, por exemplo, temos um verbo transitivo, em cuja entrada lexical há a informação de que ele exige a presença de dois argumentos. O fato de não haver

desses princípios de *minimalistas*.<sup>19</sup> A expressão se justifica porque a postura que a define determina que a distância entre (1) e (2) é a mínima possível, e que, portanto, as proposições expressas pelos enunciados são *proposições mínimas*. Nos termos da semântica verocondicional, o minimalismo acarreta que as condições de verdade de um enunciado são, igualmente, *condições de verdade mínimas*, ou aquilo que Borg (2004, p. 230-246) chama de *condições de verdade liberais*. Nesse sentido, a análise que Grice (1989) propõe para a conjunção é também *minimalista*, pois ela assume que, se a conjunção dispõe de um sentido mínimo lexicalizado que é verofuncional, qualquer interpretação adicional que ela possa receber não será obrigatória, e, portanto, terá que ser considerada externa ao que é dito: será uma implicatura.

### 3.2 A SATURAÇÃO

É crucial perceber que os minimalistas não contestam a alegação de que as contribuições do contexto são necessárias, ao menos ocasionalmente, para completar os significados das sentenças e torná-los plenamente proposicionais. Eles não são anticontextualistas nesse sentido, afinal de contas, segundo eles, a proposição *pode* incorporar elementos contextuais – ainda que ela só *possa* incorporá-los quando ela *tiver* que os incorporar para se tornar uma proposição completa. Nem mesmo os minimalistas mais estridentes<sup>20</sup> negam que, por exemplo, a

---

nada na estrutura superficial da primeira sentença que nos informe que “comer” seleciona um argumento interno não nos deve sugerir que a provisão contextual desse argumento não seja guiada por fatores linguísticos. Várias teorias sintáticas requereriam, por exemplo, a presença de uma categoria vazia na posição de argumento interno do verbo na primeira sentença.

<sup>19</sup> Tal *minimalismo* não guarda nenhum vínculo histórico com o Programa Minimalista enunciado por Noam Chomsky (1995).

<sup>20</sup> “A proposição mínima não pode ser caracterizada de um modo *completamente* independente do contexto de enunciação. O minimalismo semântico reconhece que há um pequeno conjunto de expressões que interagem com os contextos de enunciação de maneiras privilegiadas. Chamamos essas expressões de *expressões genuinamente sensíveis ao contexto*.” (CAPPELEN; LEPORE, 2005, p. 143) Vale observar, no entanto, desde já que os minimalistas procuram reduzir a influência contextual ao mínimo possível, restringindo-a às sentenças em que ocorrem elementos de “um pequeno conjunto de expressões” que “esgotam a dimensão da influência contextual no conteúdo semântico” (*id*,

sentença “Eu sou francês” expresse proposições diferentes em contextos diferentes – algumas das quais serão verdadeiras e outras falsas –, e que essa variação não seja um caso de ambiguidade, mas sim de interferência do contexto nas condições de verdade – nesse caso específico, na atribuição de referência a um dêitico. Isto é, eles concordam que o significado da sentença é, em geral, uma espécie de “esqueleto semântico” (RECANATI, 2004, p. 6), que precisa ser consubstanciado a algum fator contextual para resultar em uma proposição completa com condições de verdade definidas. Entretanto, a única contribuição do contexto que eles admitem é aquela que Recanati (1991; 2004; 2010) caracteriza como *saturação*:

A saturação é o processo pelo qual o significado da sentença é completado e tornado proposicional através da atribuição contextual de valores semânticos aos constituintes da sentença cujas interpretações são dependentes de contexto (e, possivelmente, através do suprimento contextual de constituintes proposicionais “inarticulados”, se presumirmos, como fazem alguns filósofos, que tais constituintes são às vezes necessários para tornar uma sentença plenamente proposicional). Esse processo ocorre sempre que o significado da sentença incluir algo como uma “lacuna” que precise ser completada, ou uma “variável livre” que requeira uma instanciação contextual. [...] A saturação só ocorre quando o apelo ao contexto é necessário para que o enunciado expresse uma proposição completa. De um ponto de vista semântico, a saturação é um processo contextual *obrigatório*. (RECANATI, 2004, p. 7)

Recanati elenca como exemplos inequívocos de saturação a atribuição de referentes às expressões indexicais, a especificação de relações para genitivos e compostos nominais como “o livro de João” (“*John’s book*”) e “pesadelo de ladrões” (“*burglar’s nightmare*”), a identificação de classes de comparação para os predicados paramétricos (p. ex., a especificação “para uma criança” em sentenças como “João é alto”) e o fornecimento de argumentos não enunciados (mas exigidos

---

*ibid*, p. 143). Em outras palavras, toda dependência contextual seria uma instância de dêixis.

pela estrutura argumental) nos casos de instanciamento nula definida (p. ex., como a provisão contextual do complemento “o acidente” à interpretação de um proferimento como “João viu”). O que os minimalistas sustentam é que todos os ajustes pragmáticos de sentido que não se enquadrarem nesse modelo – isto é, que não forem absolutamente necessários para a expressão de uma proposição – não fazem parte do que é dito. Stanley, um dos principais defensores do minimalismo, afirma isso explicitamente: “não há nenhuma boa razão para supor que haja qualquer papel verocondicional para o contexto exceto a resolução da indexicalidade, concebida de uma forma ampla.” (2007, p. 38) Nos termos usados por Recanati, isso quer dizer que o único processo pragmático primário (i.e., processo anterior à identificação da proposição) admitido é a saturação. Todos os aspectos da significação que não forem indispensáveis para que uma dada representação seja uma proposição (tenha condições de verdade, possa ser avaliada em termos de verdade ou falsidade, etc.) não fariam parte do que é dito (RECANATI, 2004, p. 8). Se adotarmos, adicionalmente, a divisão tripartida dos níveis de significação sugerida por Grice (1989), concluiremos que, do ponto de vista minimalista, qualquer processo pragmático opcional deve ser delegado ao âmbito das implicaturas.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> É plausível supor que essa maneira de compreender a relação entre as camadas de significação seja um legado do próprio Grice. No trecho supracitado, o filósofo inglês argumenta que, para preencher a lacuna entre o significado da sentença e o que é dito, três subtarefas se fazem necessárias: (1) a atribuição de referência às expressões denotativas; (2) a atribuição de um valor semântico às expressões indexicais, como a indicação de tempo nos verbos; e, por fim, (3), a resolução de ambiguidades lexicais e estruturais. Se presumirmos que Grice, ao expor esse seu argumento, está sendo cooperativo, e que, em especial, está agindo de acordo com a máxima da quantidade tal qual formulada por ele, derivaremos, do fato de que ele mencionou apenas três subtarefas, a implicatura de que há *apenas* essas três subtarefas. Ora, com exceção de (3), os processos citados por Grice são, indiscutivelmente, exemplos de saturação. Na verdade, mesmo a resolução de ambiguidades pode ser pensada como um processo pragmático primário obrigatório, haja vista que, sem ela, não chegaríamos a uma (única) representação proposicional. A constatação de que fatores contextuais robustos afetam a desambiguação não é, de modo algum, incompatível com o minimalismo modularista: “O apelo a fatores que vão além das propriedades puramente formais da cadeia tomada como *input* pode ser pensado aqui como ocorrendo *antes* do processamento linguístico propriamente dito. Isto é, embora talvez precisemos recorrer a outros domínios do conhecimento, além do puramente linguístico, para determinar precisamente

### 3.3 OS ENRIQUECIMENTOS CONTEXTUAIS DA CONJUNÇÃO

Esse é, presumivelmente, o caso das interpretações enriquecidas da conjunção. Nota-se, a partir da existência de usos meramente lógicos da conjunção como (1) e de sentenças que cancelam as informações temporais e causais como (20), que o item lexical “e” pode expressar uma proposição completa sem a contribuição de quaisquer informações extralógicas:

(1) O painel de plástico é simples e os bancos são forrados em tecido.

(20) Célia comprou flores para Carla e foi a uma entrevista de emprego, mas não sei em que ordem esses fatos sucederam.

O princípio minimalista prevê que, se as sentenças com o “e” *podem* expressar proposições completas sem a variedade de enriquecimentos contextuais que vimos até aqui, tais enriquecimentos não fazem parte da proposição. O único nível de representação que sobra para acomodar essas interpretações, dentro do esquema tripartido de Grice (1989) é, então, o das implicaturas.

Ocorre, entretanto, que as conotações adicionais acrescentadas ao sentido mínimo da conjunção *não apresentam certas características fundamentais que gostaríamos de atribuir às implicaturas*. A saber: elas não parecem ser calculadas inferencialmente a partir de uma proposição previamente expressa (lembramos que, para Grice (1989) as implicaturas são inferências que tomam como *input* a suposição de que os falantes estão sendo cooperativos, informações contextuais e a

---

*qual é o input linguístico, esse recurso inicial não parece ser contraditório com o fato de que, uma vez que o input linguístico foi determinado, então ele pode ser processado semanticamente, sem recorrer a informações extralinguísticas.”* (BORG, 2004, p. 141) Assim, os processos centrais da inteligência já forneceriam ao módulo linguístico um *input* desambiguado para ser processado segundo diretrizes minimalistas (isto é, sem recorrer a informações contextuais exceto quando estas forem necessárias para atingir o nível proposicional mínimo). Borg (2004, p. 142) propõe ainda outra alternativa: é possível que, se os mecanismos da inteligência geral não filtrarem a ambiguidade, o módulo linguístico aceite um *input* ambíguo e devolva à inteligência geral para a interpretação (e seleção) pragmática *duas (ou mais) proposições mínimas semanticamente interpretadas*. Ou seja, no caso da desambiguação, os processos centrais sensíveis ao contexto podem operar antes ou depois da interpretação semântica, sem que precisem se misturar com ela.

proposição literal expressa), e também não parecem estar excluídas do conteúdo proposicional dos enunciados que as carregam.

### 3.3.1 O PRINCÍPIO DA ACESSABILIDADE DO QUE É DITO

Quanto ao primeiro ponto que mencionei, parece ser artificial – ou simplesmente incorreto – dizer que, por exemplo, em (2), processamos antes uma proposição literal “neutra” em relação à ordem temporal dos eventos, e inferimos, a partir dela e de alguma máxima, uma segunda proposição temporalmente ordenada. Segundo Recanati (2004, 2010), a derivação de uma implicatura pressupõe a *acessabilidade* do que é dito, e, em casos como (2)-(5), nós simplesmente não temos acesso a proposições temporalmente e causalmente neutras. É a intuição de *acessabilidade* (e não a assunção minimalista ou a ideia de direcionamento linguístico) que deve servir como princípio para demarcar as fronteiras entre o dito e o implicado. Isso, segundo Recanati (2004), é um corolário natural do próprio modelo intencional da comunicação humana instituído por Grice (1989) (cf. VARASCHIN, 2016)<sup>22</sup>. Para derivar uma implicatura, no modelo griceano, o falante precisa, primeiramente, acessar *conscientemente* uma proposição dita e, após isso, inferir, também conscientemente, a partir dessa proposição e de dados do contexto, uma segunda proposição, que será a implicatura. Nada disso parece ocorrer nos casos em que a conjunção é localmente enriquecida com informações temporais e causais.

É claro que a noção de acessibilidade de uma proposição baseia-se em julgamentos intuitivos dos falantes, e acomodar perfeitamente intuições não é uma exigência comum para uma teoria científica. Os físicos não têm de prestar satisfações à nossa teoria intuitiva sobre como o mundo funciona; semelhantemente, os psicólogos que estudam as

---

<sup>22</sup> “A visão de acordo com a qual o “dizer” é uma variedade do significado-não-natural acarreta que o que é dito (bem como o que é significado em geral, incluindo o que é implicado) precisa ser acessível – precisa estar aberto aos olhos de todos. Isso é assim porque o significado-não-natural é essencialmente uma questão de reconhecer intenções. De acordo com essa visão, o que é dito ao proferir uma sentença depende (e dificilmente pode ser separado) das intenções publicamente reconhecíveis do falante.” (RECANATI, 2004, p. 14)

emoções humanas não precisam dar uma resposta a todas as inquietações presentes nos manuais de autoajuda. No entanto, argumenta Recanati (1991, p. 115) que, quando o objeto de estudo é a cognição humana,

nossas intuições não são apenas um primeiro passo rumo à teorização – algo como a escada de Wittgenstein, que pode ser descartada uma vez que tenha sido usada para alcançar um patamar superior – mas sim *parte do assunto da teorização*, e, enquanto tais, não podem ser negligenciadas.

Para o pesquisador, nossas intuições *definem* as fronteiras entre o que é dito e as implicaturas:

Os intérpretes normais têm intuições a respeito do conteúdo verocondicional dos enunciados. Na minha concepção, essas intuições correspondem a um certo “nível” do processo de compreensão – um nível a que uma boa teoria da compreensão linguística precisa prestar satisfação. Esse é o nível do que é dito. [...] Em vez de olharmos as coisas pelo lado linguístico e equacionarmos ‘o que é dito’ com a proposição mínima a que chegamos pela saturação, podemos adotar uma postura mais psicológica e equacionar o que é dito com (o conteúdo semântico do) produto consciente da série complexa de processamento que subjaz à compreensão. (RECANATI, 2004, p. 16)

Essa é, em geral, a mesma postura adotada por autores que se empenham seriamente em delegar à semântica um papel na *psicologia cognitiva*. É o caso, por exemplo, de Fillmore (1985), que contrasta sua abordagem, que ele chama de semântica da compreensão (“*semantics of understanding*”), com a semântica da verdade (“*semantics of truth*”). Ele argumenta que uma semântica genuinamente mentalista e cognitiva deve ter como meta explicar o processo real de compreensão por parte dos falantes, e um dos níveis do processo de compreensão é, plausivelmente, o nível do que é dito, da proposição. Não é de se



espantar, portanto, que minimalistas conscientes como Cappelen e Lepore (2005) se vejam obrigados a expurgar da semântica grande parte do seu papel explicativo na psicologia e na comunicação propriamente dita. Eles fazem isso para, justamente, tornar a teorização semântica imune às potenciais objeções incitadas pelas nossas intuições de falantes, que sugerem conteúdos elaborados e pragmaticamente variáveis para os enunciados. Essa é, também, a raiz do antipsicologismo de filósofos clássicos como Frege (2009) e, numa outra vertente, Husserl (2012). Quem, no entanto, deseja preservar o estatuto psicológico da semântica, deve assumir as intuições sobre o que é dito como objeto. Há, portanto, boas razões para o teórico mentalista respeitá-las.<sup>23</sup> E essas intuições apontam para uma inadequação da proposta minimalista de Grice segundo a qual os enriquecimentos da conjunção são implicaturas.

### 3.3.2 UM CRITÉRIO PARA DEFINIR A PROPOSIÇÃO

Passemos agora ao segundo ponto que mencionei, isto é, à ideia de que as informações causais e temporais acrescidas ao sentido mínimo da conjunção em um exemplo como (4) integram a própria proposição. Para aqueles que ainda nutrem receio em relação ao apelo às intuições (especialmente intuições relativas ao modo como *processamos* enunciados), existem critérios mais objetivos que distinguem os

---

<sup>23</sup> A despeito de seu antimentalismo, Ducrot (1987) também desenvolveu um argumento forte em prol da necessidade de recorrer às intuições sobre o que é dito na teoria semântica. Ele sustenta que o dado básico da semântica – o que ele chama de *hipótese externa* – deve ser a interpretação que os enunciados recebem *no contexto*, isto é, suas interpretações imediatamente acessíveis para o falante. Em suas palavras: “o que nós tomamos por dado, por objeto de observação, é a maneira pela qual os enunciados [...] são interpretados nas situações particulares em que são empregados” (p. 52). Ele contrasta essa postura com o ponto de partida assumido pelos semanticistas inspirados pelo gerativismo, que, segundo ele, adotariam como fato primário “a ideia de que os enunciados, em si mesmos, têm um sentido” (p. 52). Para Ducrot, a ideia de que as frases têm um sentido isolado do contexto está também correta, mas ela não é uma hipótese externa, um dado primário, e sim uma *hipótese interna* postulada pelo analista para *explicar* certas regularidades nos dados. O que é passível de ajustes, revisões e questionamentos mais frequentes são apenas as hipóteses *internas*.

aspectos da significação que são partes do que é dito daqueles aspectos que são implicaturas: o critério da independência funcional defendido por Carston (1991)<sup>24</sup> e o critério do escopo, formulado inicialmente por Cohen (1971) e desenvolvido por Recanati (1991).

Veremos aqui como o critério do escopo, tal qual formulado por Recanati (1991), prevê que algumas das informações extraídas dos exemplos (1)-(10) acabam entrando na proposição. O critério é enunciado, pelo filósofo francês, da seguinte forma: “um aspecto pragmaticamente determinado da significação é parte do que é dito (e, portanto, não é uma implicatura conversacional) se – e talvez somente se – ele [puder] entrar no escopo de operadores lógicos, como a negação e o condicional.” (RECANATI, 1991, p. 114). Vejamos as seguintes alterações de algumas das frases citadas na introdução:

(2a) Não é verdade que a água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.

(3a) Ou ela começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio, ou ela se formou no Rio e começou a estudar arquitetura na Bahia.

Em (2a), a sequenciação temporal que coloca o evento em que a água é colocada no jarro *antes* de ele ser levado à geladeira pode ser parte do que é negado pelo operador natural “não é verdade que”.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Carston (1991) exige que a implicatura seja “funcionalmente independente” da proposição expressa, isto é, que ambas cumpram papéis psicológicos independentes. Se ocorre de uma implicatura putativa acarretar a proposição – como presumivelmente aconteceria com alguns dos nossos exemplos (1)-(10) – isso significa que a implicatura pode desempenhar todas as funções cognitivas que a proposição pode, além de outras mais. Tais proposições mínimas seriam, por isso, psicologicamente irrelevantes, e processá-las demandaria um esforço cognitivo desnecessário.

<sup>25</sup> Não estou questionando aqui a possibilidade de uma leitura em que não haja nenhuma informação sobre sequenciação e que a negação opere apenas sobre a conjunção lógica dos dois eventos. O argumento que exponho exige apenas que essas informações (e outras nuances pragmaticamente derivadas) *possam*, em determinados contextos, cair sob o escopo dos operadores. Se for *possível* interpretar que as informações pragmaticamente ajustadas entram no escopo dos operadores, nosso argumento nos leva a concluir que tais informações integram *a proposição*. Se os operadores em questão só operam sobre proposições, tudo aquilo sobre o que eles têm influência semântica é, também, parte da proposição.

Igualmente, a ordem particular em que os eventos ocorreram é precisamente o que varia nas duas orações unidas em (3a). Uma maneira de deixar isso mais claro é o seguinte exemplo, inspirado em Strawson (2011), que também explora a leitura temporal da conjunção:

(21) Não é verdade que Maria se casou e ficou grávida: o que aconteceu foi que ela ficou grávida e se casou!

Se a proposição extraída desse enunciado tomasse o sentido do “e” como puramente verofuncional – isto é, seu sentido *mínimo* –, seríamos obrigados a considerar (21) como uma autocontradição. A conjunção, no cálculo proposicional clássico, é uma operação *comutativa*, de modo que a mudança da ordem dos constituintes em (21) não resultaria em nenhuma diferença no conteúdo veiculado. A proposição mínima extraível de (21) teria a seguinte forma lógica (supondo que I(C)= Maria se casou e I(G)= Maria ficou grávida):

$$\neg(C \wedge G) \wedge (G \wedge C)$$

Se construirmos uma tabela de verdade, constatamos que essa fórmula recebe o valor de verdade “falso” em todas as valorações: é, pois, uma contradição.

Todavia, supondo um contexto adequado, dificilmente interpretaríamos (21) dessa maneira, ou seja, com esse sentido mínimo, puramente verofuncional. O que geralmente entenderíamos é que alguém que profere essa sentença diz não ser verdade que Maria se casou *antes* de ficar grávida, mas sim que ela ficou grávida e *depois* (e, possivelmente, por causa disso) se casou. Ora, esta última proposição inclui a especificação temporal (e certa especificação causal) no escopo da negação.

Contudo, pode parecer que o princípio do escopo, tal qual formulado acima, seja um pouco arbitrário. Por que as implicaturas não poderiam entrar no escopo de operadores? Não parece haver, *a priori*, nenhuma razão para aceitar essa colocação. O argumento inicial de Cohen (1971), que foi quem utilizou primeiro esse expediente para criticar a análise em termos de implicaturas, dependia da suposição de que seus opositores também aceitassem a verofuncionalidade estrita dos outros operadores proposicionais, como a negação e o condicional. Como ele bem percebeu, diante de exemplos como (2a), (3a) e (21), um analista de implicaturas precisaria ou sacrificar a verofuncionalidade da

conjunção ou sacrificar a verofuncionalidade do outro operador, em cujo escopo entram as diversas informações adicionais. Ou a verdade da conjunção não dependeria somente dos valores de verdade de suas “subfórmulas imediatas”, ou a verdade dos outros operadores não dependeria somente dos valores de verdade da conjunção. No entanto, especialmente para os casos das implicaturas incorporadas ao escopo de condicionais, esse argumento perdeu muito de sua força. Poucos autores, como é o caso ainda de Lepore e Cumming (2009), sustentam hoje em dia que os condicionais das línguas humanas sejam equivalentes à função de verdade  $\supset$  da lógica proposicional. Já Gazdar (1979) havia proposto como solução para o desafio de Cohen, precisamente, abandonar a verofuncionalidade da implicação nas línguas naturais.

É motivado por isso que Recanati (1991, 2010) apresenta uma outra justificativa para o princípio do escopo, inspirado nos trabalhos Anscombe e Ducrot (1978) sobre os fenômenos escalares. Essa nova fundamentação do critério não se aplica mais somente aos casos em que as supostas implicaturas entram no escopo de operadores proposicionais clássicos, mas em qualquer operador natural, seja ele modal, epistêmico ou deôntico. Uma sentença como (2b) teria, portanto, uma implicatura entrando no escopo do operador deôntico “deve”:

(2b) Você deve colocar a água no jarro e levá-lo à geladeira.

Nesses casos não faz sentido ameaçar a abordagem griceana com a necessidade de a verofuncionalidade do operador mais externo, como faz Cohen (1971), já que o operador deôntico em questão não é verofuncional. O problema em dizer, ainda assim, que esse operador aceita uma implicatura como parte de seu escopo é, segundo o raciocínio de Recanati, o seguinte:

(a) as implicaturas conversacionais são sequências pragmáticas de um ato de dizer algo.

(b) um ato de dizer algo só pode ser realizado por meio de uma enunciação completa, e não por meio de uma cláusula não-asserida, como o antecedente de um condicional.

(c) logo, nenhuma implicatura pode ser gerada em um nível sublocucionário, i. e., no nível de uma

cláusula não asserida, como o antecedente de um condicional.

(d) dizer que uma implicatura cai no escopo de um operador é dizer que ela é gerada em um nível sublocucionário [...]

(e) logo, nenhuma implicatura pode cair no escopo de um operador. (RECANATI, 1991, p. 114)

A ideia aqui é a de que só podemos chegar às implicaturas depois do cômputo de um ato de fala completo, dado que a implicatura é precisamente algo que inferimos a partir do conteúdo de um ato de fala. Mas os antecedentes de condicionais, as proposições negadas ou mesmo as sentenças encaixadas depois de operadores como os deônticos e os epistêmicos não são nunca atos de fala completos: são partes de um ato de fala – fazem parte do nível “sublocucionário”. Logo, nenhuma implicatura poderia surgir nesses níveis. Mas é precisamente isso que Grice (1989) preveria para (2a), (2b), (3a) e (21). As supostas implicaturas aí estão *sujeitas* às influências semânticas dos operadores, e, como os operadores são proposicionais, elas devem integrar a proposição. Isto é, os operadores em questão atuam sobre uma proposição que contém as informações temporais e causais. Portanto, essas informações pragmaticamente derivadas não são inferências a partir de um conteúdo de um ato de fala prévio: elas integram o próprio conteúdo do ato de fala. Então elas não poderiam ser implicaturas genuínas. O argumento de Recanati nos mostra que, sendo assim, Grice deve estar equivocado – seu entendimento do que são as implicaturas conflita com sua análise dos aspectos extralógicos da conjunção como implicaturas. Ao contrário do que supunha o filósofo britânico, as informações causais e temporais evocadas pelo “e” entram na proposição.

### 3.3.3 A COMPOSICIONALIDADE ENRIQUECIDA

Mas admitir que os diversos enriquecimentos da conjunção afetam a proposição não seria reincidir em uma alternativa semântica que já vimos ser falha? Essa constatação só reconduziria àquela posição que criticamos se admitíssemos como verdadeiro o pressuposto de que todo efeito sobre a proposição tem de ser um efeito semântico especificado no léxico, isto é, se aceitássemos o princípio do

paralelismo adotado por Grice (1981, 1989). Porém, não há nenhuma razão que nos obrigue a aceitá-lo – e, pelo contrário, as considerações sobre como certas informações pragmaticamente derivadas podem entrar no escopo de operadores parecem ser uma boa razão para *rejeitar* essa suposição. No entanto, todas as maneiras de rejeitá-lo implicam abandonar a ideia griceana de que toda influência pragmática livre (i.e. não demandada, como os casos de saturação, por necessidades linguísticas) sobre a interpretação linguística tem de ser uma *implicatura* no sentido tradicional (estritamente inferencial e pós-proposicional). É esse abandono que define propriamente o que na filosofia da linguagem atual se chama de *contextualismo*.

A análise dos acréscimos contextuais em (2)-(10) em termos de implicaturas não é mais a única alternativa pragmática disponível, e os bons argumentos griceanos contra a alternativa semântica não afetam essa nova abordagem. Continua sendo o caso que o item “e” é semanticamente unívoco (não há uma sobrecarga no léxico) e que as informações extralógicas que ele pode assumir sejam canceláveis e não-destacáveis (dado que seu caráter pragmático permanece intacto). Ficamos, assim, com a visão contextualista, que acarreta uma versão enriquecida do princípio da composicionalidade do significado, formulada, por Jackendoff, do seguinte modo:

A estrutura conceitual de uma sentença pode conter, além do conteúdo conceitual dos itens lexicais, outros materiais que não estão expressos lexicalmente, mas que precisam estar presentes na estrutura conceitual para [...] satisfazer aspectos pragmáticos do discurso ou do contexto extralinguístico. (JACKENDOFF, 1997, p. 49)

O conteúdo de uma sentença deixa de ser uma simples função do conteúdo convencionalmente associado a cada uma de suas partes e passa a poder incorporar os sentidos contextualmente ajustados em conformidade a princípios pragmáticos e cognitivos. Isso implica dizer que fatores contextuais e enciclopédicos podem intervir na proposição e na composição semântica. Inferências pragmáticas e informações semanticamente codificadas no léxico passam a poder integrar *o mesmo nível* de representação proposicional.

Alguns autores como Gazdar (1979) e Posner (1980), a despeito de suas entusiasmadas adesões ao modelo de explicação de Grice, foram impelidos – especialmente pela consideração de que as diversas sugestões temporais e causais dos exemplos como (2)-(6) e (8) caem no escopo de operadores (negação, condicionais, modais, epistêmicos, etc.) – a admitir que, nesses casos, a implicatura acaba fazendo *parte* das condições de verdade ou das proposições expressas pelas sentenças. Ora, um dos critérios iniciais de Grice (1989) para definir as implicaturas em oposição ao conteúdo dito é precisamente que aquelas, ao contrário deste, *estão excluídas das condições de verdade*, justamente pois a implicatura é calculada *com base* nessas condições de verdade. Mesmo partes do conteúdo codificado dos enunciados, como a ideia de oposição expressa pelo “mas”, por não contribuírem com condições de verdade, foram chamadas, por Grice, de implicaturas. A rigor, dizer que as supostas implicaturas de (2)-(6) são incorporadas às condições de verdade (ou à proposição) configura um abandono radical do que Landman (apud Recanati, 2010, p. 152) chamou de *raiz griceana* da pragmática. Na verdade, isso acaba definindo – vale repetir: apesar das intenções dos autores – uma variante notacional do contextualismo caracterizada por um emprego dúbio e confuso do termo “implicatura” (dado que a *única* coisa que as inferências sobre temporalidade e causalidade em (1)-(10) têm em comum com os casos mais típicos de implicatura é, precisamente, seu caráter pragmático).

As supostas implicaturas intrusivas (i.e. implicaturas que integram o que é dito) discutidas na literatura (cf. RECANATI, 2010) não são, portanto, *implicaturas* no sentido tradicional do termo. Podemos continuar a chamá-las desse modo desde que compreendamos que existe uma diferença radical entre elas e os exemplos mais óbvios de implicaturas. Em especial, devemos reconhecer que a existência das chamadas implicaturas intrusivas já é uma rendição a um importante ponto do argumento contextualista: a ideia de composicionalidade enriquecida de Jackendoff (1997), isto é, a proposta segundo a qual a composição semântica não se dá exclusivamente a partir dos sentidos codificados no léxico, mas que pode agregar informações livremente inferidas no contexto.

### 3.4 UM ÚLTIMO RECURSO PARA SALVAR O MINIMALISMO

A única maneira de resguardar o minimalismo (e portanto, uma abordagem vagamente compatível com as motivações de Grice) frente a tais embaraços é dizer que os enriquecimentos contextuais da conjunção são instâncias de *saturação*. Se mostramos, de um lado, que tais enriquecimentos afetam a proposição, e, de outro, que eles são influências genuinamente pragmáticas (como já argumentara Grice (1981)), a única saída para o minimalista é alegar que sua provisão é de algum modo *necessária* para tornar as sentenças com a conjunção semanticamente completas. A atribuição de uma relação temporal entre as cenas descritas por um exemplo como (2) teria de ser compreendida de acordo com o modelo dado pelos dêiticos, isto é, deveria ser considerada, de algum modo, como a atribuição de um *valor* a uma variável oculta presente na estrutura profunda da sentença. Poder-se-ia, assim, postular que a conjunção projeta, além de um conteúdo verofuncional mínimo, uma variável que deve ser contextualmente saturada por algum tipo de relação factual (sucessão temporal, causalidade, inserção espacial, etc.) saliente.

Entretanto, como argumenta Stanley (2007, p. 39), um dos mais afamados defensores de abordagens desse tipo, “alegações de dependências contextuais não-óbvias devem [...] ser acompanhadas de argumentos para a existência de um constituinte correspondente na forma lógica das construções relevantes”. Essa atitude recomenda prudência na atribuição de variáveis sintáticas ocultas: essas atribuições precisam ser empiricamente motivadas por argumentos sintáticos, e não simplesmente pelo pressuposto de manter uma uniformidade perfeita entre o que está na sintaxe e a proposição que interpretamos. Quando um teórico diz haver uma variável na estrutura profunda de alguma sentença, ele deve mostrar os vestígios visíveis que essa variável deixa, e não simplesmente supor que ela está ali para acomodar os caprichos da sua teoria semântica. Nas suas palavras: “na interpretação semântica, não devemos jamais postular uma estrutura oculta que seja inconsistente com a teoria sintática correta.” (STANLEY, 2007, p. 35)

Não existe praticamente nenhuma proposta na literatura que sugira a existência de qualquer tipo de lacuna conceitual introduzida pela conjunção nas línguas naturais. E há boas razões para essa exiguidade nas propostas. Além da implausibilidade da provável consequência sintática de uma abordagem desse tipo (a presunção de que o item lexical “e” introduz, em algum nível sintático oculto, uma



espécie de pronome não-pronunciado que deve ser contextualmente preenchido com relações factuais), parece que os enriquecimentos extralógicos da conjunção são genuinamente *opcionais*, de um ponto de vista conceitual. Parece, de fato, haver usos meramente lógicos da conjunção, como (1), nos quais nenhuma relação factual é suposta. Outros exemplos, menos naturais, mas que ilustram mais claramente esse ponto, aparecem em enunciados como (22):

(22) Dois fatos aconteceram ontem: Celina cortou o cabelo de Júlio e Júlio foi fazer compras.

Se nenhuma relação factual é interpretada nessas sentenças e se, ao mesmo tempo, intuimos que elas expressam proposições completas, podemos concluir que a provisão de uma relação factual *não* é necessária para que a sentença expresse uma proposição completa. Ao mesmo tempo, entretanto, já vimos que, quando tais relações aparecem, elas integram a proposição. Isso significa que temos elementos pragmáticos *opcionais* incidindo sobre a proposição, que é justamente o que o minimalismo nega.

A única abordagem que parece tratar algumas interpretações extralógicas da conjunção como instâncias de saturação é a de Carston (1991). Segundo a autora, a interpretação de sucessão temporal dada a um exemplo como (2) seria “um subproduto do processo de atribuição de referência envolvido na determinação da proposição” (p. 37). Isso porque, para chegarmos a uma interpretação proposicional de (2), precisamos atribuir referentes temporais aos morfemas flexionais de passado anexados aos verbos:

(2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.

A leitura de que o primeiro fato é anterior ao segundo seria simplesmente uma consequência de atribuirmos ao primeiro verbo auxiliar um referente temporal anterior ao do segundo. Essa atribuição de referentes seria um processo pragmático, mas seria um processo pragmático *guiado* por uma lacuna conceitual e sintática na sentença (o morfema flexional de passado).

A atribuição de referentes aos morfemas flexionais figuraria assim, realmente, como um processo pragmático obrigatório (i.e., um tipo de *saturação*). Essa análise, no entanto, pressupõe a teoria de Partee (1973), segundo a qual as flexões temporais funcionam semanticamente

como pronomes (elas denotariam referentes temporais pontuais em uma linha do tempo). Conquanto, como observa Recanati (1991, p. 117), essa abordagem tem dificuldade para lidar com casos em que o verbo expressa um aspecto mais durativo, como em (23), denotando intervalos de tempo em vez de “pontos” específicos:

(23) Douglas corria e caía.

A própria autora, em Carston (2002b, p. 260), declara o abandono dessa tentativa prévia de conciliar a intrusão de aspectos pragmáticos na proposição com o minimalismo, dizendo “não ver mais razão para assumir [que tais casos são explicados por] um processo de fixação de referentes; juntamente com os vários tipos de relação de causa e consequência, podemos considerar esses casos como instâncias de um processo de enriquecimento livre”. Esse renúncia revela-se ainda mais compreensível se percebermos que, bem como as teorias que dispõem de máximas icônicas de sequenciação, a proposta que trata os enriquecimentos do “e” como uma saturação decorrente da atribuição de referência aos morfemas flexionais só explica os usos *temporais* da conjunção, e não diz nada sobre a variedade de outras relações factuais que ela é capaz de expressar.

Mesmo assim, todos esses autores contextualistas persistem na presunção de que o sentido mínimo da conjunção (aquele que está codificado no léxico), a partir do qual os enriquecimentos livres que afetam a proposição se dão, é o sentido verofuncional importado da semântica da lógica proposicional clássica: “a alternativa pragmática [contextualista] toma a semântica linguística da conjunção como idêntica à do operador verofuncional da conjunção” (CARSTON, 2002b, p. 224). O mesmo é defendido, mais recentemente, por Blakemore e Carston: “segundo a nossa proposta, o ‘e’ tem *uma semântica mínima verofuncional* e as várias maneiras pelas quais as sentenças unidas podem ser entendidas como relacionadas são explicadas por meio da pragmática da coordenação explícita” (2005, p. 588, grifo meu). Essa é uma suposição que permaneceu virtualmente inquestionada na literatura. Vou defender, no próximo capítulo, que abandoná-la pode possibilitar ganhos descritivos e explicativos para uma teoria que pretenda lidar com a conjunção nas línguas naturais.

#### 4. A NECESSIDADE DE UM TRATAMENTO NÃO-VEROFUNCIONAL DA SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO

A mais disseminada e oculta limitação da análise griceana é a pretensão de conservar uma semântica unívoca da conjunção nas línguas naturais como uma função de verdade. Levinson, que acolhe esse propósito, deixa bem claro o ideal que o anima:

[E]ssa simplificação da semântica não é apenas uma redução de problemas no léxico; ela também torna possível a adoção de uma semântica construída sobre princípios lógicos simples. Ela faz isso demonstrando que, assim que as implicações pragmáticas do tipo que chamaremos de implicaturas são levadas em conta, as diferenças aparentemente radicais entre a lógica e a língua natural parecem desaparecer. (LEVINSON, 1983, p. 100)

Na medida em que estou comprometido com uma semântica mentalista e radicalmente internalista (cf. MARTIN (1978); FODOR (1975); e JACKENDOFF (1983, 1992, 2002)), é bastante conveniente tentar propor uma análise alternativa, uma semântica não-verofuncional para a conjunção “e”. A noção mesma de função de verdade não faz sentido para essa abordagem, que rejeita a aplicação imediata de noções advindas do estudo das línguas formais para as línguas naturais. Nas palavras de Jackendoff (1983, p. 79), “valores de verdade não fazem parte da nossa metalinguagem.” Não se trata aqui de abandonar o instrumental rigoroso da teoria de conjuntos ou da semântica de modelos, que são neutros em relação à ontologia e à teoria da verdade, mas sim de questionar a presunção de que a semântica das línguas naturais – que está enraizada na cognição e é fruto da evolução biológica da espécie – tenha que ter qualquer relação com a semântica do cálculo proposicional clássico – que é uma obra recente do engenho humano. Ambos os tipos de semântica, a meu ver, podem (e devem) visar formalização e ser estudados com rigor. Mas não há qualquer razão para assumir como hipótese inicial que eles guardem qualquer semelhança relevante entre si. Os princípios em que se assenta uma semântica mentalista devem ser estabelecidos com base na investigação

empírica sobre as capacidades cognitivas e em fatos sobre a linguagem humana, e não em uma noção obscura e questionável de “simplicidade”.

Creio que essa visão, no caso específico da conjunção, garanta alguns ganhos empíricos significativos, que ficarão evidentes quando eu estiver expondo, no próximo capítulo, minha proposta específica para a representação semântica dentro do quadro da semântica conceitual de Jackendoff (1983, 1992, 2002).

Não há nada de extraordinário na semântica do operador proposicional clássico  $\wedge$ . Ele é apenas um, dentre os infinitos operadores que podem ser arbitrariamente definidos como uma função de verdade bivalente. Teoricamente pode-se definir, para cada  $n \in \mathbb{N}$ , uma função de verdade qualquer com  $n$  argumentos. Isso, por si só, já nos dá um conjunto infinito de operadores, com cardinalidade  $\aleph_0$ .<sup>26</sup> Geralmente, para fins de facilitação expositiva, os manuais de lógica introduzem na linguagem do cálculo proposicional apenas cinco operadores: a negação, a disjunção, a implicação, a bi-implicação e a própria conjunção. Mas, mesmo nos restringindo a operadores unários ou binários e a um domínio booleano, podemos ter outras 15 funções de verdade, totalizando 20, quatro das quais são unárias e 16 das quais são binárias. Não há nenhum valor intrínseco a nenhuma delas que nos imponha a obrigação de transpô-la, ao custo de quaisquer malabarismos teóricos, para a semântica de um item lexical de uma língua humana.

Uma maneira de ilustrar a arbitrariedade desse procedimento tradicional é examinar outros operadores proposicionais menos celebrados – e menos conhecidos – pelos linguistas. Peguemos como exemplo o conectivo de Sheffer (cf. HUMBERSTONE, 2011), também conhecido como NAND, que represento aqui como  $|$ . Sua tabela de verdade é dada abaixo:

---

<sup>26</sup> O número de operadores verofuncionais disponíveis para um número  $x$  de valores de verdade e  $n$  de argumentos, tal que  $x$  e  $n \in \mathbb{N}$  é sempre  $x^{x^n}$ . Se temos, então, um sistema bivalente, teremos, para qualquer função  $n$ -ária, um número  $2^{2^n}$  de operadores.

P	Q	$P Q$
V	V	F
F	V	V
V	F	V
F	F	V

Embora esse conectivo seja particularmente interessante –pois ele é funcionalmente completo, i.e., ele é capaz de expressar todas as funções de verdade possíveis – não há qualquer sugestão na literatura de que sua semântica possa (ou melhor: *precise*) ter qualquer relação relevante com a de um item de uma língua natural. Não há quaisquer ameaças de que a precisão e a formalidade de uma teoria estariam comprometidas se descartamos esse paralelo. A mesma atitude, a meu ver, deve ser adotada em relação a todas as outras funções de verdade, *incluindo a conjunção*. É claro que o conectivo de Sheffer é semanticamente mais distante da nossa pedestre conjunção natural do que o operador  $\wedge$ . O ponto aqui é que nós só conseguimos constatar isso porque somos capazes de encarar  $|$  de maneira isenta, sem qualquer viés de confirmação. A tradição, nesse caso, não nos compele a assumir que, para termos uma teoria semântica formal, rigorosa e simples, precisamos enxergar contrapartes para o  $|$  nas línguas naturais.

Note-se que, na medida em que o poder expressivo de  $|$  é mais amplo do que qualquer um dos cinco operadores proposicionais clássicos, não seria tão esdrúxulo assim alegar que ele desempenha um papel fundamental nos nossos cálculos semânticos. Aliás, aqueles que insistem em supor que as línguas naturais dispõem de operadores proposicionais verofuncionais poderiam, no afã de simplificar suas teorias, propor que todos eles se reduzem a combinações particulares de fórmulas com conectivos de Sheffer. É verdade que as representações semânticas de sentenças simples tornar-se-iam mais complexas, mas as funções semânticas que as caracterizariam se reduziram drasticamente. Uma sentença com a forma “P e Q” receberia a seguinte representação:

$$(P|Q)|(P|Q)$$

O simples fato de que essa hipótese (mais econômica do que as alternativas amiúde adotadas) não é contemplada na literatura – mesmo que ela viesse a ser rejeitada por outras razões – é um indício forte de que a ideia de que o “e” é semanticamente equivalente ao  $\wedge$  não foi tão bem ponderada assim. Parece-me que essa ideia se propaga mais pela força do hábito e da tradição do que por argumentos e discussões empiricamente embasadas. (A respeito dos pontos discutidos acima, cf. HUMBERSTONE (2011)).

O que parece estar por trás dessa atitude é uma equivocação em torno das locuções “semântica formal” e “semântica lógica”. Falar que uma semântica deve ser “formal” ou “lógica” pode equivaler a: (i) reivindicar rigor, clareza e o uso conveniente de metalinguagens explícitas; (ii) tentar atestar paralelos entre as línguas naturais e linguagens artificialmente criadas como o cálculo de predicados e a lógica proposicional. Essas duas formas de encarar a definição de semântica formal envolvem compromissos diferentes. A primeira é, a meu ver, apenas uma ilação do método científico: devemos evitar obscurantismos, e uma maneira de nos assegurarmos disso é adotando metalinguagens e ferramentas mais precisas do que aquelas que podemos colher da linguagem ordinária. A segunda, por sua vez, caracteriza um projeto que se me afigura como, no mínimo, arbitrário. O importante é perceber que para assumir (i) como ideal não é necessário se empenhar no programa de pesquisa ocioso implicado em (ii). Da mesma forma, rejeitar (ii) não precisa resultar em um abandono de (i) – esse parece ser o “pecado original” de parte da linguística de orientação cognitiva e funcionalista. Um autor que percebe essas distinções com particular lucidez é Jackendoff (1983, 2002). Podemos, perfeitamente, reter o rigor formal no estudo da conjunção sem presumir uma equivalência – já muito questionada a respeito de outros fenômenos – entre a língua humana e um dado sistema de lógica particular, como o cálculo proposicional. Nossa proposta de representação não deve ter como meta prioritária a preservação de correlações com um sistema formal consagrado, mas sim a de integrar-se suavemente ao que descobriremos no estudo empírico da língua e da mente.

#### 4.1 OS ARGUMENTOS DE WIERZBICKA (1980)

Um primeiro conjunto de fatos a partir dos quais poderíamos depreender certa inadequação inerente ao tratamento meramente verofuncional da conjunção foi compilado por Wierzbicka (1980), em seu extenso estudo sobre a coordenação. Primeiramente, ela observa ser falsa a proposição, incontornável em uma análise verofuncional, de que “qualquer coisa pode ser unida, com a conjunção, a qualquer coisa” (p. 227). Segundo ela, essa proposta falha em explicar por que sentenças como (24) são anômalas:

(24) ? João beijou Maria no nariz e os cangurus são mamíferos.

Griceanos, como Posner (1980), defendem que a inadequação de enunciados desse tipo tem uma raiz puramente pragmática. Conjunções de sentenças que não guardam qualquer relação entre si seriam violações de princípios conversacionais e não anomalias de natureza propriamente semântica. Argumenta-se que seria “desnecessário considerar a conectividade [a ideia de que existe *alguma* relação entre os elementos unidos] como uma característica semântica especial da palavra ‘e’” (POSNER, 1980, p. 189). No entanto, a suposição de que há algum tipo de conexão entre os elementos unidos pela conjunção não aparenta ser *cancelável* como boa parte das informações pragmaticamente derivadas através das máximas. É possível que haja algo específico à semântica do “e” que especifique, de algum modo, uma relação entre os itens unidos pela conjunção. O esclarecimento exato de *qual* seria essa relação particular comunicada por todos os usos da conjunção e o modo como a semântica deve representá-la ficará mais claro na exposição da minha proposta de semântica conceitual para o “e” no próximo capítulo.

Outra realidade mencionada por Wierzbicka (1980) que também depõe contra a análise verofuncional são os usos em que a conjunção parece funcionar como uma espécie de *adição* que cria, a partir de *partes*, uma nova entidade. Isso fica mais claro a partir dos seguintes exemplos de conjunções entre NPs ou APs :

- (25)
- a. Dois e dois são quatro.
  - b. Os gatos são preto e branco.
  - c. John, Paul, George e Ringo são os Beatles.
  - d. O rei e a rainha são um casal feliz.

- e. João e Maria são amigos íntimos.
- f. Jay e Glória se casaram.

A operação semântica que a conjunção parece realizar sobre esses constituintes não-sentenciais é a formação de uma espécie de “todo” unificado, ou de um conjunto. O sujeito de uma sentença como (25d) não é o rei nem a rainha, mas uma entidade complexa que tem o rei e a rainha como *partes* (afinal, nem o rei nem a rainha, isoladamente, são “um casal feliz”; esse predicado se aplica só sobre o conjunto dos dois). Nenhum desses usos da conjunção pode ser capturado pelo conceito de função de verdade, que exigiria que tais enunciados fossem encarados como sinônimos de versões abreviadas de conjunções entre constituintes sentenciais, dado que a função de verdade só pode tomar como argumento proposições inteiras.

- (25’) a. Dois é quatro e dois é quatro.
- b. Os gatos são pretos e os gatos são brancos.
- c. John é os Beatles, Paul é os Beatles, George é os Beatles e Ringo é os Beatles.
- d. O rei é um casal feliz e a rainha é um casal feliz.
- e. João é amigo íntimo e Maria é amigo íntimo.
- f. Jay se casou e Glória se casou.

No entanto, fica claro que nenhuma das sentenças em (25) equivale a sua contraparte em (25’), justamente porque a noção de integração de partes em um todo não tem equivalência em um operador da lógica proposicional clássica. Precisamos de uma teoria de viés mais cognitivista para capturar essa ideia. O formalismo que desenvolverei no próximo capítulo é capaz de acomodar essa noção de integração de partes, ou de formação de um todo, de um modo mais natural.

A única resposta que um defensor da abordagem verofuncional ortodoxa poderia dar a esse desafio é, ironicamente, uma alegação de ambiguidade do tipo que lhe é preciso: o “e”, nesses casos, não atuaria como uma função de verdade, mas teria um outro sentido. Além da objeção metodológica sugerida pela Navalha de Ockham, poderíamos invocar, contra essa linha de argumentação, as seguintes indagações: “Por que a mesma palavra ‘e’ é usada em todas essas sentenças? Por mero e inexplicável acidente [...]? Mas por que esse acidente ocorreria, não apenas em [Português], mas também em muitas outras línguas? Seria isso outro acidente?” (WIERZBICKA, 1980, p. 228). Isto é, por



que usamos a mesma palavra para comunicar a integração de Entidades e Propriedades em um todo, como os casos de (25), e para expressar a conexão entre Situações ou Eventos, como todos os casos mencionados anteriormente? Não teríamos, também nos casos de conjunção proposicional, uma espécie de noção de integração embutida na semântica do “e”? Se a conjunção tem como função integrar Entidades e Propriedades em (25) por que ela não poderia ter a mesma função quando ela opera sobre Situações (Eventos, Estados ou Processos)? Respondendo ao ponto que mencionei anteriormente, talvez seja justamente o fato de as Situações conjungidas estão integradas ou fundidas em uma Situação maior (da qual ambas são partes) que define precisamente a *relação* particular que existe entre as proposições anexadas pela conjunção.

#### 4.2 UMA RESTRIÇÃO ASPECTUAL ÀS LEITURAS TEMPORAIS

Outro fato que milita contra uma semântica puramente verofuncional da conjunção é a impossibilidade de leituras temporais de conjunções envolvendo alguns predicados estativos. Tal fato, que será relevante para a minha análise, parece nunca ter sido notado na tradição, pelo que pude perceber na literatura consultada. Refiro-me à indisponibilidade de interpretações temporais para exemplos como (1) e (6), repetidos aqui, e (26):

(1) O painel de plástico é simples e os bancos são forrados em tecido.

(6) Carvalinho é fã declarado e recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

(26) Balneário Camboriú fica entre Florianópolis e Joinville e eu fui para lá.

Não é apenas o caso que leituras temporais (simplificadas aqui como equivalentes ao “e depois”) circunstancialmente não surjam para esses exemplos, e que, para acioná-las, bastaria elaborar um contexto apropriado. Parece, genuinamente, que leituras temporais não surgiriam em *nenhum* contexto para essas sentenças, devido ao fato de haver algo na semântica delas que repudia qualquer ordenação no tempo. Exporei os pormenores dessa hipótese no capítulo seguinte, mas creio que o responsável por essas restrições é a classe aspectual dos enunciados em

questão. Note-se que (1), (6) e (26) figurariam como genuinamente anômalas se buscássemos explicitar uma relação temporal entre as Situações concatenadas pela conjunção:

? (1') O painel de plástico é simples *e depois* os bancos são forrados em tecido.

? (6') Carvalhinho é fã declarado *e depois* recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

? (26') Balneário Camboriú fica entre Florianópolis e Joinville *e depois* eu fui para lá.

Não é, portanto, um fator contextual específico que determina que, nesses casos, a conjunção não deve ser temporal. A temporalidade, mesmo explicitamente enunciada, produz contradições em algumas conjunções estativas (mesmo que apenas *uma* das sentenças coordenadas seja estativa, como é o caso de (6) e (26)).

A literatura clássica que trata da conjunção concebe a seleção entre interpretações extralógicas como regida por fatores puramente pragmáticos. A intuição que, a partir desses exemplos, devemos tentar implementar com maior rigor é que, ao menos no caso da conjunção envolvendo algumas sentenças com predicados estativos, há restrições semânticas envolvidas. A saber, a estrutura conceitual humana não consegue conceber como certos Estados podem ser ordenados temporalmente. O raciocínio pragmático só poderá se dar, determinando, em contexto, qual interpretação a conjunção efetivamente receberá, respeitando essa restrição aspectual ao conjunto de interpretações.

Não vejo como a noção de função de verdade poderia capturar essa influência “lateral” do aspecto sobre a interpretação do item “e”. Isso porque a compreensão da composicionalidade implicada em uma semântica importada da lógica clássica não dispõe de recursos teóricos para acomodar a influência que a interpretação de uma expressão tem sobre a interpretação de uma outra expressão em uma mesma sentença. A teoria da composicionalidade na semântica lógica seria, nos termos de Cohen (1986, p. 223), *isolamentista*:

de acordo com a teoria isolamentista, o significado de qualquer palavra que ocorre em uma sentença em particular estaria isolado contra a interferência dos significados das outras

expressões da mesma sentença. Nessa visão, a composição [semântica] de uma sentença se assemelha à construção de uma parede a partir de tijolos de formatos diferentes. O resultado dependeria das propriedades das partes e do padrão pelo qual elas são combinadas. Mas, do mesmo modo como cada tijolo tem exatamente o mesmo formato em qualquer parede onde for colocado, cada sentido convencional de uma palavra ou frase seria exatamente o mesmo em cada sentença [...] em que ocorre.

O oposto da teoria isolamentista é oferecido pela concepção *interacionista* da composicionalidade segundo a qual “em algumas sentenças de algumas línguas o sentido de uma palavra em uma sentença pode ser determinado, em parte, pelo contexto verbal da palavra nessa sentença” (id, *ibid*, p. 223). A metáfora usada aqui é a de uma parede construída a partir de sacos de terra, cujos formatos se “ajustariam” (embora não com total maleabilidade) ao local onde eles se situam. Essa concepção interacionista da composicionalidade se conforma bem à semântica conceitual de Jackendoff (1983, 1992, 2002), de acordo com a qual as sentenças correspondem a *constituintes conceituais*, que estão, bem como as suas contrapartes sintáticas, sujeitos à regras de boa-formação *globais*, que avaliam a totalidade da proposição. Explorarei essas questões no próximo capítulo.

Antes de concluir prematuramente esta discussão e expor as minhas propostas, gostaria de mencionar (e esclarecer por que não estou adotando) outras alternativas interessantes que abandonam a verofuncionalidade estrita da conjunção.

#### 4.3 BAR-LEV E PACLAS (1980) E A NOÇÃO DE “COMANDO SEMÂNTICO”

Começo com a de Bar-Lev e Paclas (1980). Esses autores propuseram que a semântica da conjunção compreende uma noção que eles chamaram de “comando semântico”. Segundo eles, um item lexical como o “e” codifica a especificação de que a segunda proposição, em uma sequência “ $P_1$  e  $P_2$ ”, não poderia ser “anterior (causalmente ou temporalmente)” à primeira (p. 141). Trata-se de uma espécie de semantização do princípio de natureza icônica formulado por Grice e

Dowty, conforme vimos no capítulo 2. A análise dos autores fornece uma boa descrição do contraste entre algumas sentenças coordenadas e suas contrapartes paratáticas, como o exemplo (15), que repito aqui:

- (15) a. João quebrou a perna. Ele tropeçou e caiu.  
 b. João quebrou a perna e ele tropeçou e caiu.

A noção de comando semântico pode servir como explicação para o fato de que (15a) e (15b) não são sinônimos, conforme preveem quase todas as análises pragmáticas da conjunção. A razão pela qual não conseguimos interpretar a segunda sentença de (15b) como uma explicação para o fato de João ter quebrado a perna (como fazemos com (15a)) seria a de que essa leitura contrariaria uma especificação semântica inerente ao item lexical “e”, que prescreve a impossibilidade de conceber o evento da segunda oração como anterior ao da primeira.

Contudo, como bem percebe Carston (2002b), essa análise acaba fazendo previsões equivocadas para um exemplo como (27), também recolhido do Corpus Nilc:

(27) É só ver quem está jogando e nasceu de janeiro de 1973 para cá.

O que ocorre aí é que certas informações codificadas pelo tempo verbal acabam se sobrepondo ao modo pelo qual naturalmente interpretamos a conjunção (que é bem capturado pela noção de “comando semântico”). Entendemos, sem nenhum problema, que algumas pessoas nasceram *antes* de estarem jogando. Mas se, de fato, a conjunção codificasse semanticamente uma instrução para que consideremos o segundo evento como não anterior ao primeiro, (27) deveria soar como uma contradição, à maneira de (27a):

? (27a) É só ver quem está jogando e depois nasceu de janeiro de 1973 para cá.

Também não parece ser uma generalização totalmente válida essa de que não usamos o “e” para coordenar eventos em uma linha temporal regressiva. Uma sentença como (28) é perfeitamente aceitável:

(28) Chomsky se formou em Harvard e nasceu em Filadélfia.

Além disso, como já expus na nota de rodapé 10, no primeiro capítulo deste trabalho, parece ser perfeitamente possível *negar explicitamente* a ideia de sequenciação e de causalidade icônica de uma sentença com a conjunção. É o caso do exemplo (11), repetido abaixo, no qual afirmamos precisamente uma causalidade inversa à da sequência icônica:

(11) Se o rei teve um infarto e a república foi declarada e o segundo evento causou o primeiro, então Tom ficará contente.

Novamente, se a noção de comando semântico fosse uma propriedade intrínseca da conjunção, teríamos que estar diante de uma contradição, como se disséssemos (11’):

? (11) Se o rei teve um infarto e, por causa disso, a república foi declarada e o segundo evento causou o primeiro, então Tom ficará contente.

A noção de “comando semântico” parece ser uma generalização descritiva razoável para casos típicos em que a conjunção agrega sentenças não-estativas, em especial quando elas aparecem no aspecto perfectivo. Mas, como toda generalização descritiva, ela apresenta exceções que a tornam inadequadas para fornecer, verdadeiramente, uma *explicação* para o fenômeno. Além disso, como veremos mais adiante, ela não explica outras restrições que pesam sobre as interpretações da conjunção. Uma tratamento conceitualista para o contraste entre as sentenças coordenadas e as paratáticas em exemplos como (15) será oferecido no capítulo 6. Veremos ali que a impossibilidade de interpretações temporais inversas em um caso como (15b) tem menos a ver com uma restrição semântica à interpretações temporais regressivas do que com o fato de que a conjunção – ao contrário da parataxe e de alguns marcadores discursivos – funde duas representações em uma *única unidade conceitual*.

#### 4.4 BJORKMAN(2013): UMA TENTATIVA DE SOLUÇÃO SINTÁTICA

Uma análise recente, e bastante sofisticada, que também descarta a ideia de que a conjunção nas línguas naturais desempenha o papel estrito de uma função de verdade é a tentativa de solução sintática

oferecida por Bjorkman (2013). Ela propõe, essencialmente, uma semântica do “e” sensível ao contexto sintático, em particular, sensível aos *tipos de sintagmas* que a conjunção toma como especificador e complemento. Vale dizer, em justiça à curta história do assunto, que a advertência de que fatores sintáticos poderiam ser relevantes para explicar as interpretações da conjunção já tinha sido insinuada (e até explorada com certo rigor) por Schmerling (1975) e Posner (1980). A solução de Bjorkman (2013) procede (sem o devido reconhecimento) de uma observação informal feita por este último. Ela nota que, em sentenças encaixadas como (29), há um contraste entre os casos em que os elementos unidos pela conjunção são CPs (29a) e TPs (29b):

- (29) a. Robson disse [<sub>CP</sub> que João riu] e [<sub>CP</sub> que Maria ficou brava].<sup>27</sup>  
 b. Robson disse [<sub>CP</sub> que [<sub>TP</sub> João riu] e [<sub>TP</sub> Maria ficou brava]].

Quando os constituintes unidos são CPs (29a), a interpretação temporal/causal assimétrica não surge. Ela só surge para constituintes “menores”, isto é, no quadro gerativo adotado pela autora, constituintes mais “baixos” na hierarquia sintática, como os TPs em (29b). Ela estende esse paralelismo para sentenças não encaixadas como (2)-(6) e diz que, nesses casos, há uma ambiguidade estrutural. Cada uma dessas sentenças teria duas estruturas subjacentes possíveis, uma em que a conjunção junta CPs nulos (responsável pela interpretação puramente lógica e simétrica), e outra, mais acessível, em que a conjunção junta TPs (responsável pela interpretação assimétrica). Em contexto, uma ou outra dessas interpretações pode ser cancelada, o que configuraria uma “desambiguação” da estrutura da sentença. Vejamos como ficam essas duas estruturas para a sentença (2):

---

<sup>27</sup> Se tentarmos explicitar a inferência temporal de (29a) obtemos um resultado interessante:

(29a') Robson disse [<sub>CP</sub> que João riu] e *depois* [<sub>CP</sub> que Maria ficou brava].  
 Essa é uma sentença possível no PB, mas note-se que as Situações que estão sendo temporalmente sequenciadas não podem ser as Situações descritas nos CPs, mas sim os eventos de *dizer*, que é o núcleo da sentença principal (e que não encabeça um CP). Essa observação dá um respaldo adicional à observação de que CPs não autorizariam, sob circunstância alguma, uma leitura temporal da conjunção.

(2a) [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>TP</sub> A água foi colocada no jarro]] e [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>TP</sub> o jarro foi levado à geladeira]]. (Interpretação lógica e simétrica)

(2b) [<sub>TP</sub> A água foi colocada no jarro] e [<sub>TP</sub> o jarro foi levado à geladeira]]. (Interpretação temporal e assimétrica)

Além de pressupor cegamente a adequação de modelos sintáticos que assumem a existência de estruturas subjacentes e categorias fonologicamente nulas – o que certamente não é uma assunção ingênua e teoricamente imaculada –, há alguns contraexemplos bastante fortes a essa análise. Vou argumentar contra essa proposta assumindo, para o bem do debate, o próprio modelo gerativista adotado pela autora, suplementado com a proposta de Johannessen (1998) acerca da sintaxe da conjunção, projetada sintaticamente como ConjP. Farei um uso especial dos princípios da Teoria da Ligação, formulada por Chomsky (1981, 1986). Começemos com os exemplos (30) e (31):

(30) Gilberto sabe [<sub>CP</sub> que [<sub>ConjP</sub> [<sub>TP</sub> Caetano<sub>i</sub> tem sete irmãos] e [<sub>TP</sub> pro<sub>i</sub> vive no Rio]]].

(31) Gilberto falou [<sub>CP</sub> que [<sub>ConjP</sub> [<sub>TP</sub> Caetano<sub>i</sub> é feliz] e [<sub>TP</sub> pro<sub>i</sub> se<sub>i</sub> adora t<sub>i</sub>]]].

Em (30), apesar de a conjunção estar juntando o que supostamente são dois TPs, não surge uma interpretação temporal. É claro que, para manter de pé sua análise, Bjorkman pode querer retrucar que, como em (2a), temos aí a projeção de dois CPs nulos, como se vê em (30’):

(30’) Gilberto sabe [<sub>CP</sub> que [<sub>ConjP</sub> [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>TP</sub> Caetano<sub>i</sub> tem sete irmãos]] e [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>TP</sub> pro<sub>i</sub> vive no Rio]]]].

Embora artificial e *ad hoc*, essa saída é coerente e, de fato, salvaria sua explicação de ser imediatamente refutada pela possibilidade da interpretação simétrica em (30).<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Essa saída teria que se confrontar com o aparente conflito que ela estabelece com um princípio universal do processamento sintático: o princípio da aposição mínima, que orienta o *parser* a montar preferencialmente a estrutura com o menor número de nós e camadas possível (cf. MAIA, 2016). Se a sentença em questão é compatível com a análise dada em (30), caberia perguntar por que o

Contudo, esse artifício não parece estar disponível para o exemplo (31), pois o pronome anafórico *se* está coindexado com [DP Caetano] na primeira sentença da conjunção. O Princípio A da Teoria da Ligação afirma que as anáforas precisam estar ligadas (i.e. serem c-comandadas por um DP que porte o mesmo índice referencial que elas) *dentro de um certo domínio de localidade* chamado de *categoria de regência*. Se tivéssemos um CP entre a anáfora *se* e o DP *Caetano*, essa última condição estaria sendo violada, pois os CPs constituem categorias de regências próprias. A anáfora *se* estaria sendo ligada a um DP *fora* de sua categoria de regência (que seria o CP mínimo onde ela se encontraria). Por essa razão, em (31), a autora seria obrigada a considerar que a conjunção está unindo, de fato, dois TPs, ainda que ela receba uma interpretação lógica e simétrica. Veja que se colocarmos, em (31), um complementizador explícito introduzindo a segunda sentença coordenada, produz-se um resultado no mínimo anômalo, como em (31) abaixo. Essa anomalia se dá, justamente, porque a anáfora não poderia achar seu antecedente fora do CP mínimo que é sua categoria de regência:

(31') ? Gilberto falou [<sub>ConjP</sub> [<sub>CP</sub> que Caetano<sub>i</sub> é feliz] e [<sub>CP</sub> que se<sub>i</sub> adora]].

Outro problema emerge quando constatamos ocorrências de conjunções entre constituintes que são, por motivações independentes, considerados como CPs e que, no entanto, recebem interpretações temporais assimétricas. É isso que ocorre em um exemplo como (32):

(32) Maria viu [<sub>ConjP</sub> [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>AgrP</sub> eu tropeçar] e [<sub>CP</sub> ∅ [<sub>AgrP</sub> os meninos rirem]]].

A partir de algumas ideias iniciais de Chomsky (1973), é comum considerar-se que AgrP é dominado pela projeção de um CP vazio (cf.

---

processador efetuará em *sempre* a análise mais complexa e custosa sugerida por (30'). Essa questão surge igualmente para um exemplo não encaixado de conjunção entre Estados como (1). Se a hipótese sintática de Bjorkman estivesse correta, o princípio da aposição mínima acarretaria, ao que parece, que – a menos que houvesse um CP explicitamente marcado – a interpretação *default* para conjunções sentenciais seria sempre a conjunção estruturalmente mais simples, isto é, entre TPs. Mas os exemplos que citei aqui *nunca* admitem esse tipo de interpretação.



MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013, p. 181). Essa estruturação é motivada por tentativas de unificar considerações pertinentes à Teoria da Ligação – pois AgrP também instaura uma categoria de regência – e também pela Teoria do Caso – pois AgrP constitui barreira para a atribuição de caso em ECM em exemplos como “\*A Maria nos viu rirmos”. Um dos argumentos mais diretos em prol dessa hipótese envolve sentenças com alçamento de auxiliares, como (33), sabidamente pertencentes a um registro extremamente formal do PB:

(33) O presidente afirmou [CP terem<sub>i</sub> [AgrP OS ministros t<sub>i</sub> falhado no controle da inflação]].

É quase unânime entre os sintaticistas de orientação gerativa que o DP *os ministros* esteja preenchendo Spec de AgrP, posição em que ele recebe caso NOM. O verbo auxiliar “terem” deve, pois, estar em alguma projeção acima de AgrP. Por razões nas quais não cabe entrar aqui, não parece haver outro lugar que ele possa ocupar senão a de um núcleo complementizador C. Mas, como todo núcleo projeta um sintagma, os sintaticistas são compelidos a reconhecer que, sempre que houver um AgrP (mesmo sem alçamento de auxiliares), haverá um CP logo acima dele.

É isso que acontece na sentença (32). Ambas as estruturas coordenadas são encabeçadas por infinitivos pessoais. Mas aí a conjunção está claramente apta a receber interpretação temporal, a qual pode, inclusive, ser explicitada, como em (32’):

(32’) Maria viu [ConjP [CP ∅[AgrP eu tropeçar] e depois [CP ∅ [AgrP os meninos rirem]]].

Sentenças como essa constituiriam – para aqueles que presumem esse tipo de teoria sintática – evidências potentes contra a ideia de que exista qualquer relação necessária entre CPs e interpretações lógicas e simétricas do “e”.

Então, ao contrário do que supõe Bjorkman (2013) pode tanto ser o caso que haja TPs com interpretação lógica e simétrica, como (30) e (31), quanto CPs com interpretação assimétrica e temporal, como (32). Parece que o surgimento de uma leitura assimétrica do “e” depende mais do tipo semântico das representações que ele unifica do que da categoria sintática dos constituintes que são subcategorizados. A própria autora

percebe isso, na segunda parte do seu artigo, quando tenta estender sua análise para a junção de NPs, como em (34):

- (34) a. A queda de Caetano e o riso da plateia foram notícia nos jornais.  
 b. ≠ O riso da plateia e a queda de Caetano foram notícia nos jornais.  
 c. O casamento e a gravidez de Maria alegraram os pais.  
 d. ≠ A gravidez e o casamento de Maria alegraram os pais.  
 e. O conhecimento e a longevidade de Chomsky são notórios.  
 f. O projeto e os documentos devem ser entregues à secretaria.

As intuições a respeito desses casos não me parecem dar resultados tão claros. Todavia, é no mínimo razoável sustentar que a conjunção de NPs que codificam Eventos – como (34a)-(34d) – pode também receber interpretação temporal e assimétrica. É possível, inclusive, explicitar essa relação, dizendo algo como “O casamento e a *subsequente* gravidez de Maria...”. O mesmo não ocorre com outros tipos de NPs, que designam Estados ou Propriedades – como (34e) – ou mesmo Objetos – como (34f). Nesses casos, a tentativa de explicitar uma relação temporal produz anomalias, como em “? O projeto e os *subsequentes* documentos...”.

Esse conjunto de fatos parece reforçar uma ideia que expus acima, na primeira parte deste capítulo, a saber: a ideia de que a (im)possibilidade de leituras temporais está associada às propriedades aspectuais, ou – de uma maneira mais ampla – *ontológicas* das representações que são unidas com a conjunção. Há algo que impede certos tipos de Estados (e todos os tipos de Objetos) de serem ordenados temporalmente. Essa restrição semântica não pesa sobre Eventos e Processos, independentemente de sua manifestação sintática.<sup>29</sup> Uma explicação para os contrastes interpretativos que decorrem de fatores (aparentemente) estruturais observados em (29) precisa, de fato, ser dada.<sup>30</sup> Mas o fato soberano é que solução para o problema de como

---

<sup>29</sup> Esse tipo de condição ontológica para a aplicação de operadores não encontra, obviamente, nenhum paralelo na semântica verofuncional da lógica de proposições, que era preferida por Grice e seus seguidores.

<sup>30</sup> Tenho uma hipótese – confessadamente bastante especulativa – que pode fornecer uma explicação para isso. É possível que os CPs – ou seus equivalentes

interpretamos a conjunção não tem como vir exclusivamente da sintaxe, pois categorias como NP, TP e CP não detêm para si o monopólio de nenhum tipo semântico. É mais conveniente, portanto, formular as restrições para interpretação de conjunções nesse nível, livrando a sintaxe de sobrecargas desnecessárias.

#### 4.5 ALGUNS ENGODOS EM TORNO DA SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO

Tanto a abordagem griceana das implicaturas quanto essa alternativa sintática buscam preservar, de modos distintos, o princípio de uniformidade da interface sintaxe-semântica, que é um dos pilares do *mainstream* da linguística gerativa (JACKENDOFF; CULICOVER,

---

em uma teoria sintática não gerativa – correspondam sempre a Estados de um certo tipo, que será definido no próximo capítulo. Essa tese é similar àquela que foi sustentada, no quadro de uma versão anterior da gramática gerativa, por Vendler (1967), em um debate sobre as diferenças semânticas entre nominais “perfeitos” (como “destruição”, “corte”, etc.) e nominais “imperfeitos” (como “o destruir”, “o cortar” e sentenças encaixadas como “que ele destrua” e “que ele corte”). Segundo ele, os nominais imperfeitos (que incluem o que hoje chamamos de CPs) não denotam Eventos, mas apenas Fatos, isto é, o que estou chamando aqui de Estados. E, como já mostrei na seção 4.2, não conseguimos conceber como certos tipos de Estados podem ser temporalmente ordenados. É possível pensar então que o complementizador *que* teria uma função semântica de *estatizar* qualquer Situação sob o seu escopo. Ele seria uma função que mapeia uma Situação qualquer em um Estado (do tipo relevante). Por conta disso, se assumimos que os CPs em (29a) estão relacionados, via regras de interface, a tais Estados, não há necessidade de incluir na semântica da conjunção qualquer menção específica a categorias sintáticas para explicar a restrição às interpretações temporais. Essa restrição pode ser formulada diretamente no nível semântico, do mesmo modo como faremos para os Estados que não são encabeçados por CPs – como (1), que discuti em 4.2 – e para os NPs em (34e)-(34f). Todos os casos de impossibilidade de interpretação temporal da conjunção seriam explicados com o mesmo artifício: a ideia de que só Eventos e Processos podem ser sequenciados, mas não Estados. Esse sabor estativo dos CPs fica, ao menos para mim, particularmente saliente em casos que eles ocupam a posição de sujeito, como (a):

(a) [<sub>CP</sub> Que [<sub>S</sub> Igor ouça música atonal] irrita Leonardo.

É claro que para implementar algo semelhante a isso teríamos que rejeitar a análise dos AgrPs em (32) como envolvendo a projeção de um CP, dado que, claramente, eles não precisam expressar Estados.

2005, p. 6). A primeira nega que a conjunção manifeste sentidos diferentes, dado que as sentenças em que ela ocorre instanciam formas semelhantes. A segunda acolhe nossa intuição de que, há, de fato, um contraste de sentido entre (1) e (2), por exemplo, e busca explicá-lo postulando duas estruturas subjacentes, cada uma correspondendo a um único significado. Mantém-se, nos dois casos, a ideia de que uma forma está associada a um só sentido, e vice-versa. Os griceanos insistem na univocidade da contribuição da conjunção para a proposição a fim de preservar um ideal lógico de composição semântica (segundo o qual o sentido que uma expressão incorpora na proposição é sempre o sentido que ela possui independentemente, em virtude de regras lexicais simples), já a alternativa sintática aproxima a composição semântica de nossas intuições, mas o faz ao preço de uma complicação excessiva – e inadequada – da sintaxe.

Outra dificuldade óbvia com a solução sintática e com alternativas semânticas como a de Bar-Lev e Paclas (1980) (e também a de Txurruca (2003)) – e que, na verdade, deve servir de alerta para a tentativa de elaborar uma semântica lexical para o “e” – é que elas não chegam nem perto de explicar todas as interpretações que a conjunção “e” pode assumir. Elas explicam – tais quais as máximas de sequenciação que discuti no capítulo 2 – apenas como pode haver um contraste entre casos simétricos e assimétricos. Entretanto, as especificações de intervalos temporais específicos e de ligações causais variadas ficam totalmente desprovidas de esclarecimento (isso para não falar de propriedades retóricas e discursivas, como as que observamos em (7)). Uma solução global para o problema deve envolver sempre uma reconciliação entre semântica e pragmática.

Seja qual for a semântica que se proponha, ela não pode cair no engodo de querer dar conta de *todos* os casos. Tal erro, que sempre acabará escorregando para uma sobrecarga do léxico, foi o pecado original das abordagens semânticas convenientemente expurgadas por Grice (1981). A semântica deve deixar um bom espaço aberto para as possibilidades de ajuste pragmático. Ela deve também ser *compatível* e buscar uma *integração harmoniosa* com as teorias pragmáticas mais plausíveis. Creio ser, portanto, legítimo o apelo griceano para tornar a semântica da conjunção o mais “mínima” e “unívoca” quanto possível. Para repetir o que já disse: discordo apenas da presunção de que a máxima do Modo seja um princípio suficiente para gerar as inferências deduzidas do “e”, da separação pressuposta entre composição semântica e pragmática e do modo como a semântica da conjunção nas línguas

naturais foi simplesmente “transplantada”, sem quaisquer ressalvas e adaptações, da semântica do operador proposicional  $\wedge$  da lógica. Nos próximos capítulos proporei as linhas gerais de um modelo que supera essas falhas e direi qual me parece ser o mecanismo pragmático que parece melhor explicar os casos que estão além da alçada da semântica.



## 5. DA FUNÇÃO DE VERDADE À FUNÇÃO CONCEITUAL

Depois dessa longa parte negativa, começo agora a propriamente edificante e *propositiva* do meu trabalho. Passei os três últimos capítulos criticando, ponto a ponto, a teoria de Grice e de seus continuadores, ao mesmo tempo em que resguardava, num nível mais profundo – na minha própria maneira de encarar o fenômeno e a construção mais ampla de uma teoria explicativa da significação –, uma vocação griceana. Agora chega o receado momento em que devo atar as pontas soltas das críticas que fiz, buscando solucionar-lhes e submeter-lhes a um enquadramento próprio e coerente.

Divergências radicais à parte, este é um trabalho que assume as premissas básicas do projeto inaugurado por Grice. Talvez a mais radical dessas divergências que me afastam do rótulo de *neogriceano* seja a rejeição do ideal tácito segundo o qual devemos preservar algum resquício (quicá vários) da semântica do cálculo de predicados na semântica das línguas naturais, a fim de tornar esta empreitada igualmente formal e sistemática. Como já disse, não acredito que formalidade e sistematicidade sejam privilégio de qualquer sistema lógico em particular: é igualmente possível atingi-las partindo de outras concepções. Aqui desenvolverei uma semântica de inflexão *conceitualista* para a conjunção, pautada nos trabalhos de Jackendoff (1983, 1992, 2002). Começo essa parte mais assertiva da dissertação, então, naturalmente, com a minha proposta de representação semântica não-verofuncional.

Na primeira seção, farei um brevíssimo panorama da arquitetura em paralelo, que é a concepção geral da faculdade da linguagem em que se enquadra o módulo semântico, segundo Jackendoff (1997, 2002, 2007, 2014) e Culicover e Jackendoff (2005). Também exporei alguns princípios basilares dessa teoria semântica, que é chamada de semântica conceitual. Em seguida, desenvolverei a discussão de questões sobre a estrutura conceitual que são relevantes para a compreensão do fenômeno da conjunção nas línguas naturais. Isso requererá a formulação de uma representação semântica mínima para o “e” que reúna e, sobretudo, *supere* os méritos da noção de função de verdade. Na última parte deste capítulo, aprofundarei alguns tópicos relativos ao problema da correspondência entre a sintaxe e a semântica da conjunção, pois acredito que uma das virtudes da minha proposta de representação – independentemente dos outros pontos que são discutidos em outros capítulos – é o seu maior potencial para dar conta de usos não

proposicionais da conjunção. Nos próximos capítulos discorrerei sobre os processos inferenciais que atuam sobre a estrutura conceitual da conjunção gerando novas estruturas conceituais.

## 5.1 A ARQUITETURA EM PARALELO E A SEMÂNTICA CONCEITUAL

A teoria da arquitetura em paralelo, elaborada em Jackendoff (1997, 2002, 2007, 2014) e em Culicover e Jackendoff (2005), apresenta-se como uma alternativa ao desenvolvimento clássico da teoria gerativa – desde seu início em Chomsky (1957) até o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995)). Despreendendo-se do módulo sintático enquanto centro único de geração linguística, os autores propõem a seguinte arquitetura:

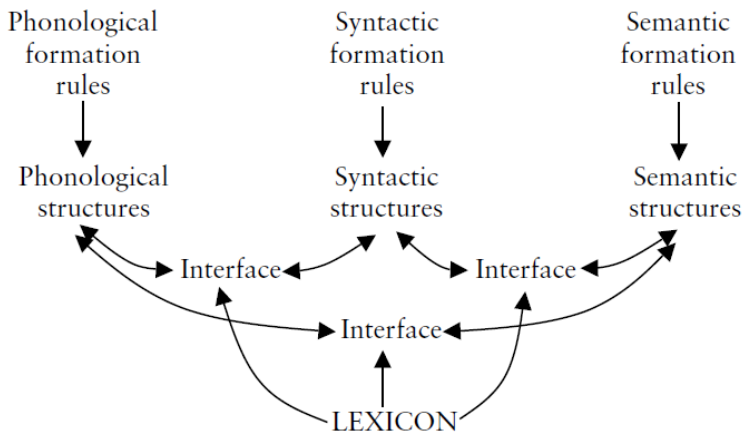


Diagrama 1: A arquitetura em paralelo  
(CULICOVER; JACKENDOFF, 2005, p. 18)

No diagrama acima, são apresentados três eixos de geração linguística: fonológico, sintático e semântico. A proposta, portanto, é a de uma estrutura fundamentalmente modular, em que as regras de formação de cada um dos três eixos licenciam suas estruturas correspondentes, independentemente dos outros dois módulos, e os níveis de interface atuam como restrições adicionais, estabelecendo pareamentos admissíveis entre os componentes. A gramática é, pois,



baseada em restrições que determinam a boa-formação das estruturas, de acordo com as regras de formação e com os níveis de interface entre os módulos. Não se trata, portanto, ao contrário dos modelos gerativos tradicionais, de uma concepção derivacional de gramática, que postula “etapas” para a geração das estruturas. Segundo Jackendoff (2007), tais derivações acabam, inadvertidamente, “simulando” o processamento em tempo real de uma forma que compromete a integração da teoria com modelos empiricamente embasados de processamento. Aqui, uma estrutura é considerada bem formada quando é licenciada independentemente em cada um dos níveis linguísticos, bem como nos níveis de interface. Não há qualquer ordem inerente para a aplicação das restrições.

O modelo é conhecido como *arquitetura em paralelo* pois propõe que a geração linguística ocorre paralelamente nos três níveis, cada qual com sua própria complexidade combinatória e com suas unidades mínimas específicas. Os autores que o seguem sugerem que fonologia, sintaxe e semântica são componentes igualmente estruturantes do sistema linguístico, relacionando-se uns aos outros por meio dos níveis de interface. Os níveis de interface estabelecem “traduções” regulares entre as estruturas. O lugar da gramática onde tais interfaces regulares estão armazenadas é no léxico, que passa a ser concebido de forma ampla num *continuum* entre palavras, construções idiossincráticas e estruturas frasais mais abstratas, conforme ocorre também na gramática de construções (cf. CROFT, 2001).

O papel da sintaxe continua sendo o de relacionar som e significado; contudo, a fonologia é ordenada linearmente, enquanto a semântica estrutura-se a partir de uma hierarquia de significados, compreendidos como conceitualmente construídos. Cabe à sintaxe operar esse complexo mapeamento entre linearidade e hierarquia. O módulo semântico do modelo corresponde ao que vem sendo desenvolvido por Jackendoff (1983, 1992, 2002, 2014) na teoria da semântica conceitual.

A semântica conceitual, como o próprio nome sugere, se assenta sobre a *hipótese da estrutura conceitual*, enunciada, em Jackendoff (1983, p.17) da seguinte maneira: “existe um *único* nível de representação mental em que informações linguísticas, sensoriais e motoras são compatíveis”. Trata-se, grosso modo, de uma hipótese equivalente àquela enunciada por Fodor (1975) acerca da linguagem do pensamento. A ideia básica é que há apenas *um* sistema central de pensamento transmodular humano, e que esse nível de representação – a

linguagem do pensamento ou estrutura conceitual – agrega, de algum modo, informações provenientes de todos sistemas de *input* (percepção, ação e linguagem). Jackendoff (1983, 2002) sustenta, adicionalmente, que não existe um nível autônomo de semântica, separado da estrutura conceitual. Nas suas palavras:

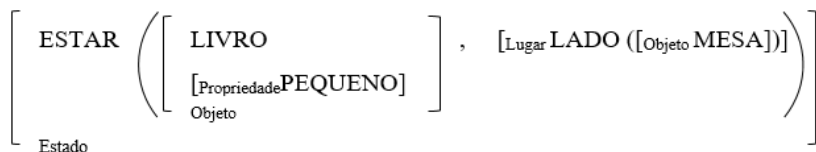
a estrutura semântica e a estrutura conceitual colapsam em um nível unificado, e as formas sintáticas são mapeadas, por meio de regras de correspondência, a esse nível diretamente, sem a mediação de um nível intermediário que trata das inferências puramente linguísticas.  
(JACKENDOFF, 1983, p. 105)

O estudo da semântica é, portanto, na sua visão, o estudo da própria estrutura conceitual, que nada mais é do que o nível de representação em que se materializa o pensamento e o raciocínio humano. Isso implica que a distinção entre semântica e pragmática não será tão marcada quanto é para outras teorias; ambas as disciplinas tratam do *mesmo* nível de representação – a estrutura conceitual – mas a semântica se detém mais sobre regras (de interface e de inferência) invariáveis (i.e., independentes do contexto) e a pragmática se concentra mais nas regras de inferência que são canceláveis e contextuais. Todas essas regras, entretanto, se aplicam ao mesmo tipo de representação: a estrutura conceitual, que codifica tanto informações “essenciais” a respeito dos conceitos quanto propriedades enciclopédicas e associações pessoais. A estrutura conceitual funciona também como uma espécie de mediação entre a linguagem e os outros módulos, como a percepção e a ação (cf. JACKENDOFF, 1992, p. 44). Isso acarreta que a teoria semântica deve atender também às exigências mais amplas da psicologia cognitiva (cf. JACKENDOFF, 1983).

Jackendoff, no entanto, vai muito além de uma filosofia da mente de inspiração fodoriana no desenvolvimento da sua teoria, propondo um formalismo algébrico que busca expressar as propriedades semânticas das sentenças das línguas naturais. Ele desenvolve também, a seu modo, uma semântica formal, que busca, de um lado, determinar quais são os primitivos conceituais básicos e seus princípios de combinação em unidades (lexicais ou sentenciais) de sentido, e, de outro, as relações entre as configurações conceituais e as formas sintáticas. Sua teoria semântica, assim concebida, não tem como objetivo principal elucidar o modo como se dá a referência externa, mas sim postular elementos que

expliquem fatos como sinonímia, inferência, contradição, categorização, e, em última instância a própria aquisição do sistema conceitual a partir de uma base inata – questões que não implicam necessariamente uma relação direta entre linguagem e mundo. Despida de sua ancestral vocação referencialista, a semântica passa a ser compreendida como uma espécie de sintaxe estruturada de conceitos. Podemos compreender os rudimentos do formalismo empregado por Jackendoff a partir da representação semântica simplificada proposta para a sentença (35) abaixo:

(35) O livro pequeno está ao lado da mesa.



As unidades básicas da estrutura conceitual são os chamados *constituintes conceituais*, que são representados acima como as porções entre colchetes. Cada constituinte conceitual se enquadra em uma *categoria ontológica*, as quais caracterizam os tipos de Entidades mentais a que podemos nos referir e que somos capazes de conceitualizar, como, por exemplo: Estados, Eventos, Objetos, Lugares e Caminhos e Propriedades. Jackendoff (1983) não demonstra qualquer pretensão de ter esgotado, com esses exemplos, todo o repertório humano de categorias ontológicas. Evidências para a atribuição de categorias ontológicas podem vir não somente de estudos linguísticos, mas também de estudos sobre outras capacidades cognitivas que fazem interface com a estrutura conceitual, como os diversos sistemas perceptuais. Os nomes de categorias ontológicas são escritos com as letras iniciais maiúsculas. Todas as categorias ontológicas apresentam propriedades formais muito semelhantes. Cito, na sequência, algumas dessas similaridades.

Cada categoria conceitual “tem uma realização em que ela pode ser decomposta em uma estrutura de função e argumento; cada argumento será, por sua vez, um constituinte conceitual pertencente a uma outra categoria conceitual”. As funções conceituais, bem como os constituintes que elas encabeçam, são representadas em caixa alta. Os argumentos da função são representados entre parênteses. A noção

lógica de “predicado” é um caso especial dessa configuração, na qual “a categoria superordenada é um Estado ou um Evento [i.e., genericamente, uma Situação]” (JACKENDOFF, 1992, p. 35). Isto é, os predicados, tradicionalmente concebidos, são simplesmente funções que mapeiam Entidades quaisquer em Situações (que é o nome genérico que emprego aqui para me referir a Estados, Eventos, Processos e Ações). Mas o formalismo de Jackendoff prevê também outros casos de composição funcional, para além das instâncias habituais de predicação. Uma delas pode ser vista em (35), onde a função LADO mapeia um Objeto em um Lugar. Uma função conceitual pode ter, teoricamente, para cada  $n \in \mathbb{N}$ , um número  $n$  de argumentos. Empiricamente, no entanto, podemos constatar que o número máximo de espaços argumentais é três (como é o caso da função DAR). Quando  $n=0$  a função é considerada uma *constante*, como é o caso de LIVRO e MESA acima.

O sistema de constituintes conceituais admite também outras formas de composição semântica para além da satisfação de variáveis argumentais. Uma dessas outras formas é a modificação restritiva, que ocorre entre o Objeto LIVRO e a Propriedade PEQUENO em (35). Como o léxico contém a informação de que LIVRO é uma função que não precisa ser saturada por argumentos – i.e. é uma constante – a Propriedade PEQUENO (que também é uma constante) só pode interagir com ela atuando como um modificador que restringe a extensão de aplicação de LIVRO. Nesse caso, PEQUENO vai passar a integrar o conceito de LIVRO como um *traço* adicional, ao lado de outros conceitos que supostamente estão já contidos na semântica lexical de LIVRO, como o próprio traço de categoria ontológica Objeto e a informação taxonômica de que LIVRO é um tipo de ARTEFATO. Existem problemas empíricos interessantes sobre como modelar a modificação – em especial porque “muitos modificadores não modificam seu [conceito] hospedeiro como um todo, mas apenas um de seus *qualia* [i.e., uma de suas características lexicalmente especificadas]” (JACKENDOFF, 2002, p. 384) Uma *panela boa* não é apenas algo que é uma panela e que é bom – como geralmente apontam as alternativas lógicas costumeiras para lidar com a modificação –, mas sim uma panela que é boa para cozinhar, isto é, que é boa para realizar sua finalidade mais saliente. O conceito BOM, nesse caso, modifica o *quale* télico do conceito PANELA (cf. PUSTEJOVSKY, 1995; JACKENDOFF, 2002, cap. 12). Essa formalização interna da estrutura

sublexical dos conceitos não foi oferecida na representação semântica de (35).

Cada constituinte sintático da sentença corresponde, em geral, a um constituinte conceitual na representação semântica (mas nem todo constituinte conceitual corresponde a um constituinte sintático, pois há constituintes conceituais internos à representação lexical de itens sintaticamente primitivos). A sentença (35) corresponde ao constituinte Estado encabeçado por ESTAR, o NP “o livro” corresponde ao Objeto encabeçado por LIVRO, o NP “o lado” corresponde ao Lugar encabeçado por LADO e o NP “a mesa” corresponde ao Objeto encabeçado por MESA. Em geral, os núcleos dos constituintes sintáticos (como o verbo “estar” e os nomes “livro”, “lado” e “mesa”) correspondem às funções conceituais. Os constituintes que esses núcleos subcategorizam, em geral, correspondem aos argumentos da função. Os adjuntos dos núcleos correspondem, em geral, aos modificadores restritivos do conceito. Há, portanto, um isomorfismo *parcial* (e *apenas* parcial) entre a estruturação sintática dos sintagmas e a organização semântica dos conceitos.

Não me estenderei aqui na descrição mais aprofundada do modelo semântico desenvolvido por Jackendoff e nem nas suas virtudes em relação às outras variantes disponíveis no mercado. Os pontos fundamentais, por ora, são a independência da semântica – entendida como equivalente à estrutura conceitual –, que não é mais completamente mapeada a partir do nível sintático, e a sua natureza composicional, que propõe uma estrutura hierárquica de formação dos conceitos. Jackendoff resume de modo esclarecedor sua proposta:

A hipótese da estrutura conceitual propõe a existência de um nível único de representação mental para o qual e do qual toda as informações periféricas são mapeadas. Esse nível é caracterizado por um sistema inato de regras de boa-formação conceitual. [...] As preocupações da teoria semântica com a natureza do significado e com o mapeamento entre significado e sintaxe se traduzem [na minha proposta], respectivamente, como tentativas de descrever as regras de boa-formação conceitual e as regras de correspondência. (JACKENDOFF, 1983, p. 21-22)

Nas próximas quatro seções, tratarei majoritariamente dos problemas em torno do *significado* da conjunção – i.e. das regras de boa-formação conceitual que são relevantes para a sua compreensão. Na última seção, farei alguns comentários sobre a relação entre o significado e a sintaxe da conjunção – i.e., sobre as regras de correspondência entre a sua forma e seu sentido.

## 5.2 A SEMÂNTICA DE INTEGRAÇÃO DE ENTIDADES

A proposta semântica que esboço aqui se inspirou, sobretudo, no trabalho seminal de Wierzbicka (1980) sobre a coordenação de NPs, que foi retomado e expandido para a coordenação sentencial, mais recentemente, por Kitis (2000) e Croft (2001). As razões para adotá-la já foram, em parte, esclarecidas no capítulo anterior, na seção 4.1. A ideia de fundo, comum a esses três autores, é que a estrutura conceitual que subjaz ao entendimento da conjunção envolve a integração mereológica de duas Entidades (no caso da coordenação proposicional, meu foco, de duas Situações – i.e. Eventos, Processos ou Estados) em um “todo” unificado, isto é, em uma Entidade complexa. Daí provém a sugestão, insinuada no último capítulo, de que a conjunção nas línguas naturais não funcionaria como uma função de verdade, mas como uma função de outro tipo, que cria, a partir de duas representações semânticas, uma representação da qual as duas representações anteriores fazem parte.

Wierzbicka (1980) introduz suas reflexões acerca da representação semântica da conjunção entre NPs retomando a tradição da lógica medieval, em especial, Petrus Hispanus e Roger Bacon. Segundo ela, esses autores previram, com séculos de antecipação, uma teoria que supera os percalços imbricados num entendimento meramente verofuncional da semântica da conjunção.<sup>31</sup> Petrus Hispanus já compreendia que, em uma sentença como (36) abaixo, a sequência “Sócrates e Platão” designava uma “unidade composta por duas partes”,

---

<sup>31</sup> Na verdade, seu objetivo é atacar a teoria da *redução da conjunção*, isto é, a ideia de que coordenações de NPs são equivalentes, em algum nível semântico ou sintático profundo, a coordenações de sentenças. Como ideia de redução de conjunção parece ser requerida por uma semântica verofuncional (dado que a função de verdade só tem como tomar *proposições inteiras* em seu escopo), seus argumentos contra aquela ideia, *a fortiori*, também afetam esta. A análise verofuncional da conjunção padece, assim, de todos os males da teoria da redução da conjunção, além de outros que lhe são exclusivos.

e que essa unidade era “formada por adição” (apud WIERZBICKA, 1980, p. 230):

(36) Sócrates e Platão são brancos.

A proposta própria dela, claramente inspirada nos medievais, é a seguinte:

Uma conjunção de sintagmas nominais estabelece uma certa unidade, que é caracterizada por seu modo de composição. Proponho formalizar essa ideia representando o sujeito de “Sócrates e Platão estão correndo”, grosseiramente, como “a coisa, uma parte da qual é Sócrates, e a outra, Platão” (WIERZBICKA, 1980, p. 230)

Não basta, entretanto, para ela, simplesmente alegar que há a formação de uma Entidade a partir de partes. Essas partes, amalgamadas em uma Entidade complexa pela conjunção, precisariam apresentar algum *denominador comum*, isto é, o todo que elas passam a integrar precisa ser passível de ser “reconhecido pelo falante como uma Entidade” (WIERZBICKA, 1980, p. 230). Presumo que, com isso, ela queira dizer que, para que a formação da Entidade composta não seja puramente artificial, os elementos combinados devem apresentar alguma propriedade relevante em comum (além daquela que é predicada deles na proposição). É por isso que uma sentença como (37) poderia nos soar estranha:

? (37) Maomé e o nariz de Grace Kelly não são verdes.

A menos que o falante consiga resgatar, do seu conhecimento de mundo, um conjunto cognitivamente relevante de que o nariz de Grace Kelly e Maomé sejam membros (por meio da identificação contextual de uma propriedade relevante que eles compartilhem: seu *denominador comum*), a conjunção em (37) vai desorientar os interlocutores. Isso não ocorreu com (36) pois, nesse caso, seria mais fácil imaginar propriedades relevantes que Sócrates e Platão têm em comum (p.ex. *ser um filósofo ateniense*).

Ainda que eu seja simpático a essa abordagem, não posso deixar de reconhecer algumas complicações que a acometem. Em primeiro

lugar, não parece ser necessário encarar toda conjunção de NPs *necessariamente* como uma união entre dois Objetos. Parece-me perfeitamente possível interpretar boa parte desses casos também como integrações entre duas proposições, ou Situações. Explorarei essa ideia, que diz respeito à interface entre a sintaxe e a semântica da conjunção, na seção 5.6.

Outro problema é que, de um ponto de vista estritamente semântico, o sujeito em (37) não precisa codificar nada além de “a coisa, uma parte da qual é Maomé, e a outra, o nariz de Grace Kelly”. A identidade e as propriedades precisas dessa “coisa”, isto é, da Entidade cognitivamente saliente da qual Maomé e o nariz de Grace Kelly são partes, *podem* (mas não *precisam*) ser supridas pelo contexto (ainda que essas informações contextuais possam vir a integrar a proposição). Se assumíssemos o caráter mandatório do fornecimento de um *denominador comum*, estaríamos admitindo que alguns aspectos pragmaticamente interpretados a partir da conjunção são exemplos de saturação. Não acho que isso seria desejável, por razões que já discuti no capítulo 3. O mais provável, para mim, é que a anomalia que sentimos a partir de (37) venha de uma *falha no pressuposto de existência*. O sujeito “Maomé e o nariz de Grace Kelly” é uma expressão referencial, que, enquanto tal, pressupõe que o ouvinte tem, em seu modelo mental do mundo, uma Entidade composta por Maomé e pelo o nariz de Grace Kelly. Se o ouvinte não dispõe dessa Entidade no seu modelo mental no momento em que a sentença é interpretada, a referência pretendida a essa Entidade vai falhar, semelhantemente ao que ocorre no célebre caso de “O rei da França é calvo”, dado por Russell (1905).

É claro que um contexto suficientemente engenhoso pode ser construído de modo a garantir a presença dessa Entidade composta no modelo mental do falante. Basta uma alteração na predicação para tornar a conjunção em (37) mais aceitável, como em (37a):

(37a) Maomé e o nariz de Grace Kelly foram retratados pelos artistas da exposição.

De maneira semelhante, uma conjunção aparentemente disparatada como

“a brisa da manhã e o marido da minha vizinha”



Pode ser perfeitamente aceitável em um contexto discursivo como (D) abaixo:

(D) Para começar bem o meu dia, toda manhã eu preparo meu café e vou até a varanda respirar um ar fresco. Aproveito para observar também o marido da minha vizinha, que é um homem muito bonito. *A brisa da manha e o marido da minha vizinha* fazem-me muito bem.

O que casos como (37a) e (D) mostram é que há certa flexibilidade nas condições que regem nossa conceitualização de Entidades compostas. A ideia não é, então, que certos Objetos não possam, em nenhuma circunstância, serem unidos com a conjunção. O nosso repertório mental de Entidades certamente não é um catálogo estanque e imutável; ele é maleável e pode ser ajustado de acordo com as situações comunicacionais com que nos deparamos. A depender do contexto, pode-se admitir praticamente qualquer grupo como uma Entidade composta. A razão pela qual a conjunção em (37) nos soa anômala é que, para essa sentença, em um contexto *default*, não conseguimos construir um modelo mental que inclua a Entidade composta por Maomé e pelo nariz da Grace Kelly. O ponto relevante para o momento é que a suposta *obrigatoriedade* de um denominador comum (de uma identificação prévia e independente do grupo formado pela conjunção) não é uma característica expressa explicitamente na proposição. A existência do denominador comum é pressuposta, na medida em que é pressuposta a existência da Entidade composta denotada pela conjunção. A conjunção não *codifica* a ideia de um “denominador comum entre os elementos unidos”. Ela simplesmente pressupõe que os elementos unidos correspondem a algo que o intérprete é capaz de reconhecer como uma Entidade. As anomalias que decorrem das supostas violações desse princípio não são, então, anomalias propriamente semânticas, mas sim anomalias que surgem da incompatibilidade entre os referentes pressupostos pela sentença e os referentes que o intérprete é capaz de reconhecer.

A abordagem de Wierzbicka (1980) tem, entretanto, a vantagem de propor representações idênticas para os casos mais óbvios de conjunção entre NPs, como (36), e os casos em que há predicados assimétricos, como os exemplos que citei em (25). Do mesmo modo como em (25d) o sujeito da sentença se refere ao conjunto do qual o rei e a rainha são partes, em (36), o sujeito poderia (mas talvez não *precise*) se referir a um conjunto do qual Sócrates e Platão são partes. Em um

nível mais profundo, o que é valioso na sua representação semântica para a conjunção é a ideia de *integração de Entidades*. Acredito que essa ideia pode se estender de um modo muito proveitoso à própria conjunção proposicional, como mostrarei na próxima seção.

A partir dessas suas observações, a autora propõe que a representação semântica esquemática da conjunção entre NPs em línguas naturais deva ser, usando a metalinguagem do cálculo de predicados de primeira ordem e da teoria dos conjuntos, algo como a seguinte (onde “P” vale para qualquer predicado e “x” para um NP):

$$\forall x(x \in [x_1, x_2] \rightarrow Px)$$

Em vez de algo como

$$Px_1 \wedge Px_2$$

Todavia, talvez essa não seja a notação mais adequada para capturar a ideia de integração entre Entidades.<sup>32</sup> Primeiramente, não está claro que, em uma sequência “NP<sub>1</sub> e NP<sub>2</sub> são P”, os referentes dos NPs devam ser os *únicos* membros do conjunto de que P é predicado. Eles devem, de algum modo, ser os *membros contextualmente mais salientes* desse conjunto, seja lá o que isso queira dizer. Se não houvesse uma

---

<sup>32</sup> Nem mesmo segundo as intenções de Wierzbicka (1980), pois essa fórmula não representa diretamente o denominador comum, isto é, a ideia de que os elementos unidos com a conjunção devem partilhar de alguma característica ou propriedade relevante, além daquela que é predicada do sujeito composto. A fórmula diz apenas que os elementos unidos devem pertencer a um conjunto em comum, mas isso não garante que eles compartilhem uma propriedade real – excetuando propriedades triviais, tais qual a de *pertencer ao conjunto em questão*. Nem todo conjunto define não-trivialmente uma propriedade. Já argumentei contra a proposta de representação explícita do “denominador comum” na semântica, mas, caso a aceitasse, poderia formalizá-la melhor da seguinte maneira, usando a teoria dos conjuntos e o cálculo de predicados de segunda ordem, sendo P um predicado qualquer e D uma variável de segunda ordem para um denominador comum:

$$\forall x(x \in [x_1, x_2] \wedge \exists D(Dx) \rightarrow Px)$$

Em uma sentença como (36), por exemplo, o valor de P seria *ser branco* e D não precisaria ser existencialmente quantificado, mas poderia ser preenchido por uma propriedade (um denominador comum) contextualmente saliente, p.ex. *ser um filósofo ateniense*. Acredito que essa representação capture melhor a ideia da autora do que o formalismo que ela própria idealizou.

restrição desse tipo, (37) seria um enunciado bom, pois Maomé e o nariz de Grace Kelly são membros de vários – na verdade infinitos – conjuntos em comum.

Mais gravemente, penso que a noção de pertencimento a um conjunto – que, a rigor, é trivial, pois, para quaisquer dois elementos, existe um conjunto que tem esses dois elementos como membros – possa ser proficuamente substituída por uma noção intensional e mereológica de *parte* de um *todo*, isto é, de Entidades que compõem, por meio de uma fusão, uma Entidade maior. A ideia mais correta, então, não seria meramente que os elementos unidos pela conjunção são *membros* de um mesmo *conjunto* (o que seria trivialmente verdadeiro), mas sim que eles são *partes* de uma mesma *Entidade intensional*. Acredito que a noção de Entidade e a noção mereologicamente derivada de Entidade composta têm, *prima facie*, um estofo cognitivo mais evidente do que as noções puramente extensionais de *elemento* e de *conjunto*. Os princípios da mereologia intensional já gozam de certo prestígio na explicação de fenômenos relativos a outros domínios linguísticos e cognitivos, como a conceitualização dos tipos de eventualidades, como veremos na seção 5.4. A ideia de Entidades e de categorias ontológicas, por sua vez, é basilar para análise de fenômenos como a anáfora pragmática e para estudos da percepção visual (cf. JACKENDOFF, 1983). Seria, pois, mais econômico empregar esses mesmos princípios para elucidar a operação semântica da conjunção do que nos pautarmos na ideia independente de formação de conjunto ou na noção excêntrica de função de verdade, que não encontra respaldo em nenhum outro estudo cognitivo.

### 5.3 A SEMÂNTICA CONCEITUAL DA CONJUNÇÃO

Alguns autores como Kitis (2000) e Croft (2001) propuseram extensões da análise de Wierzbicka (1980) para casos de conjunção entre constituintes sentenciais. Creio, como já sugeri em seções anteriores, que esse impulso seja extremamente desejável de um ponto de vista metodológico, pois, se for bem sucedido, ele permite postular uma representação semântica *única* e *uniforme* para a conjunção, independentemente da sua realização sintática. A conjunção corresponderia sempre a uma mesma função semântica. Esse é, em verdade, o projeto que melhor se ajusta às recomendações da Navalha de Ockham Modificada articulada por Grice. Em todos esses autores, a

ideia de que a conjunção cria um certo “grupo” do qual os referentes de cada um dos sintagmas coordenados são partes é preservada. Kitis (2000) fala da integração de duas cenas em um mesmo *frame*, e Croft (2001) da unificação gestáltica de duas Entidades em uma *figura complexa*, envolvendo, bem como para Wierzbicka (1980), um “denominador comum”.

É nessa linha também que se enquadra a minha proposta. A formalização que empregarei deriva, além do trabalho de Jackendoff (1983, 1992, 2002) em semântica conceitual, de algumas noções mereológicas básicas expostas em Simons (1987) e Gilmore (2014). Concordarei com Grice em dizer que a conjunção “e” atua, semanticamente, como uma função comutativa bivalente. Também aceitarei que o item “e” é mapeado a essa função pelas regras lexicais de correspondência entre formas sintáticas e semânticas de uma maneira *unívoca* (i.e., que o “e” não é ambíguo). No entanto, a função semântica da conjunção não é, como é para os griceanos, uma função que mapeia os valores semânticos das cláusulas que ela une (seus valores de verdade) em um outro valor de verdade, mas sim uma função que toma como argumentos duas representações (constituintes conceituais) e gera, como valor, uma representação (constituente conceitual) maior, que contém as representações anteriores – daí a pertinência da observação dos cognitivistas segundo a qual as entidades amalgamadas integram um “todo”.

A conjunção opera, desse modo, uma espécie de *soma* ou  *fusão* mereológica binária entre as representações que ela une em uma estrutura conceitual bem-formada. A soma mereológica é normalmente definida como uma função de indivíduos em indivíduos complexos, conquanto, a meu ver, à luz da semântica mentalista de Jackendoff, é mais oportuno defini-la como uma função de *Entidades* em *Entidades* complexas.

O resultado de uma soma mereológica entre quaisquer Entidades  $x$  e  $y$  pode ser definido como uma Entidade  $a$  que tem  $x$  e  $y$  como suas únicas partes próprias imediatas (cf. SIMONS, 1987).<sup>33</sup> Uma Entidade  $x$

---

<sup>33</sup> Tenho dúvidas se a compreensão particular de *soma mereológica* requerida para o fenômeno da conjunção necessita sequer da restrição de que  $x$  e  $y$  sejam partes *próprias* da soma  $a$ . Talvez seja meramente requerido que  $x$  e  $y$  sejam partes *imediatas* de  $a$ . Casos de conjunções como (9) poderiam insinuar essa concepção mais liberal de soma, que seria, quem sabe, uma alternativa mais simples. Isso significaria, formalmente, que, em uma soma  $a$  entre  $x$  e  $y$ , poderia ser o caso de  $a$  ser igual a  $x$  ou a  $y$ . Pode ser, entretanto, o caso que a relação

é uma parte própria de  $a$  se e somente se  $x$  for parte de  $a$  e  $a \neq x$ . Uma Entidade  $x$  é, então, uma parte própria *imediate* de  $a$  se e somente se  $x$  for uma parte própria de  $a$  e se não houver nenhuma Entidade  $z$  tal que  $x$  é uma parte própria de  $z$  e  $z$  é uma parte própria de  $a$ . Obviamente, se em uma soma entre  $x$  e  $y$ ,  $x$  ou  $y$  tiverem outras Entidades como partes (i.e. se eles não forem *átomos mereológicos*), essas partes serão também partes da Entidade complexa que resulta da soma de  $x$  com  $y$  – elas apenas não serão suas partes *imediate*s. A relação *ser parte* (própria) é transitiva, ao passo que a relação *ser parte* (própria) *imediate* não é.

Mais explicitamente, tomando a relação *ser parte de* ( $Pxy$ ) como primitiva, podemos definir as relações binárias derivadas *ser parte própria de* ( $PPxy$ ), *ser parte imediata de* ( $PIxy$ ) e, com base nestas duas últimas, a relação ternária de  $x$  e  $y$  *se somam unicamente na Entidade a* ( $Sxya$ ), usando metalinguagem do cálculo de predicados mais o predicado de identidade<sup>34</sup>:

$$\begin{aligned} PPxy &=_{df} Pxy \wedge x \neq y \\ PIxy &=_{df} Pxy \wedge \neg \exists z (PPxz \wedge PPzy) \\ Sxya &=_{df} (PPxa \wedge PIxa) \wedge (PPya \wedge PIya) \wedge \forall z ((PPza \wedge PIza) \rightarrow (z = x \vee z = y)) \end{aligned}$$

A noção de soma, assim concebida é, a meu ver, *tão ou mais simples* do que a ideia griceana de função de verdade (ou mesmo a de pertencimento a um conjunto), pois ela toma como primitiva a noção básica e intuitiva de *parte*, e não a noção artificial de valor de verdade (ou de *elemento*).

Pressuponho aí, naturalmente, algum tipo de restrição *intensional* à concepção usualmente extensional de soma binária – a qual, bem como a ideia de pertencimento a um conjunto, seria demasiadamente liberal para capturar o caráter cognitivo da conjunção:

mereológica cognitivamente primitiva não seja a de *ser parte de*, mas sim a de *ser parte própria de*. Nesse caso, a definição que dou aqui seria mais conveniente. Deixo essa questão específica em aberto.

<sup>34</sup> O fato de eu estar definindo essas noções em termos do cálculo de predicados não deve implicar que a mereologia seja cognitivamente *reduzível* ao cálculo de predicados. Essas definições aqui são meramente recursos expositivos para dar uma formulação precisa aos conceitos sem precisar recorrer, no momento, a uma metalinguagem nova, como a da semântica conceitual.

É uma tese central das mereologias extensionais clássicas que quaisquer dois indivíduos podem formar uma soma. Como os indivíduos podem ser disjuntos, estar espaço e temporalmente separados e serem de tipos muito diferentes, essa suposição [da soma mereológica puramente extensional] é muito implausível. (SIMONS, 1987, p. 14)

As restrições intensionais que vislumbro para a conceitualização de Entidades compostas, resultantes de uma soma, não são substantivamente diferentes daquelas que já são relativamente conhecidas para a conceitualização de Entidades simples. O mesmo tipo de *supergeração* extensional também sucede nesses casos, pois não há impedimento formal em considerar como um indivíduo simples, por exemplo, o Objeto formado pelo meu sapato e pelo chão que está ao seu redor, ou – o que seria ainda mais estranho – o Objeto singular formado pelo livro que está na minha mesa e pelo Empire State Building. Para explicar nossa dificuldade em considerar esses arranjos disparatados de estímulos como Entidades unificadas, os psicólogos estipulam a violação a certos princípios que promovem a individuação, como: constância de forma, coerência funcional, contiguidade física e espacial, acabamento, semelhança e proximidade (cf. KÖLER, 1929; JACKENDOFF, 1983, 1985). Esses princípios se dirigem, primariamente, à conceitualização de Objetos, mas boa parte deles podem ser estendidos também à individuação de outros tipos de Entidades, como Situações (cf. JENKINS, et. al, 1986). Um conjunto famoso de princípios que parecem ser relevantes para a conceitualização de Entidades *compostas*, incluindo aí as Situações compostas, são os princípios de agrupamento, enunciados na tradição gestáltica por Wertheimer (1938).

O ponto fundamental é que, na cognição, existem certas condições favoráveis à individuação de Entidades que são menos “tolerantes” do que aquelas que definem a noção meramente lógica de *indivíduo* (ou a noção de *elemento* da teoria dos conjuntos). Nenhum subconjunto desses critérios configura, obviamente, uma condição *necessária* e *suficiente* para a individuação, mas, em conjunto, eles podem atuar reforçando-se (ou anulando-se) mutuamente, produzindo toda uma sorte de julgamentos mais ou menos seguros (cf. JACKENDOFF, 1983, cap. 8). O mesmo tipo de explicação deve, a meu ver, ser aplicado para os casos específicos de Situações compostas, decorrentes da soma operada pela conjunção proposicional.

A Entidade resultante de uma soma como essa é um tipo particular de *classe* que Russell (1938) chamou de *classe como muitos* (“*classes as many*”). O estatuto ontológico dessas Entidades é amplamente debatido nos círculos filosóficos analíticos (cf. SIMONS, 1987, p. 144-148). Como estou tratando, primariamente, de Entidades *cognitivas* – a saber, conceitos, representações mentais – acredito que posso me esquivar desse debate espinhoso sob a alegação de que só estou interessado na existência dessas entidades na *cognição*, e não na realidade externa. (Um argumento similar é lançado por Jackendoff (2002, cap. 10) para justificar sua renúncia a se envolver nos debates acerca da referência a objetos abstratos e a tipos.) Temos, com efeito, boas evidências *linguísticas* para postular a existência *cognitiva* de tais classes ou Entidades complexas. O fenômeno da referência plural a Objetos compostos, citado acima, é uma dessas evidências. Outra evidência forte e curiosa, restrita agora aos casos de conjunções proposicionais, pode ser apreendida a partir de certas retomadas anafóricas, como a que ocorre na sequência discursiva em (38) abaixo:

(38) A presidente perdeu o cargo e o vice assumiu.

(38’) *Isso* ocasionou uma crise institucional gravíssima.

Anáforas como “isso” são expressões prototipicamente referenciais. Elas são, portanto, bons diagnósticos para verificarmos se algo pode ou não ser conceitualizado como uma Entidade. Jackendoff (1983), aliás, faz um amplo uso desse recurso para estabelecer o repertório de categorias ontológicas. No enunciado (38’), o pronome anafórico “isso” está claramente retomando um Evento *composto* por dois Eventos, o qual está contido em (38): o Evento de a presidente ter perdido o cargo e de o vice ter assumido. No contexto mais saliente, não faria muito sentido supor que “isso” está retomando qualquer um desses Eventos individualmente: nem a presidente ter perdido o cargo nem o vice ter assumido, isoladamente, poderiam ser responsáveis por uma crise institucional tão grave. É apenas o Evento que resulta da *soma* desses dois Eventos que faz sentido como sujeito da predicação em (38’). Mas se alguma propriedade é predicada desse Evento composto, resultado da fusão das duas Situações em (38), isso significa que esse Evento composto existe, ao menos para a nossa cognição. Exemplos de retomadas anafóricas a partir de Situações conjungidas com o “e” podem ser proliferados. Resgatemos o enunciado em (5), e suponhamos que a ele se segue (5a):

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

(5a) *Isso* aconteceu ontem de noite.

Novamente, em (5a), o pronome anafórico “isso” *pode* (mas não *precisa*) estar retomando os dois Eventos descritos em (5) em conjunto. Isso mostra, novamente, que a conjunção é capaz de consumir uma soma mereológica, gerando uma Situação composta.

O “e”, pois, não codifica, excentricamente, uma função de verdade, mas uma função conceitual, como ocorre com qualquer núcleo sintagmático dentro do quadro geral definido por Jackendoff (1983).<sup>35</sup> No caso da conjunção, a função conceitual correspondente é a noção de soma, tal qual a defini acima. A uniformização da representação semântica dos vários constituintes sintáticos por meio da ideia de função conceitual é justamente uma das principais vantagens propiciadas por esse tipo de abordagem, em comparação com as alternativas lógicas tradicionais (que atribuem representações semânticas de tipos muito diferentes a constituintes sintáticos organizados de forma semelhante).

Assumamos, por enquanto, de acordo com a regra de interface básica dada em Jackendoff (1983, cap. 4), que cada conceito que a soma mereológica binária – que doravante chamarei de FUNDIR – toma como argumento corresponda ao valor semântico de um constituinte sintático que a conjunção “e” subcategoriza. Esquemáticamente, então, a conjunção receberia a seguinte representação na semântica conceitual:

$$[{}_w \text{FUNDIR}([{}_y x_1], [{}_z x_2])]^{36}$$

Onde “x” vale para qualquer conceito expressado por um dos sintagmas unidos pela conjunção. Um dos postulados de Jackendoff (1992), como vimos, é que cada constituinte conceitual se encaixa em uma categoria ontológica (Objeto, Evento, Estado, Lugar, Caminho, Propriedade, Quantidade, etc.). O traço de categoria ontológica é representado, no esquema FUNDIR acima, pelas variáveis “w”, “y” e “z”. Uma conjunção *proposicional* seria simplesmente um caso de

<sup>35</sup> Nos termos de teorias semânticas formalistas mais usuais, poderíamos dizer que, em vez de ser um operador binário meramente verofuncional, o “e” seria um predicado, também binário, mas de natureza plenamente *vericondicional*.

<sup>36</sup> Quando os detalhes específicos desse formalismo não foram relevantes, anotarei essa função simplesmente como FUNDIR(x,y), ou apenas FUNDIR.



aplicação de FUNDIR a *conceitos sentenciais*, que são combinações de conceitos lexicais que atingem um nível plenamente proposicional (i.e., nos quais os elementos “w”, “y” e “z” são Situações). Os casos proposicionais de FUNDIR são, portanto, casos de uma função que mapeia Situações em uma Situação composta.

Note-se que a estrutura interna de um dos “x” pode conter também uma conjunção (uma instância de FUNDIR), o que caracteriza FUNDIR como uma função recursiva. Há outras propriedades, além dessa, que FUNDIR partilha com seu irmão verofuncional, o operador  $\wedge$ : a comutatividade e a associatividade. FUNDIR é comutativa pois a soma de  $[_y x_1]$  com  $[_z x_2]$  tem como resultado a *mesma* Entidade que resulta da soma de  $[_z x_2]$  com  $[_y x_1]$ :

$$[_w \text{ FUNDIR}([_y x_1], [_z x_2])] \equiv [_w \text{ FUNDIR}([_z x_2], [_y x_1])]$$

Empiricamente, isso implica que as interpretações assimétricas da conjunção terão de ser consideradas como pragmáticas, isto é, as conexões temporais e causais não são leituras *literais* da conjunção, derivadas da estrutura semântica associada a ela pelas regras da língua.

De maneira similar, FUNDIR é *associativa*, pois, dados três constituintes conceituais representados agora esquematicamente como  $[a]$ ,  $[b]$  e  $[c]$ :

$$[_w \text{ FUNDIR}([_y \text{ FUNDIR}([a],[b]),[c])] \equiv [_w \text{ FUNDIR}([a],[_z \text{ FUNDIR}([b],[c])])]$$

Na prática, a associatividade significa que poderíamos ter duas estruturas conceituais equivalentes associadas a uma sequência como

“Maria é inteligente, tem dinheiro e sabe falar Japonês.”

Poderíamos ter uma estrutura do tipo  $[_w \text{ FUNDIR}([_y \text{ FUNDIR}([a],[b]),[c])]$ , onde primeiro fundimos a Situação de Maria ser inteligente com a Situação de Maria ter dinheiro para, depois, fundirmos essa Situação composta à Situação de Maria saber falar Japonês. Poderíamos, em vez disso, ter uma estrutura do tipo  $[_w \text{ FUNDIR}([a],[_z \text{ FUNDIR}([b],[c])])]$ , onde fundimos antes a Situação de Maria ter dinheiro à de Maria saber falar japonês, e, depois, fundimos essa Situação composta à Situação de Maria ser inteligente. É claro que uma análise como a segunda – isto é, como  $[_w \text{ FUNDIR}([a],[_z \text{ FUNDIR}([b],[c])])]$  – é mais desejável, pois reflete de

um modo mais transparente a sintaxe do português, simplificando as regras de correspondência entre sintaxe e semântica. O que a associatividade revela, entretanto, é que essas duas estruturas são conceitualmente equivalentes, ou seja, que uma acarreta (e é acarretada) pela outra.

A proposta de que os elementos conjungidos devem apresentar um “denominador comum” é, como já falei, incorporada à minha teoria sob a forma de um pressuposto de existência: todo uso da conjunção pressupõe a existência da Entidade composta no modelo de mundo dos falantes. É pressuposto (e não *afirmado*) que o falante saiba que esses elementos formam uma espécie de Entidade coerente, segundo princípios cognitivos que regem a individuação de Entidades compostas. Essa é a base para a explicação de por que reputamos anômalos casos como (24), repetido abaixo:

(24) ? João beijou Maria no nariz e os cangurus são mamíferos.

Temos dificuldade em imaginar como essas duas Situações podem formar uma Situação composta coerente. Relutamos, portanto, em acrescentar essa Situação ao nosso repertório mental de Entidades, mesmo que isso seja necessário para atender ao pressuposto de existência envolvido em (24). A soma realizada por FUNDIR produziria aí uma Entidade complexa que contrariaria nossas regras preferenciais para a individuação. É claro que, como os princípios de individuação são apenas *preferenciais*, eles poderiam ser manipulados por fatores contextuais específicos de modo a tornar (24) mais aceitável, similarmente ao que ocorreu aos exemplos de conjunções disparatadas entre Objetos que discutimos na seção anterior.

Dadas essas observações, é possível fornecer, concretamente, uma representação semântica explícita para uma sentença do PB, como (38):

(38) A presidente perdeu o cargo e o vice assumiu.

[Evento FUNDIR ([Evento PERDER ([Objeto PRESIDENTE], [Objeto CARGO])],  
[Evento ASSUMIR ([Objeto VICE], [Objeto CARGO])])]

É importante observar que a propriedade inferencial básica do operador proposicional  $\wedge$  – a regra de eliminação de conjunção, que pode ser tomada como a condição de adequação formal mínima para

uma semântica do “e” (cf. CARSTON, 2002b) – é preservada para os casos proposicionais de FUNDIR:

*Eliminação da conjunção*

$(P \wedge Q) \vdash Q$

$(P \wedge Q) \vdash P$

*Eliminação da conjunção para FUNDIR*

$[_w \text{FUNDIR}([_y x_1], [_z x_2])] \vdash [_y x_1]$

$[_w \text{FUNDIR}([_y x_1], [_z x_2])] \vdash [_y x_2]$ <sup>37</sup>

Isto é, continua sendo o caso que, quando há uma fusão conceitual entre duas Situações, cada uma delas ocorreu individualmente. Em (38), se a presidente perdeu o cargo e o vice assumiu, então continua sendo o caso que a presidente perdeu o cargo ou que o vice assumiu. A existência do todo (da Situação maior, encabeçada por FUNDIR) acarreta a existência de cada uma das suas partes próprias e imediatas (das Situações que figuram como argumentos de FUNDIR). O sentido verofuncional da conjunção poderia ser visto, assim, como uma espécie de “epifenômeno” do seu sentido cognitivo fundamental (cf. SEUREN, 1988).

A representação semântica que proponho, todavia, prevê inferências que não poderiam ser deduzidas do sentido meramente verofuncional da conjunção. Ela não é, portanto, uma simples variante conceitualista da análise lógica tradicional: ela de fato faz previsões empíricas mais ricas e específicas. Essa é, aliás, uma das suas virtudes. A estrutura  $[_w \text{FUNDIR}([_y x_1], [_z x_2])]$  acarreta que  $x_1$  e  $x_2$  fazem parte de uma mesma Entidade. No caso específico da conjunção proposicional,  $[_{\text{Situação}} \text{FUNDIR}([_{\text{Situação}} x_1], [_{\text{Situação}} x_2])]$  acarreta que as Situações  $x_1$  e  $x_2$  compõem uma mesma Situação. Esse tipo de inferência, que decorre do caráter mereológico de FUNDIR, não pode ser explicado de forma nenhuma com o aparato verofuncional. E é exatamente essa inferência que define a conexão extralógica que supomos haver entre os elementos conjungidos com o “e”. Alguma noção de conectividade – no caso, a ideia de que as Situações unidas estão conectadas pela propriedade de serem partes próprias e imediatas de uma *mesma* Situação maior – é, portanto, inerente à semântica lexical da conjunção natural. Como

---

<sup>37</sup> Onde  $\vdash$  é um símbolo metalógico que indica consequência sintática em um dado sistema.

discutimos no capítulo anterior, não é verdade que “qualquer coisa possa ser unida, com a conjunção, a qualquer coisa”, pois, de fato, só podem ser unidas Situações que podem ser partes próprias e imediatas de uma mesma Situação maior.

### 5.3 OS TIPOS DE EVENTUALIDADES

Como estou buscando aqui prioritariamente uma semântica da conjunção entre proposições – mas sem perder de vista o *desideratum* de que essa análise possa ser suavemente aplicada aos casos de conjunções entre constituintes conceituais subsentenciais (como Objetos e Propriedades, por exemplo) – estou autorizado a assumir que o resultado da aplicação de FUNDIR será sempre uma proposição igualmente completa. Jackendoff não afirma isso em seus textos, mas é intuitivamente plausível supor que proposições (ou conceitos sentenciais) sempre se enquadrarão em uma (ou, se não nos importarmos com um maior número categorias ontológicas mais específicas, com algum subtipo) de três categorias ontológicas possíveis: Estados, Eventos ou Processos. É essa a divisão básica entre os tipos de eventualidades (outrora enganosamente rotulados como *aspectos lexicais*)<sup>38</sup> definidos por Bach (1981, 1986). É conveniente que incorporemos essas distinções aspectuais – que desfrutam de bom embasamento empírico e teórico no estudo da língua e da cognição – à nossa representação semântica, de algum modo. Creio que a maneira mais simples e didaticamente proveitosa de assimilá-las ao esquema de

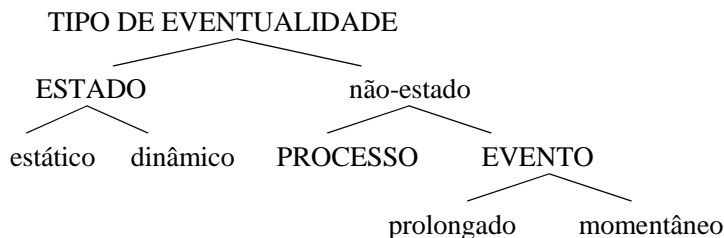
---

<sup>38</sup> Bach (1981) substitui o termo *aspecto lexical* por *tipo de eventualidade*, dado que todas as distinções de fundo vendleriano não remetem a algo que está exclusivamente codificado em uma entrada lexical de um verbo, por exemplo, mas que pode ser uma propriedade de níveis sintáticos mais elevados, como VPs. Nas palavras de Filip (1999, p. 15), “esse é, tanto teoricamente quanto ontologicamente, o termo mais neutro utilizado no domínio dos ‘fenômenos aspectuais’ [...]. Ele é mais vantajoso que termos como ‘aspecto’, ‘classes aspectuais’ ou ‘aspecto lexical inerente’ na medida em que minimiza a confusão com a categoria gramatical ‘aspecto’, que cobre a distinção perfectivo/imperfectivo que é expressa por sufixos flexionais no verbo [...]. O termo ‘tipo de eventualidade’ tem também um escopo ontológico mais amplo do que ‘tipo de evento’ ou ‘aktionsart’, porque não sugere especificamente a dinamicidade e a exclusão dos estados. Ademais, ele não implica que a agentividade tenha qualquer papel essencial, diferentemente do termo germânico ‘aktionsart’.”

Jackendoff, para os meus propósitos, é como possíveis valores no traço de categoria ontológica presente em constituintes conceituais sentenciais. Culicover e Jackendoff (2005, p. 153) sugerem uma outra forma de incorporar essas distinções, como um sistema de traços independentes das categorias ontológicas: um conjunto de traços aspectuais. É bem possível que uma formalização nesses termos resulte mais simples – e mais capaz de capturar generalizações – do que a alternativa que emprego aqui. No entanto, a fim de não ter que, a todo momento, recorrer à representações sublexicais refinadas dos conceitos, marco essas distinções em um espaço mais visível a uma formalização superficial: o traço de categoria ontológica.

Na abordagem que adoto aqui, Estados, Eventos e Processos (e todos os seus subtipos) não devem ser definidos em termos de traços semânticos não-analisados – como ocorre com a abordagem de Vendler (1967), que postula os traços de duratividade, dinamicidade, homogeneidade e telicidade – nem tampouco, em termos de noções temporais primitivas – como a abordagem de Taylor (1977) e Dowty (1979), que caracterizam suas classes aspectuais a partir de propriedades abstratas de instantes e intervalos temporais –, mas principalmente em termos das relações mereológicas que esses tipos de Situações guardam com suas partes. Esse enfoque é interessante porque ele permite capturar certos paralelos conhecidos entre os contrastes Coisa X Substância e Evento X Processo (cf. JACKENDOFF, 1992). Daí vem a sugestão de que essas noções mereológicas provavelmente podem ser aplicadas a várias categorias ontológicas distintas (o que não ocorre com as abordagens que tomam noções temporais como primitivas).

Baseando-se em critérios dessa espécie, Bach (1986) fornece a seguinte classificação de predicados verbais:



Os Eventos, por exemplo, em oposição aos Processos e (talvez) aos Estados apresentam a propriedade de *antisubdivisibilidade*.<sup>39</sup> Isso significa que eles não podem ser subdivididos em Eventos do mesmo tipo, isto é, nenhum subevento será da mesma natureza que o Evento de que ele é parte. Nenhuma parte do Evento de viajar para Roma será uma viagem para Roma completa. Os Eventos também, ao contrário das outras categorias ontológicas, não são *aditivos*, o que quer dizer que, se tomarmos dois Eventos iguais, sua soma nunca será um Evento do mesmo tipo (o que não ocorre, claramente, com os Processos: se somarmos duas instâncias contíguas de *correr*, teremos uma instância de *correr*). Propriedades semelhantes são encontradas no contraste entre Coisas e Substâncias – Coisas também são *antisubdivisíveis* e *não-aditivas*, ao contrário das Substâncias. Uma Coisa como um caderno, por exemplo, não terá como partes próprias um outro caderno (i.e., não poderá ser subdividida em Entidades do mesmo tipo). Do mesmo modo, se somarmos dois cadernos, o resultado não será um caderno (ao contrário do que ocorre com as Substâncias pois, se somarmos duas porções de água, a Entidade resultante ainda é água). Esse caráter *transcategorial* das noções mereológicas empregadas é uma boa razão para apostar em análises semânticas que as adotem.

Todavia, entre todas as categorias ontológicas em que se enquadram os constituintes sentenciais, a distinção entre Estados e não-Estados, é, concomitantemente, a mais importante para os meus propósitos e a mais enigmática. Isso porque o próprio conceito de Estado parece ser difícil de caracterizar. Nas palavras de Bach (1981, p. 71): “o estatuto ontológico dos Estados é consideravelmente mais obscuro do que o dos Eventos e dos Processos”.

---

<sup>39</sup> Essa propriedade corresponde, a grosso modo, à ausência da propriedade da *homogeneidade* definida por Vendler (1967), ou da propriedade do *subintervalo*, definida por Dowty (1979). Bach (1981) prefere definir os Eventos (categoria que compreende a distinção vendleriana entre *accomplishments* e *achievements*) pela *ausência* de uma propriedade desse tipo do que definir os Estados e os Processos pela sua presença, dado não ser nada óbvio que os Processos e os Estados *sempre* possam ser subdivisíveis (ou que eles sejam sempre verdadeiros de todos os seus subintervalos, à lá Dowty). O ponto – que parece ser uma maneira de se esquivar das discussões sobre o caráter lacunoso dos Processos e de certos Estados (que pode ser capturado, no quadro de Vendler (1967), em termos da presença do traço de *dinamicidade*, i.e., da presença de *fases* distintas internas a uma mesma situação) – é que às vezes Estados e Processos *podem* ser subdivididos, e os Eventos *nunca* o podem.

Dowty (1986) é um dos poucos autores que alardeia ter firmado uma definição precisa de Estado. Sua proposta toma intervalos temporais como primitivos, mas (como ele próprio admite) pode ser formulada em termos de relações mereológicas entre tipos de Situação, como vimos fazendo até aqui. Uma adaptação de sua definição nesses termos seria a seguinte: uma eventualidade E é estativa se e somente se todas as subeventualidades de E forem eventualidades do mesmo tipo.<sup>40</sup> Essa definição captura a noção vendleriana de que todas as fases de um Estado são idênticas. Há, no entanto, como repararam Comrie (1976) e Filip (1999), alguns exemplos de predicados plausivelmente estativos que comprometem a validade dessa suposição:

(39) O livro está na estante há dois anos.

(40) O atacante deve ser agressivo no final da partida.

Em nenhum desses enunciados a ideia de que todas as fases (ou subeventualidades) do Estado são idênticas se mantém de pé. (39) é compatível com uma situação em que o livro é continuamente movido de lugar, sendo possível, inclusive, a sua retirada momentânea da estante para leitura. O Estado encaixado ao modal na sentença (40), por sua vez, parece estar vinculado a um conjunto mais ou menos vago de subeventos dinâmicos que estão tautologicamente vinculados ao Estado (p. ex., *cometer várias faltas*, *xingar os adversários*, *tentar marcar um gol*). Parece que essa sentença é um tipo de generalização a partir de um conjunto de Eventos acabados, que acarretam (e são acarretados por) o Estado em questão. Não é o caso, portanto, que todas as suas fases sejam idênticas.<sup>41</sup>

Estados como aqueles expressos por (39) e (40) são chamados por Bach (1986) de Estados Dinâmicos. Isso implica, enigmáticamente,

---

<sup>40</sup> A definição de Dowty (1986, p. 42), nos termos temporais em que é enunciada, é a seguinte: “uma sentença S é estativa sse se seguir da verdade de S em um intervalo [temporal] I que S é verdadeira de todos os subintervalos de I”. Essa definição, juntamente com a definição que o autor dá do aspecto gramatical progressivo, acarreta que todas as sentenças no progressivo são estativas (daí que a perífrase progressiva soe estranha com vários Estados). Ele também afirma poder deduzir dessa definição a tese ousada de que todas as sentenças com negação são estativas.

<sup>41</sup> Para uma discussão mais aprofundada dessa classe particular de Estados – em especial na sua ocorrência sob o escopo de modais deônticos – consultar Rech e Varaschin (no prelo).

que não podemos excluir a propriedade da *dinamicidade* totalmente da categoria dos Estados, como fazia Vendler. Existem, portanto, Estados que parecem envolver algum grau de mudança, e, conseqüentemente, admitem alguma noção de sucessão temporal interna (talvez, como consta em Bach (1981), seja essa a modificação aspectual que a perífrase progressiva opera sobre os Estados). Tais Estados correspondem, grosso modo, ao que Carlson (1977) chamou de propriedades *stage-level*. Além de exemplos no progressivo, teríamos também conceitos como: *estar bêbado*, *estar presente* e *estar doente*. O que define essas propriedades, segundo Carlson (1977), é que elas não são predicadas diretamente de *indivíduos*, mas sim de alguma *manifestação* de um indivíduo, isto é, de alguma fatia espaço-temporalmente limitada do indivíduo. Bach (1981, p. 78) reinterpreta a noção de *manifestação* em termos mereológicos dizendo que “podemos identificar a manifestação de um indivíduo como uma parte temporalmente delimitada do indivíduo”.

Os Estados Dinâmicos, precisamente por incluírem algo como o traço vendleriano de dinamicidade, se comportam de um modo semanticamente mais próximo das eventualidades não-estativas, em especial dos Processos, que também carecem de telicidade e são homogêneos – i.e., também são subdivisíveis em subeventualidades do mesmo tipo que o todo. Não conheço, aliás, nenhum critério gramatical ou linguístico que seja capaz de discernir bem os Estados Dinâmicos dos Processos. Tomo isso como um indício para a tese de que a distinção entre esses dois tipos de eventualidades não se dá no nível da *estrutura conceitual* – o módulo mental que, segundo Jackendoff (2002) faz interface direta com a sintaxe<sup>42</sup> – mas sim de algo como uma *estrutura espacial*, que codifica representações de uma natureza mais imagética e próxima dos produtos da percepção. Mais concretamente, acredito que a distinção entre eventualidades estativas e não-estativas (em especial, entre Estados Dinâmicos e Processos) possa ser representada segundo um sistema de dinâmica de forças (cf. TALMY, 2000), que plausivelmente integra o nível que Jackendoff (2002) chama de estrutura espacial. Essa hipótese se coaduna bem com a definição de estatividade oferecida por Comrie (1976).

Sem deixar de dar anuência parcial à caracterização vendleriana dos Estados, Comrie (1976) busca um refinamento adicional dessa noção, postulando o fato de que os Estados apresentam uma certa

---

<sup>42</sup> Segundo Jackendoff (2002, p. 348), “os aspectos gramaticais da língua fazem referência apenas à estrutura conceitual, e não à estrutura espacial”.



*inércia* que está ausente nas outras categorias de Situações. Isso significa que uma Situação estativa *tenderá* a permanecer idêntica a menos que um “antagonista” interfira nela ocasionando, assim, uma *mudança de Estado*. Já uma situação não-estativa – ainda que seja homogênea, durativa e atélica como os Processos (p.ex. *correr* e *rolar*) – precisa de um constante *input* de força ou energia para perdurar. Nas palavras dele:

Permanecer em um estado não requer nenhum esforço, enquanto que permanecer em uma situação não-estativa o requer – seja um esforço interno (e, nesse caso, temos uma interpretação agentiva, por exemplo: João está correndo), ou externo (e, nesse caso, temos uma interpretação não-agentiva, por exemplo: o osciloscópio está emitindo um tom contínuo). (COMRIE, 1976, p. 49)

O que confere aos Estados Dinâmicos o caráter *estativo* é, então, uma característica *espacial* envolvida na sua representação: a saber, sua *inércia*. É por isso que a expressão “Estado Dinâmico” não é – como seria em uma leitura puramente vendleriana – um simples oximoro. Ela faz sentido pois – mesmo que tais Estados apresentem fases internas distintas e algum grau de mudança interna (assemelhando-se conceitualmente aos Processos) – eles são inertes do ponto de vista de sua dinâmica de forças.

Há, todavia, outros tipos mais prototípicos de Estados que não apresentam qualquer vestígio de dinamicidade. Esses são Estados que são predicados dos *indivíduos* em si (e, portanto, possivelmente de todas suas partes temporalmente delimitadas) – daí o nome *individual-level*, aplicado a eles por Carlson (1977). Esses Estados figuram mais naturalmente no tempo presente. São exemplos desses Estados – que Bach (1986) chama de *Estados Estáticos* – sentenças que atribuem propriedades “perenes” (*ser alto, ser um animal, ser brasileiro, se situar entre Florianópolis e Joinville, ser a capital da Bahia, ter a estrutura química H<sub>2</sub>O*), posses inalienáveis (*ter dedos, ter irmãos, ter pés, ter um código genético*) e capacidades inerentes (*ser capaz de nadar, saber inglês, conhecer a prova de Gödel*). Esses Estados, mais do que quaisquer outros, estabelecem relações problemáticas com a temporalidade. No caso dos Processos, dos Eventos e dos Estados

Dinâmicos, não temos grande dificuldade em imaginar suas partes temporais. Podemos pensar, sem grandes conflitos, no início, no meio e no fim de um Processo como *correr*, de um Evento como *construir uma casa* e de um Estado Dinâmico como *estar deprimido*. Mas os Estados Estáticos parecem exibir, de acordo com Bach (1981, p. 71) “um caráter atemporal e abstrato”. É extremamente difícil de pensar, por exemplo na localização espacial e temporal do Estado de *Maria saber matemática*.

Podemos, com o propósito de distinguirmos entre os dois tipos de Estados citados, verificar o comportamento dos predicados frente a quatro testes. O primeiro, cuja origem remonta a Vendler (1967), configura-se na adição de adjuntos duracionais (*por x tempo, durante x tempo, no decorrer de x tempo*) ao predicado, conforme ocorre em (41). O segundo consiste no encaixamento de uma sentença subordinada temporal à sentença Estativa a ser testada, conforme faço em (42). Outro teste é aquele recomendado pelo próprio Jackendoff (1983) para a diferenciação entre e funções estativas e eventivas. Tal teste, aqui instanciado em (43), envolve a inserção da sentença estativa na posição pós-cópula depois de uma pseudoclivada do tipo “o que aconteceu foi que X”. O que motiva esse teste é a ideia de que nós não concebemos os estativos puros como *acontecimentos*. O último teste, por fim, é o da possibilidade de interpretação habitual no presente (que é um teste clássico para a identificação de predicados não-estativos), forçada pela presença de um advérbio como “ocasionalmente”.

- (41) a. Maria esteve bêbada por duas horas.  
 b. Maria foi agressiva durante o dia.  
 c. Maria morou em NY no decorrer de um ano.

- ? d. A água foi H<sub>2</sub>O no decorrer de um ano.  
 ? e. Maria foi brasileira durante o dia.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Neste exemplo, para preservar a coerência semântica da sentença, o ouvinte tenderá a ajustar o predicado estático *ser brasileira* para expressar uma propriedade como *realizar atos patrióticos* (ou qualquer conjunto de ações relevantes associadas ao estado de *ser brasileiro*). Esta, no entanto, é outra propriedade, que caracteriza um outro sentido para a expressão. Os testes não buscam testar a possibilidade que certas *expressões* têm de figurar em certos tipos de enunciados, mas sim a possibilidade de certos *predicados* ou *propriedades* de se acomodarem a certos contextos semânticos. É muito comum que haja alterações no tipo de eventualidade de uma expressão quando a submetemos a testes desse tipo.

? f. Balneário Camboriú ficou entre Florianópolis e Joinville por um ano.

- (42) a. Quando Maria estava bêbada, Pedro chegou.  
 b. Quando Maria foi agressiva, eu pedi para ela se acalmar.  
 c. Quando Maria morou em NY, eu fui visitá-la.

? d. Quando a água foi H<sub>2</sub>O, começou a chover.

? e. Quando Maria foi brasileira, ela cantou o Hino.

? f. Quando Balneário Camboriú ficou entre Florianópolis e Joinville, eu fui para lá.

- (43) a. O que aconteceu foi que Maria esteve bêbada.  
 b. O que aconteceu foi que Maria foi agressiva.  
 c. O que aconteceu foi que Maria morou em NY.

? d. O que aconteceu foi que a água foi H<sub>2</sub>O.

? e. O que aconteceu foi que Maria foi brasileira.

? f. O que aconteceu foi que Balneário Camboriú ficou entre Florianópolis e Joinville.

- (44) a. Maria ocasionalmente está bêbada.  
 b. Maria ocasionalmente é agressiva.  
 c. Maria ocasionalmente mora em NY.

? d. A água ocasionalmente é H<sub>2</sub>O.

? e. Maria ocasionalmente é brasileira.

? f. Balneário Camboriú ocasionalmente fica entre Florianópolis e Joinville.

Esses testes sugerem fortemente que há, de fato, um contraste de natureza semântica interno à categoria dos predicados tradicionalmente tidos como estativos. Conclusões parecidas foram atingidas por outros autores (cf. BASSO; ILARI, 2004). Embora não haja uma sobreposição exata entre meus resultados e sua análise, creio que a distinção teórica que melhor captura essas discrepâncias é aquela proposta por Bach (1981, 1986) entre Estados dinâmicos e estáticos.

Também não é o caso que as fronteiras entre essas diversas categorias ontológicas, no quadro que adotamos, precisem ser rígidas e peremptórias. A semântica conceitual de Jackendoff dispõe de recursos

teóricos e formais para lidar com a vagueza e imprecisão inerente às categorias cognitivas (cf. JACKENDOFF, 1983, cap. 8). É possível, portanto, que observemos certa *gradiência* nos juízos de aceitabilidade de construções estativas em contextos que explorem a possibilidade de suas ligações com a temporalidade (justamente porque há uma espécie de *continuum* entre os Estados Estáticos e os Dinâmicos). Não trataremos, entretanto, dessa questão aqui, precisamente porque a noção de *continuum* é, amiúde, levianamente conjurada para solucionar embaraços analíticos, sem que seja feito um devido esclarecimento formal que a torne minimamente inteligível e que lhe assegure uma clara função explicativa.

#### 5.4 A RESTRIÇÕES ASPECTUAIS À INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO

Todo esse longo excursão em torno da discussão sobre os tipos de eventualidades – que, na teoria que adoto, se resume a uma reflexão sobre os possíveis valores no traço de categoria ontológica para conceitos sentenciais – é necessário pelo seguinte motivo: conforme mencionei no capítulo anterior, parece haver um grupo peculiar de predicados estativos perante os quais uma ordenação temporal (e, portanto, uma interpretação sequencial da conjunção) não é apenas *rara* ou *incomum* mas *semanticamente impossível*. Esse grupo parece guardar uma relação estreita com a categoria supracitada dos Estados Estáticos.<sup>44</sup> Repito aqui os três exemplos mencionados anteriormente e acrescento mais alguns.

? (1) O painel de plástico é simples e (*depois*) os bancos são forrados em tecido.

? (6) Carvalinho é fã declarado e (*depois*) recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

---

<sup>44</sup> Embora as interpretações temporais não sejam *impossíveis* com os Estados Dinâmicos, elas parecem não ser muito comuns. Dificilmente interpretaríamos uma sentença do tipo “Roberta morou em Maputo e Sérgio morou em Dallas” como “Roberta morou em Maputo *e depois* Sérgio morou em Dallas”. Embora não haja nenhuma contradição semântica nessa leitura, como há nos casos de Estativos Estáticos, por alguma razão, ela parece não surgir naturalmente nos contextos de fala.

? (26) Balneário Camboriú fica entre Florianópolis e Joinville e (*depois*) eu fui para lá.

? (45) Salsicha é um ser humano e (*depois*) Scooby Doo é um cachorro.

? (46) Quine morou no Brasil e (*depois*) falava português.

? (47) A Terra é um planeta e (*depois*) a Lua é o seu satélite natural.

A função que batizei de FUNDIR, em todos esses exemplos, toma como argumento pelo menos um constituinte conceitual sentencial marcado com a categoria ontológica de Estado Estático. *Ser simples, ser forrado em tecido, ser fã declarado, ser alto, ter três filhos, ser humano, ser cachorro, falar português* (no sentido disposicional, de ter a *capacidade de falar*), *ser um planeta* e *ser um satélite natural* são, conforme poderíamos verificar através da aplicação de alguns dos testes que propus acima, todos exemplos de Estados que não envolvem qualquer traço de dinamicidade.

A impossibilidade de desenvolver inferencialmente, com base algum princípio pragmático, essas instâncias de FUNDIR em uma relação de sequenciação – que resumirei doravante como DEPOIS – é facilmente explicável com o aparato da semântica conceitual de Jackendoff (1983). A semântica, para ele, é um nível de representação autônomo, que gera estruturas de acordo com suas próprias regras de formação. Bem como há *regras de formação de constituintes sintáticos*, há também *regras de formação de constituintes semânticos*. Podemos, assim, sem precisar sobrecarregar o léxico (que estabelece as regras de interface entre formas sintáticas e seus correlatos semânticos *default*), simplesmente estipular que as seguintes configurações são sequências semanticamente malformadas (em desacordo com as regras que geram estruturas nesse nível):

\*<sub>[Evento]</sub> DEPOIS ([Estado Estático X<sub>1</sub>], [X<sub>2</sub>])

\*<sub>[Evento]</sub> DEPOIS ([X<sub>1</sub>], [Estado Estático X<sub>2</sub>])

\*<sub>[Evento]</sub> DEPOIS ([Estado Estático X<sub>1</sub>], [Estado Estático X<sub>2</sub>])

Ou seja: a estrutura conceitual humana não admite relacionar, através da função eventiva DEPOIS(a,b), um Estado Estático e um Evento ou Processo, ou então dois Estados estáticos. Essa função simplesmente não admite Estados estáticos como argumentos. Isso significa que o desenvolvimento inferencial de qualquer instância de FUNDIR que

envolva Estados estáticos em uma função conceitual que incorpore a ideia de sucessão temporal está proibida, não por regras lexicais inerentes ao “e” ou restrições do contexto amplo (como nos leva a crer virtualmente *toda* a literatura sobre a conjunção), mas por restrições da estrutura conceitual. Reitero que tal restrição é inerente à função semântica DEPOIS e não à FUNDIR. O que torna essa restrição relevante à análise da conjunção é justamente o fato de que, em vários contextos, princípios pragmáticos levam os interlocutores a disparar uma inferência que os leva do conteúdo lexicalmente codificado do “e” (i.e., FUNDIR) até um conteúdo que inclui função enriquecida DEPOIS. O que eu afirmo é que se uma das sentenças unidas pela conjunção codificar um Estado Estático, essa inferência não será acionada, não por limitações do contexto pragmático, mas simplesmente porque uma instanciamento de DEPOIS, nesse caso, seria conceitualmente malformada.

Uma generalização inicial que podemos fazer com base nesse tipo de análise é, portanto, que certas configurações particulares de categorias ontológicas dos constituintes conceituais sentenciais (ou seja, dos tipos de eventualidades em que se enquadram os predicados verbais unidos pela conjunção) parecem facultar alguns tipos de interpretações. Uma interpretação temporal só pode se dar entre constituintes que se enquadram na categoria de Evento, Processo, ou Estados Dinâmicos (ou seja, se não houver o envolvimento de um constituinte marcado com a categoria ontológica de Estado Estático). Esse é, indiscutivelmente, o caso de (2)-(5), repetidos abaixo – nos quais, além de os verbos denotarem Eventos, os Eventos são conceitualizados de acordo com o aspecto perfectivo<sup>45</sup>:

- (2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.
- (3) Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio.
- (4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.
- (5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

A interpretação temporal só é aí possível, no nível da própria proposição, porque não há qualquer regra de boa-formação conceitual

---

<sup>45</sup> A conceitualização dos Eventos no perfectivo, embora favoreça interpretações assimétricas, não parece ser absolutamente necessária. Em uma sentença no aspecto habitual, isto é, imperfectivo, podemos ter a mesma ideia de sequência temporal e relação causal, como em “João corre e cai”.

que barre um desenvolvimento inferencial de FUNDIR em uma estrutura conceitual que incluía DEPOIS dados os constituintes conceituais dos tipos adequados.

Quanto à função causal (tradicionalmente representada como CAUSAR), contrariamente, nós a concebemos como possível de se dar entre um Estado Estático e um Evento – como ocorre em (6), onde temos, primeiro, a especificação de um Estado representado como “atemporal”, e, em seguida, um padrão de ação motivado por esse Estado – ou mesmo entre dois Estados, como em (48):

(48) João é rico e consegue comprar várias coisas.

Isso significa que FUNDIR(a,b) pode, frente a um contexto favorável e a princípios pragmáticos que o recomendem, ser inferencialmente desenvolvida em uma função como CAUSAR(a,b) independentemente da natureza categorial de “a” e “b”.

A compatibilidade das outras relações factuais possíveis com as disposições particulares de eventualidades amalgamadas pela conjunção não foi tão desenvolvida na minha pesquisa. Existem, no entanto, algumas observações na literatura que podem ser melhor exploradas e, de algum modo, agregadas à semântica que estou propondo.

A interpretação condicional que ocorre em (10), por exemplo, pode ser analisada também como um tipo específico de relação entre Eventos, como sugere Bjorkman (2013):

(10) Sorria e o mundo sorri com você.

A leitura condicional pode vir justamente desse caráter esquemático: da ideia de que, se um Evento sempre está relacionado a outro, se um ocorrer, o outro naturalmente ocorrerá também.

Conforme exporei em maiores detalhes no capítulo 7, minha análise parece também ser capaz de acomodar, de um modo natural, casos aparentemente problemáticos como a interpretação “adversativa” em (7):

(7) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, e sermos governados de forma própria do autoritarismo.

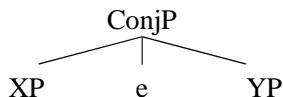
Como já havia mostrado Kitis (2000), o efeito emocional que surge nesse tipo de enunciado vem justamente do fato de que estamos unindo, em uma única situação maior (ela diria, em um único *frame*), duas situações que cremos ser incompatíveis, isto é, situações que contradizem algum *script* cognitivo que temos armazenado na memória. Uma semântica da conjunção que captura essa noção de *integração de Entidades* (no caso das sentenças, de Situações) parece uma candidata mais promissora no trato desses casos do que a abordagem verofuncional.

Podemos aceitar que especificações dessa ordem entrem na semântica da conjunção – mais precisamente, na determinação das possíveis rotas inferenciais que o desenvolvimento pragmático de FUNDIR pode tomar na estrutura conceitual – desde que se entenda que elas não são suficientes para determinar a interpretação que a conjunção *vai* assumir dadas as categorias ontológicas de seus argumentos semânticos. O que essas considerações sobre o funcionamento do nível de representação semântico autônomo (a estrutura conceitual) permitem fazer é fixar, esquematicamente, os tipos de interpretação que a conjunção *pode*, dados os tipos de constituintes semânticos que ela está unindo, receber. O que determinará, para um dado uso, qual interpretação a conjunção *vai* definitivamente assumir são princípios cognitivos gerais que atuam na interpretação de estímulos linguísticos. Esses princípios são sensíveis ao contexto, que, portanto, como vimos, acaba intervindo no processo de composição semântica, configurando aquilo que Jackendoff (1997) chama de composicionalidade enriquecida.

## 5.5 A INTERFACE SINTAXE-SEMÂNTICA DA CONJUNÇÃO

Gostaria, antes de concluir este capítulo, de esboçar algumas considerações em torno do problema da *correspondência* entre a sintaxe e a semântica da conjunção. Como estou assumindo aqui o modelo de gramática de Jackendoff (1997, 2002, 2007), para manter a coerência, devo também adotar uma representação sintática que seja fiel ao espírito da Sintaxe mais simples (cf. CULICOVER; JACKENDOFF, 2005). Vou assumir, então, a projeção sintática mais simples que consigo imaginar: um sintagma com conjunção (ConjP) seria algo como a estrutura de ramificação ternária abaixo, desenvolvida por Gazdar et al. (1985):





É bastante usual, na literatura (cf. RADFORD, 1988; LASNIK, 2000; MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013), encontrar a alegação de que apenas elementos que partilhem uma mesma categoria *sintática* podem ser coordenados. Isto é, só seriam bem formadas as conjunções em que  $XP=YP$ , segundo o esquema dado acima. Essa restrição explicaria a impossibilidade de sentenças como:

- \* Beethoven compôs [<sub>NP</sub> uma música] e [<sub>PP</sub> para Elise].
- \* Luiza leu o livro [<sub>CP</sub> que Ana queria] e [<sub>AP</sub> bom].

Culicover (1972) e Culicover e Jackendoff (2005), no entanto, reparam na existência de várias construções que violam esse princípio. Em especial, parece haver uma grande produtividade na formação de ConjPs a partir da configuração “NP e S”:

- [<sub>NP</sub> Cinquenta anos de gramática gerativa] e [<sub>S</sub> o que nós aprendemos]?
- [<sub>NP</sub> Mais um passo] e [<sub>S</sub> eu atiro].

É claro que será sempre possível reconstruir – de uma maneira provavelmente artificial – uma estrutura subjacente para cada uma dessas sentenças na qual cada estrutura coordenada instancie uma mesma categoria sintática. Contudo, o mais econômico, a meu ver, seria abandonar a restrição de que XP e YP devam compartilhar a mesma identidade categorial na sintaxe e assumir, simplesmente, que deva haver uma compatibilidade entre os constituintes *semânticos* que estão associados a eles. São os constituintes *conceituais* que precisam ser equivalentes, isto é, só podemos juntar Objetos com Objetos, Propriedades com Propriedades, Lugares com Lugares e Situações com Situações (as Situações não precisam ser do mesmo tipo porque, como vimos, podemos ter conjunções entre Estados e Eventos). Uma sentença com a conjunção será bem formada se ela for facultada pelo componente semântico da teoria. A ideia de que a identidade semântica precisa ser duplicada a todo custo na sintaxe parece ser um simples corolário do princípio da uniformidade de interface entre sintaxe e semântica adotado comumente nos círculos gerativistas mais ortodoxos.

A partir do instante em que abandonamos a *obrigatoriedade* de uniformidade entre a sintaxe e a semântica da conjunção, alguns embaraços que decorriam da análise de Wierzbicka (1980) podem também facilmente ser evitados. A autora sustentava, contra as análises que postulavam reduções de conjunções, que, em sentenças como (49), a representação semântica do sujeito (o ConjP formado por dois NPs) tinha que ser, *obrigatoriamente*, a fusão de dois Objetos, do mesmo modo como ocorre nos exemplos em (25c)-(25f), repetidos abaixo:

- (49) a. Bernstein e Sondheim fizeram sucesso na Broadway.  
 b. Eduardo e Cláudia foram correr.  
 c. O Internacional e o Grêmio foram campeões brasileiros.
- (25) c. John, Paul, George e Ringo são os Beatles.  
 d. O rei e a rainha são um casal feliz.  
 e. João e Maria são amigos íntimos.  
 f. Jay e Glória se casaram.

Dizer que os casos em (49) precisam ser *necessariamente* idênticos, no que diz respeito aos tipos constituintes fundidos pela conjunção, aos casos em (25) soa um pouco forçado. Em que sentido podemos dizer que, em um exemplo como (49c), o Internacional e o Grêmio formam uma única Entidade? Parece aí que o predicado *ser campeão brasileiro* só pode se aplicar, de fato, a cada uma dessas Entidades separadamente, contrariamente ao que ocorre em (25). No afã de rejeitar por completo a teoria da redução de conjunção – que postulava, para todos os casos de conjunção subproposicional, uma Estrutura Profunda em que os constituintes unidos eram sentenças completas – Wierzbicka acaba perdendo de vista esse óbvio contraste.

Está claro que em (25) as conjunções serão necessariamente interpretadas como unindo dois Objetos, pois os predicados aí parecem aceitar *apenas* Objetos compostos como argumentos. Para essas situações, como a autora bem percebe, é patentemente inapropriado postular uma operação transformacional de redução de conjunção, dado que, como vimos no capítulo anterior, simplesmente não existe uma paráfrase para elas em termos de conjunções entre sentenças. O mesmo não pode ser dito dos predicados em (49). Todos eles apresentam paráfrases satisfatórias sob a forma de conjunções entre sentenças, como (49’):

(49') a. Bernstein fez sucesso na Broadway e Sondheim fez sucesso na Broadway.

b. Eduardo foi correr e Cláudia foi correr.

c. O Internacional foi campeão brasileiro e o Grêmio foi campeão brasileiro.

Isso não quer dizer, no entanto, que essas sentenças passem efetivamente por um processo sintático de redução de conjunção, até porque, pelo menos para (49a) e (49b), as paráfrases sentenciais em (49') capturam apenas *um* de seus sentidos possíveis. Com efeito, os sujeitos em (49a) e (49b) *podem* ser interpretados como Objetos compostos. Quer dizer, é possível interpretar o sujeito de (49a) como “o grupo formado por Bernstein e Sondheim” e o sujeito de (49b) como “o grupo formado por Eduardo e Cláudia”. Wierzbicka (1980) está certa, portanto, em dizer que essa interpretação *existe*. Mas ela não é a única possível, como vemos pela possibilidade das paráfrases em (49'). Os sintaticistas que falavam da redução de conjunção estavam corretos em apontar que as sentenças em (49) podem ser semanticamente equivalentes àquelas em (49').

O que está acontecendo aqui? Tanto Wierzbicka (1980) quanto os proponentes da operação de redução de conjunção estão pressupondo tacitamente a uniformidade de interface e extraindo dela análises conflitantes e inadequadas. Wierzbicka parte da sintaxe superficial dos exemplos de conjunções entre NPs e propõe a eles todos sempre a *mesma* representação semântica, segundo a qual todos devem expressar fusões entre Objetos – por mais que isso nos seja às vezes contra-intuitivo, como em certas leituras dos exemplos em (49). Para a autora, se temos conjunções entre NPs (e se NPs geralmente codificam Objetos), teremos sempre conjunções entre Objetos.

Os defensores da redução de conjunção, por sua vez, partem da semântica dos casos mais discutidos de conjunções – nos quais há indiscutivelmente a união de Situações – e propõem um nível sintático oculto isomórfico à semântica, no qual todos os elementos unidos por conjunções seriam expressos por meio de sentenças plenas – por mais que isso torne impossível explicar os casos de conjunções entre NPs em (25) (e também uma das leituras possíveis para os casos em (49)). As duas análises rivais conduzem, portanto, a dificuldades empíricas evidentes e difíceis de contornar.

A saída mais simples para esses entraves está, justamente, na rejeição do princípio da uniformidade entre sintaxe e semântica. Uma

vez que se aceite o caráter imperfeito e relativamente “bagunçado” da interface, torna-se possível dizer que algumas conjunções entre NPs de fato formam grupos de Objetos, enquanto outras formam grupos de Situações. Em vários casos, como parece ocorrer com (49a) e (49b), as *duas* interpretações são possíveis, e por isso as sentenças são ambíguas. Pode ser tanto o caso que em (49a) o falante esteja comunicando que o grupo formado por Bernstein e Sondheim fez muito sucesso na Broadway (criando, em conjunto, um musical como *West Side Story*) quanto que existem dois Eventos separados, que integram um Evento composto: o Evento de Bernstein ter feito sucesso na Broadway (por exemplo, com sua opereta *Candide*) e Sondheim também (por exemplo, com o musical *Sweeney Todd*). O mesmo tipo de ambiguidade pode ser reproduzido em quase todas as instâncias de conjunções entre NPs. É quase sempre possível interpretá-las tanto de maneira sintaticamente transparente (como exige Wierzbicka (1980)), isto é, como uma fusão entre Objetos, quanto como uma fusão entre Situações (como exige a análise em termos de redução de conjunção). E em nenhum desses casos se faz necessário postular um nível sintático oculto para garantir um isomorfismo com a semântica. Note-se que a ambiguidade aí não diz respeito à conjunção em si – em todos os casos a conjunção é unívoca, correspondendo à função conceitual FUNDIR – mas sim aos tipos de argumentos que a podem saturar: Objetos ou Situações.

Feitas essas retificações, fica claro que a regra de interface que determina quais elementos conceituais vão corresponder aos argumentos da função FUNDIR se torna mais complexa do que aquela que expus no início desse capítulo. Não é o caso que cada conceito que FUNDIR toma como argumento corresponda *sempre* ao valor semântico de um constituinte sintático que a conjunção “e” subcategoriza. Em (49c), por exemplo, isso não ocorre, pois, embora a conjunção subcategorize dois NPs, os conceitos que ela toma como argumento não são os Objetos que esses NPs expressam ([Objeto INTERNACIONAL] e [Objeto GRÊMIO]), mas sim as Situações que incluem esses Objetos, produzindo a seguinte estrutura complexa:

[Estado FUNDIR ([Estado SER ([Objeto INTERNACIONAL],[Propriedade CAMPEÃO BRASILEIRO])],[Estado SER([Objeto GRÊMIO],[Propriedade CAMPEÃO BRASILEIRO])])]

Seria essa exatamente a estrutura semântica que postularíamos para um caso de conjunção entre sentenças plenas. Como não aceitamos a uniformidade de interface, podemos acatar essa estrutura na semântica

sem termos que duplicá-la artificialmente na sintaxe. O mesmo desajuste entre argumentos sintáticos e semânticos transcorre para todas as leituras das demais sentenças em (49) onde a conjunção é entendida como formando uma união entre Situações, e não Objetos.



## 6. DA IMPLICATURA À MODULAÇÃO

Compreender a operação da função que nomeei FUNDIR e as propriedades da estrutura conceitual que definem quais potenciais desenvolvimentos seus são bem ou mal formados não nos indica, para qualquer caso em particular, qual interpretação a conjunção receberá. Embora seja uma matéria crucial, a simples *semântica* – mesmo concebida de modo mais amplo, com a ancoragem cognitiva que lhe é concedida na abordagem conceitualista – não é um tópico suficiente para um modelo holista que pretenda fornecer previsões acerca dos conteúdos concretos que a conjunção assume. Retomemos, mais uma vez, os exemplos (2)-(5):

- (2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.
- (3) Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio.
- (4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.
- (5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

Em todos esses enunciados, as eventualidades integradas com a conjunção são ontologicamente idênticas – ao menos nos aspectos que se mostraram relevantes no capítulo anterior. A saber, elas todas se enquadram na categoria dos Eventos. A única previsão que nossa semântica conceitualista poderia fazer, então, a respeito desses casos, é que o conteúdo lexicalizado do item “e” – a função FUNDIR – *pode* ser elaborado em uma relação que inclua a ideia de sequenciação temporal (DEPOIS) ou de uma relação causal (CAUSAR). Entretanto, o conteúdo que a nossa regra de correspondência entre sintaxe e semântica atribui ao “e” é, simplesmente, [FUNDIR([x],[y])] – apenas essa conexão entre forma e sentido precisa estar armazenada na memória dos falantes. FUNDIR representa, então, o conteúdo lexical mínimo, cego à pragmática, o qual está, de algum modo, presente em todas as ocorrências da conjunção.

A função FUNDIR é, assim, apenas o ponto de partida da interpretação do “e”. Por vezes, quando a conjunção exhibe seu sentido meramente simétrico – outrora enganosamente compreendido como verofuncional – o ponto de partida é também o ponto de chegada. Mas isso não é de modo algum necessário. Como vimos ao longo deste trabalho, as interpretações da conjunção podem ir muito além dessa

simples ideia de fusão ou de soma. A conjunção pode comunicar uma variedade de informações temporais e causais, que, como expus no capítulo 3, acabam afetando a própria estrutura proposicional que resulta da sua interpretação. Essa tese respalda a hipótese contextualista, de acordo com a qual o conteúdo semântico (leia-se: o conteúdo que está previsto nas regras de correspondência) interage com inferências pragmáticas no processo de formação da proposição ou do conceito sentencial.

Adotar o contextualismo acarreta abandonar uma visão segundo a qual a composição semântica é *sintaticamente transparente*, isto é, segundo a qual “todos os elementos de conteúdo no significado de uma sentença podem ser encontrados na estrutura conceitual lexical dos itens lexicais que compõem a sentença” (JACKENDOFF, 1997, p. 48). A composição semântica passa a ser, assim, *enriquecida*, deixando de ser totalmente guiada pela estrutura sintática, pois ela não seria mais apenas o resultado da aplicação mecânica de regras de correspondência entre formas e sentidos. Outros fatores teriam que ser levados em conta para entendermos o modo como os conceitos lexicais são combinados para formar conceitos sentenciais complexos. Sobretudo, teríamos que compreender (a) o tipo de processo e o nível de representação pragmáticos nos quais os enriquecimentos são gerados e (b) os princípios cognitivos que direcionam e determinam esses processos. Como mostrei no capítulo 3 que a resposta a (a) não pode ser a concepção griceana de implicatura, tratarei deste tema aqui. No próximo capítulo sondarei as questões em torno de (b), pois já argumentei, no capítulo 2, que uma simples injunção à iconicidade ou ao conhecimento de mundo não satisfaz os critérios de adequação empírica de um tratamento pleno da conjunção.

## 6.1 CONTRASTANDO ENRIQUECIMENTOS COM IMPLICATURAS

Existem diferenças fundamentais entre os aspectos não-articulados veiculados pela conjunção em exemplos como (2)-(5) e os casos mais claros e incontroversos de implicaturas que motivaram a teoria de Grice. Peguemos, primeiramente, um exemplo como (50) (muito semelhante a (4)), e seu provável enriquecimento contextual, explicitado em (50a):

(50) O policial atirou no bandido e o bandido morreu.



(50a) O policial atirou no bandido e, *por isso, logo em seguida*, o bandido morreu.

Contrastemos esse caso agora com (51) e sua provável implicatura (51a). Suponhamos que o enunciado (51) seja proferido no contexto de resposta à pergunta “Você sabe jogar futebol?” A partir de (51), o ouvinte está autorizado a inferir – segundo as máximas da conversação (ou algum outro princípio comunicativo) e seu conhecimento de como as habilidades futebolísticas estão distribuídas entre os habitantes das várias regiões do mundo – que o que o falante quis comunicar foi algo como a proposição (51a).

(51) Eu sou brasileiro.

(51a) Eu sei jogar futebol.

De início, talvez a diferença mais gritante entre as inferências de (50) e de (51) seja a questão da acessibilidade. Nós não temos acesso consciente à inferência que fazemos em (50), ao passo que, no caso (51), a inferência pode ser reconhecida até mesmo por falantes não instruídos (cf. GIBBS; MOISE, 1997). Citando as palavras de Recanati descrevendo um contraste semelhante:

No último exemplo, a implicatura é intuitivamente percebida como externa ao que é dito; ela corresponde a algo que normalmente tomaríamos como tendo sido “implicado”. No caso anterior, não somos capazes de distinguir, pré-teoreticamente, entre os dois supostos componentes da significação dos enunciados. (RECANATI, 1991, p. 115)

Essa discrepância, segundo Recanati (1991), deveria incitar as seguintes questões: estamos tratando de uma mesma coisa nos dois casos? E, se estamos, “como podemos explicar essa diferença?” (*id, ibid*, p. 115). Ou seja, dada a sua propensão a tratar certos aspectos da significação intuitiva de (50) (e também de (2)-(5)) como implicaturas conversacionais externas ao que é literalmente dito, “o minimalista precisa explicar por que essas implicaturas, ao contrário dos casos prototípicos [como (51)], não apresentam a propriedade da ‘acessibilidade’ à consciência.” (RECANATI, 2004, p. 12).

Recanati (2004, p. 12) reconhece como um esforço nessa direção a distinção griceana entre implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas.<sup>46</sup> Aquelas, ao contrário destas, “são difíceis de distinguir do conteúdo *semântico* das expressões linguísticas, porque tais implicaturas [estão] rotineiramente associadas a expressões linguísticas em todos os contextos normais.” (LEVINSON, 1983, p. 127) O minimalista griceano poderia alegar que os ajustes de sentido em (2)-(5) e (50) são, precisamente, exemplos de implicaturas generalizadas, e que tais implicaturas são “geradas e interpretadas de modo inconsciente e automático” (RECANATI, 2004, p. 12). Essa é, essencialmente, a aspiração de uma proposta como a de Levinson (2000), que critiquei no capítulo 2.

Mesmo supondo que a classe das implicaturas conversacionais generalizadas fosse passível de ser caracterizada pela geração inconsciente e automática de seus membros, (motivo pelo qual, supostamente, nossas intuições a seu respeito seriam “embaralhadas”), há outras diferenças relevantes entre o enriquecimento contextual em (50a) e os exemplos tradicionais de implicaturas, de maneira que classificá-los sob um mesmo rótulo seria, no mínimo, confuso.

Uma das mais salientes diferenças é que a implicatura, de um ponto de vista semântico – i.e. em relação aos constituintes conceituais que a compõem – é totalmente diferente da proposição a partir da qual ela é calculada. Não há qualquer menção, na proposição expressa pelo enunciado (51), a habilidades físicas do falante ou a esportes. Do mesmo modo, não há nada na implicatura (51) relativo à nacionalidade. A implicatura é simplesmente *outra* proposição, com outros constituintes conceituais, que não precisa ter relação estrutural alguma com a proposição original. Uma maneira de ver isso seria comparar os conjuntos totalmente distintos de acarretamentos que se seguem de (51) e de (51).

---

<sup>46</sup> Recanati (1991, p. 118) cita também a noção de “não-literalidade padronizada”, que cumpriria, no quadro adotado por Bach (1987), um papel semelhante ao das implicaturas conversacionais generalizadas para os neogriceanos. As sentenças (1)-(4) estariam, de acordo com o filósofo americano, *padronizadamente* associadas aos enriquecimentos que citamos, e, por conta dessa espécie de “força do hábito”, nós nem notaríamos mais que tais acréscimos não fazem parte do que é dito. Haveria, nesse sentido, uma semelhança entre (2)-(6) e os casos de atos de fala indiretos padronizados, como o uso de expressões do tipo “você poderia X?” para realizar um pedido.

O mesmo não ocorre entre (50) e (50a). Todos os acarretamentos que decorrem de (50) decorrem também de (50a). Isso porque todos os conceitos que figuram na representação semântica de (50) estão também presentes em (50a), embora (50a) seja, por conta das informações pragmaticamente inferidas, mais rica e mais informativa do que (50). Parece que o ajuste de sentido em (50a) é uma espécie de *desenvolvimento* da estrutura conceitual mínima extraível de (50) (i.e. aquela que resultaria da aplicação cega das regras de correspondência ao objeto sintático). Tal desenvolvimento parte dessa estrutura mínima e acrescenta a ela, pontualmente, algumas outras representações semânticas – como a ideia de sucessão temporal mais ou menos imediata e a ideia de causa suficiente. Nos termos da teoria da relevância (que discutiremos melhor no próximo capítulo), a proposição de (50a) pode ser tomada como um desenvolvimento da *forma lógica* linguisticamente codificada por (50). Isso faz dela uma *explicatura* (e não uma mera *implicatura*) de (50) (cf. SPERBER; WILSON, 1995, p. 181-182).

Uma característica peculiar das explicaturas como (50a) – em oposição a implicaturas como (51) – é que elas *acarretam* o conteúdo semântico mínimo de (50) a partir do qual elas são inferidas. Continua sendo o caso que, em (50a), ocorre uma fusão entre duas Situações. Carston (1991) observa que isso é um indício de que a proposição mínima – a *forma lógica* – não é *funcional* no processo de compreensão; ela não desempenha nenhum papel cognitivo que a explicatura não possa, ela mesma, também desempenhar. Como sua teoria está pautada no princípio de que o aparato cognitivo humano é orientado para a relevância, eliminando processamentos ociosos, ela toma isso como evidência para o fato de que a forma lógica não precisa ter realidade psíquica. Isto é, a forma lógica pode nunca vir a ser efetivamente processada (mesmo inconscientemente), e, para muitos casos, ela seria uma simples abstração teórica que nos informa *como seria* uma interpretação totalmente modular e livre de contexto. O mesmo não se dá com ocorrências genuínas de implicaturas, como (51). Nesses casos, tanto a proposição inferida quanto a proposição original cumprem funções distintas no processo de interpretação. Ambas são, indiscutivelmente, psiquicamente reais. Nenhuma é acarretada pela outra porque, como vimos, elas apresentam, em geral, conteúdos semânticos bastante divergentes.

Outra característica importante, que está implícita no que expus acima, é o caráter *local* e *subproposicional* das informações

contextualmente inferidas. Ao contrário da implicatura do enunciado (51), a inferência que decorre de (50) não é uma outra proposição completa, mas apenas a porção anotada em itálico: *por isso, logo em seguida*. Nesse sentido, a representação da elaboração pragmática como uma inferência pode ser um pouco enganosa: ela pode dar a entender que (50a) é uma *proposição* contextualmente inferida a partir de (50). A inferência em questão não é a *proposição* inteira, mas um simples fragmento – a função CAUSAR –, que, como veremos, é incorporada à proposição original *antes* de ela ser totalmente formada. A implicatura de (51) é, contrariamente, uma inferência *global e pós-proposicional*: ela não integra a proposição anterior, mas é uma outra proposição independente, que pressupõe a identificação prévia do conteúdo dito.

## 6.2 A MODULAÇÃO

A informação, em (50a), de que foi *logo depois e por causa* de ter levado o tiro do policial que o bandido morreu é, portanto, segundo a minha análise, incorporada à proposição no processo de composição semântica, embora não seja codificada por nenhum item lexical pronunciado na sentença. O “e” codifica semanticamente apenas a função que apelidei de FUNDIR. Como tanto a noção genérica de sequência temporal (DEPOIS) quanto a de causalidade (CAUSAR) não são vetadas pelas categorias ontológicas das eventualidades unidas (a saber, Eventos), a pragmática fica livre para desenvolver inferencialmente FUNDIR em qualquer função conceitual que instancie essas noções.

Concluí que essas e outras informações semelhantes eram casos de influência do contexto na proposição, e não meros casos de implicatura ou, como vimos no capítulo 3, de saturação de lacunas indexicais na sentença. Como se dá, então, essa influência do contexto? Quais são suas características formais?

Se esses traços que chamei, com certa vagueza até aqui, de “enriquecimentos”, “aspectos não-articulados”, “acréscimos”, “elaborações”, “desenvolvimentos” e de “ajustes de sentido” não podem ser nem implicaturas nem saturações (já que não são necessários para que as sentenças expressem proposições completas), o que eles são? Parece que estamos diante de um fenômeno completamente novo, que não se enquadra em nenhuma das classificações anteriores dos processos de influência do contexto na significação. Antes de dar nome a esse novo membro do rebanho, talvez seja proveitoso elencar algumas de

suas características distintivas, com base no que pudemos deduzir a partir das nossas discussões sobre (50) e também do capítulo 3:

(i) O contexto (linguístico ou extralinguístico) contribui com algum elemento à interpretação do enunciado. Trata-se, portanto de um processo *pragmático*.

(ii) Essa contribuição do contexto é proposicionalmente relevante, isto é, ela afeta o que é dito, a explicatura do enunciado. Trata-se, portanto, de um processo pragmático *primário*, que atua antes da derivação das implicaturas.

(iii) No entanto, tal contribuição do contexto não é *necessária* para que o enunciado expresse uma proposição. Ou seja, se o elemento contribuído pelo contexto fosse deixado de lado, o enunciado continuaria a expressar uma proposição completa. Trata-se, portanto, de um processo pragmático primário *opcional e livre*, ao contrário da saturação, que é um processo pragmático primário *mandatório* (porque atua somente quando há uma espécie de lacuna na sentença).

(iv) A proposição que resulta desse processo é um *desenvolvimento* da estrutura conceitual que lhe serve de *input* (a *forma lógica*), e não uma outra proposição totalmente independente. Boa parte das representações semânticas que integram a forma lógica estarão também na proposição enriquecida. Isso faz com que, em geral, a proposição enriquecida *acarrete* a forma lógica.

(v) O processo pragmático primário opcional atua *localmente* modificando o sentido lexical de alguma expressão ou constituinte da sentença. Ou seja, esse processo não pressupõe a identificação prévia de uma proposição completa para *depois* suplementá-la com os ajustes adequados (cf. Recanati (2004, p. 27-29; 2010, p. 43-47) e Carston (2002b, p. 70-74)). É essa característica que torna o contextualismo compatível com o princípio da composicionalidade linguística (ainda que em sua versão enriquecida). Nas palavras de Bezuidenhout:

[Essa] construção pragmática do conteúdo atua localmente, no nível das palavras e sintagmas, e não globalmente, no nível das sentenças. No momento em que os mecanismos composicionais estão prontos para amalgamar os elementos para formar um conteúdo proposicional completo, os significados das palavras já estão pragmaticamente modulados, e, portanto, o nível

de significado da sentença é evitado (BEZUIDENHOUT, 2009, p. 63)

São essas cinco qualidades que caracterizam o processo que Recanati (2004; 2010; 2014) chama de *modulação*. A modulação é uma descrição precisa do tipo de ligação forma/sentido com que ficamos depois de abandonar o princípio da uniformidade da interface entre sintaxe e semântica. Recanati (2010) define-a como como uma função pragmaticamente selecionada que toma os sentidos lexicais das expressões e constituintes como argumentos e entrega, como valor, um sentido contextualmente ajustado.

Há, segundo ele, dois modos amplos de conceber a operação da modulação. Podemos concebê-la como uma função *semântica*, no sentido referencial: ela operaria sobre a função-interpretação de uma expressão, mudando a sua referência esperada – sem qualquer mediação de um nível conceitual ou representacional. É nesse paradigma que Recanati (2010, p. 45) define formalmente a função *mod*, que toma como argumento uma expressão *e* e um contexto *c* no qual *e* ocorre. O valor de *mod* é uma função de modulação *g* qualquer que seja a mais saliente no contexto *c*. É *g* que se aplica à função-interpretação *I* de *e*, prevista no léxico. O resultado da aplicação da função pragmaticamente selecionada *g* à interpretação da expressão *e* será a referência modulada *M* de *e* em *c*:

$$mod(e,c)(I(e)) = g(I(e)) = M$$

Nos casos em que nenhuma modulação se faz necessária e a expressão *e* recebe sua interpretação lexicalizada – *I(e)* – “o valor de *mod* será a função identidade: a literalidade é tratada, portanto, como um caso especial de modulação (nula)” (RECANATI, 2010, p. 45).

A outra maneira de conceber a modulação – que vem sendo favorecida neste trabalho - é como um processo *sintático* (no sentido amplo de *sintaxe*), que se aplica a representações conceituais e devolve, como resultado, uma representação conceitual diferente (mais enriquecida, por exemplo). Essa concepção de modulação foi pressuposta quando dissemos que a modulação envolve um *desenvolvimento* da forma lógica codificada pela sentença. É esse modo de compreender a modulação que se afigura como mais imediatamente compatível com o quadro da semântica conceitual de Jackendoff e com a teoria pragmática que adoto neste trabalho – a teoria da relevância.

Nesse caso, convém adaptar e desenvolver definição de *mod* de Recanati (2010) acima elucidada para aplicá-la a constituintes conceituais. Sendo *g*, agora, uma operação inferencial que gera estruturas conceituais a partir de estruturas conceituais prévias, *w* uma variável para categorias ontológicas, *X* uma função conceitual qualquer (com ou sem argumentos) lexicalmente codificada por alguma expressão linguística, e *Z*, uma versão modificada de *X* (que compartilha boa parte da estrutura interna de *X*).

$$\text{mod}([\textit{w X}], c)([\textit{w X}]) = g([\textit{w X}]) = [\textit{w Z}]$$

### 6.3 UMA TIPOLOGIA CONCEITUALISTA DA MODULAÇÃO

Há, segundo Recanati (2004), três espécies principais de modulação, o que, para mim, equivale a dizer que há três tipos básicos de função que podem preencher a variável *g* acima: o enriquecimento (*enriq*), o afrouxamento (*afr*) e a transferência semântica (*trans*). Elaborarei, em sequência, uma formalização para cada uma delas segundo o paradigma da semântica conceitual.

No enriquecimento o sentido que resulta da modulação é mais específico do que o sentido lexical inicial. É esse o processo que ocorre quando se dá a formação dos chamados *conceitos ad hoc* (cf. BARSALOU, 1983) – como quando interpretamos, em alguns contextos, o predicado “fumar” em “João fuma” como veiculando o conceito elaborado [Ação FUMAR ([Objeto MACONHA])] (cf. RECANATI, 2014, p. 5), ou quando interpretamos o conceito [Propriedade CANSADO], em uma sentença como “Não quero ir ao cinema, estou cansado” como

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CANSADO} \\ \text{[Propriedade PARA ([Evento SAIR ([Objeto EU]))]} \\ \\ \text{Propriedade} \end{array} \right]$$

Nos termos da semântica conceitual, o que ocorre nesses dois casos é que um outro constituinte conceitual é combinado ao constituinte que passa pela modulação, limitando a sua extensão e, conseqüentemente, tornando-o mais informativo. São nesses casos que

observamos os acarretamentos entre os sentidos elaborados e os sentidos iniciais. Essa combinação contextual de constituintes pode se dar em qualquer uma das duas maneiras de composição semântica enunciadas desde a teoria de Katz e Fodor (1963): ou por modificação restritiva – na qual o marcador semântico é acrescentado como um traço interno, uma espécie de *adjunto* da representação original<sup>47</sup> – ou, de um modo mais complexo, por uma composição funcional peculiar, na qual a representação agregada concomitantemente *cria* uma variável no predicado ao qual ela se combina e *satura* essa variável – como ocorre, plausivelmente, com o predicado “fumar” acima.<sup>48</sup>

Mais genericamente, temos algo como a função contextual *enriq*, que pode atuar em uma dessas duas maneiras, sendo Y doravante a porção conceitual provida pelo contexto (que pode pertencer a qualquer categoria ontológica):

---

<sup>47</sup> Há uma tendência persistente – tanto na tradição logicista quanto em teorias linguísticas como a semântica gerativa – em tentar reduzir a modificação restritiva à composição funcional (cf. JACKENDOFF, 1976, 2002). O modo como isso é feito, em geral, envolve a aplicação da função de verdade  $\wedge$ . Um “chapéu vermelho” seria algo que é um chapéu *e* é vermelho. Embora essa abordagem seja, a meu ver, desaconselhável, podemos dar conta dela também com nossa função FUNDIR. Um chapéu vermelho seria, nessa análise, representado semanticamente como: [Objeto FUNDIR([Objeto CHAPÉU], [Propriedade VERMELHO])]. Uma análise idêntica se aplica aos casos em que a modificação restritiva é operada *via* modulação por enriquecimento, como o caso de CANSADO acima: [Propriedade FUNDIR([Propriedade CANSADO], [Propriedade PARA ([Evento SAIR([Objeto EU])])]). Se todo caso de modificação for, em última instância, redutível à composição funcional (*via* conjunção), pode ser o caso que FUNDIR tenha um papel importante na decomposição lexical de várias expressões (por exemplo, verbos que codificam informações sobre modo *e* movimento).

<sup>48</sup> Não estou considerando esse caso como uma simples instância de eclipse de argumento interno, a qual demandaria um processo simples de saturação de uma variável pré-existente. Estou assumindo que existe um conceito de FUMAR, enquadrado na categoria ontológica de Ação, que não exibe uma variável para argumento – isto é, que não necessita de um Objeto para ser fumado. O que o enriquecimento faz nesses casos é justamente prover essa variável *e* saturá-la. Um caso semelhante é discutido por Recanati (2004, p. 107-109) na sua definição das *funções variádicas*.



$$\begin{array}{l}
 E1: \textit{enriq}([{}_w X]) = [{}_w X([Y])] \\
 \text{ou} \\
 E2: \textit{enriq}([{}_w X]) = \left[ \begin{array}{c} X \\ [Y] \\ w \end{array} \right]
 \end{array}$$

E1 é o que ocorre acima com “fumar” e E2 é o que ocorre com “cansado”.

No afrouxamento o que acontece é precisamente o inverso. A extensão do sentido lexical da expressão modulada é, aí, expandida ao invés de restringida. A expressão *perde* alguns traços semânticos que tinha anteriormente. Esse processo foi percebido por Austin (1970, p. 130) na sua discussão sobre a verdade:

É verdadeiro ou falso que Belfast fica ao norte de Londres? Que nossa galáxia tem o formato de um ovo frito? Que Beethoven era um bêbado? Que Wellington venceu a batalha de Waterloo? Há vários *graus e dimensões* de sucesso quando fazemos afirmações: as afirmações se adequam aos fatos de uma maneira mais ou menos frouxa – de diferentes maneiras, dependendo da ocasião e dos propósitos.

De acordo com outro exemplo célebre do filósofo inglês, o predicado geométrico “ser hexagonal” pode ter suas condições de aplicabilidade afrouxadas, em um contexto suficientemente informal, para que uma sentença como

A França é hexagonal.

seja tida como verdadeira. A mesma sentença poderia ser julgada falsa em uma aula de geometria, por exemplo – onde *todas* as características semânticas de “hexágono” seriam levadas a sério. Um outro bom exemplo é o que ocorre com o predicado “estar nu” aplicado a pessoas que estão vestidas com poucas roupas ou mostrando muito a pele. Em todos esses casos, não é o sentido modulado que acarreta a forma lógica mínima, mas o contrário: é a forma lógica mínima (p.ex. “estar sem nenhuma peça de roupa”) que acarreta a proposição contextual (p.ex.

“estar mostrando muito a pele”). Isso ocorre porque o que está envolvido no processo do afrouxamento (*afr*) é a remoção de um modificador presente na estrutura conceitual que lhe serviu de input:

$$A: afr \left( \left[ \begin{array}{c} X \\ [Y] \\ w \end{array} \right] \right) = [{}_w X]$$

Por fim, na transferência semântica, fenômeno descrito em detalhes por Nunberg (1995), “o produto não é uma versão nem enriquecida nem empobrecida do conceito literalmente codificado pela expressão inicial: é um conceito diferente, que guarda alguma relação sistemática com o original” (RECANATI, 2004, p. 26). É isso que ocorre com o célebre exemplo:

O sanduíche de presunto acabou de pedir a conta.

No contexto de uma conversa entre os atendentes de um restaurante, o sujeito da sentença será interpretado não como o sanduíche – que, por ser inanimado, não é capaz de realizar ações como pedir a conta –, mas como o cliente que *pediu* o sanduíche, o COMPRADOR. É importante ver que não é necessário (nem tampouco recomendável) listar [<sub>Objeto</sub> COMPRADOR([<sub>Objeto</sub> SANDUICHE])] no léxico, em uma regra de correspondência envolvendo a forma sintática [<sub>NP</sub> sanduíche]. Algo semelhante sucede também no seguinte exemplo citado por Recanati (2010, p. 5):

Tem um leão no meio da praça.

O conceito [<sub>Objeto</sub> LEÃO] seria, pelo processo da transferência semântica, modulado em algo como o conceito [<sub>Objeto</sub> REPRESENTAÇÃO([<sub>Objeto</sub> LEÃO])], dado um contexto adequado. Note-se que o conceito inicial figura como argumento do conceito que resulta da modulação. Essa é uma característica comum entre os processos de transferência semântica observada por autores como Nunberg (1995) e Jackendoff (1997, 2002). O que entra em jogo, em todos esses casos, ao que parece, é um repertório relativamente limitado e regular de funções conceituais de *transferência de referência*, que permitem aos falantes se referirem a alguns objetos por meio da menção

a outros objetos, que guardam alguma relação específica com o objeto original. Podemos representar o esquema geral de modulação pressuposto em todos esses casos como T abaixo:

$$T: \textit{trans}([\text{Objeto X}]) = [\text{Objeto Y}([\text{Objeto X}])]$$

A variável Y, nesse caso, só poderia ser preenchida por um membro do conjunto restrito de funções conceituais de transferência de referência. Citamos, acima, dois candidatos possíveis: as funções  $[\text{Objeto REPRESENTAÇÃO}([\text{Objeto X}])]$  e  $[\text{Objeto COMPRADOR}([\text{Objeto X}])]$ . Outra peculiaridade da transferência semântica é que ela só parece se aplicar a (e só resultar em) constituintes conceituais ontologicamente identificados como Objetos.

#### 6.4 A MODULAÇÃO DA CONJUNÇÃO

Para Recanati, um processo como a modulação é essencial para a comunicação humana porque “nós usamos um estoque (mais ou menos) fixo de lexemas para falar sobre uma variedade indefinida de coisas, situações e experiências.” (RECANATI, 2004, p. 131). Essa é uma das intuições fundamentais que motiva o contextualismo, desde, pelo menos, os trabalhos de Austin:

O mundo real, para as intenções e propósitos dos seres humanos, é indefinidamente variado e nós não temos a capacidade de lidar com um vocabulário indefinidamente vasto. Além disso, em geral, também não fazemos questão de insistir nas mais mínimas diferenças detectáveis entre as coisas, mas sim nas suas similaridades relativas. É por isso que, em nossa experiência (tanto como indivíduos quanto como uma espécie) não podemos antecipar no nosso vocabulário os caprichos ainda inauditos da natureza. (AUSTIN, 1970, p. 146-147)

Retomando a discussão da conjunção, imagine quantos lexemas teríamos que possuir para expressar todo o repertório possível de variações de interpretações causais, temporais e espaciais da conjunção

que vemos em (50), (2)-(6), (8) e (9). Daí vem a implausibilidade das teorias que postulam ambiguidades para o item lexical “e”. O mais econômico, como venho defendendo, é sustentar, a despeito das várias interpretações possíveis, uma entrada lexical única e unívoca para o “e”, que codificaria semanticamente apenas a função FUNDIR.

O que ocorre com FUNDIR em casos como (50), (2)-(6), (8) e (9) é, então, precisamente, a aplicação da função *modulação*, da qual resulta, pragmaticamente, uma representação que estabelece uma relação mais rica entre os elementos integrados (relações temporais, causais, espaciais, etc.). Como a representação resultante *acrescenta* informações conceituais ao *input* linguisticamente codificado (FUNDIR), assumirei que a modulação da conjunção se dá sob a forma de um *enriquecimento*. FUNDIR é, portanto, conceitualmente enriquecida em uma estrutura conceitual mais complexa. Retomemos os exemplos (50) e (50a) citados acima:

(50) O policial atirou no bandido e o bandido morreu.

(50a) O policial atirou no bandido e, *por isso, logo em seguida*, o bandido morreu.

Simplificando um pouco a metalinguagem adotada por Jackendoff (1982, 1992), as representações semânticas da sentença (50) e de seu provável enriquecimento (50a) seriam<sup>49</sup>:

---

<sup>49</sup> A principal simplificação empregada aqui – que também é recorrentemente adotada por Jackendoff, para fins de concisão – é a ausência da decomposição dos conceitos lexicais. Uma decomposição relevante aqui seria a do conceito de CAUSAR, que não expressa aqui meramente uma ideia de causalidade genérica, mas sim a ideia de uma causa suficiente e dolosa. Essas informações teriam que entrar, na forma de modificadores restritivos, nesta representação conceitual de CAUSAR. Além disso, internamente a essa instanciação particular da função CAUSAR, temos também uma instância específica da função DEPOIS – pois nesse caso a ideia de causalidade contém também uma ideia de sucessão temporal rápida (ao contrário do exemplo (6)).

(50')

$$[\text{Evento FUNDIR}([\text{Evento ATIRAR}([\text{Objeto POLICIAL}], [\text{Objeto BANDIDO}])], [\text{Evento MORRER}([\text{Objeto BANDIDO}])])]$$

↓  
enriquecimento  
↓

(50a')

$$\left[ \begin{array}{l} \text{FUNDIR}([\text{Evento ATIRAR}([\text{Objeto POLICIAL}], [\text{Objeto BANDIDO}])], \\ \quad [\text{Evento MORRER}([\text{Objeto BANDIDO}])]) \\ [\text{Evento CAUSAR}([\text{Evento ATIRAR}([\text{Objeto POLICIAL}], [\text{Objeto BANDIDO}])], \\ \quad [\text{Evento MORRER}([\text{Objeto BANDIDO}])]) \end{array} \right]$$

Evento

Como podemos observar, todos os conceitos presentes em (50') estão também presentes em (50a'): [Evento ATIRAR], [Objeto POLICIAL], [Objeto BANDIDO], [Evento MORRER], e, obviamente, o próprio conceito de [Evento FUNDIR], que continua encabeçando a representação enriquecida. A única diferença entre as duas representações é a porção acrescentada pelo contexto, que, corresponde à variável Y na fórmula E2 dada acima. O enriquecimento em questão é a função conceitual bivalente [Evento CAUSAR] que figura, em (50a'), como um modificador do Evento de FUNDIR, de uma maneira semelhante ao modo como [Propriedade VERMELHO] figuraria como um modificador do conceito [Objeto CHAPÉU] em “chapéu vermelho”:

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CHAPÉU} \\ [\text{Propriedade VERMELHO}] \end{array} \right]$$

Objeto

Não é, contudo, *exatamente* a mesma maneira. O que se verifica em (50a') é um arranjo peculiar no qual uma estrutura conceitual sentencial – um Evento – atua como modificador interno de outro Evento. Essa estruturação tem o sabor familiar de uma estrutura de ligação de variáveis, ou de abstração- $\lambda$  (cf. JACKENDOFF (2002)). Simplifiquei a representação em (50a') omitindo quaisquer variáveis, mas essa omissão me obrigou a duplicar os Eventos de ATIRAR e de

MORRER (e toda a sua estrutura interna) como se eles fossem livres e pudessem variar independentemente dos Eventos que saturam na função FUNDIR acima. Eles não são independentes, justamente porque, na verdade, eles teriam que ser representados como variáveis ligadas por um operador  $\lambda$ . Trata-se *necessariamente* dos *mesmos* eventos que são integrados por FUNDIR. Algo semelhante ocorre com as representações semânticas das sentenças relativas como

O musical que Bernstein compôs ficou famoso.

Aí também temos um Evento – [Evento COMPOR([Objeto BERNSTEIN], [Objeto X])] – atuando como modificador (desta vez do Objeto MUSICAL). Esse Evento também apresenta, em sua estrutura interna, uma variável ligada (o segundo argumento de COMPOR) que precisa variar de acordo com os valores introduzidos por MUISCAL. O musical que Bernstein compôs tem que ser *obrigatoriamente* o mesmo musical que ficou famoso. Embora altamente desenvolvido em outras tradições, o formalismo exato para essas estruturas não foi inteiramente assimilado pela semântica conceitual. Não tenho condições de aperfeiçoar essa assimilação aqui; no entanto, a ideia de ligação entre constituintes conceituais é importante para formalizarmos um padrão geral para os casos de enriquecimento da conjunção. Vou representá-la, simplesmente, anotando os constituintes que estão ligados entre si com a *mesma* variável e com os *mesmos* subscritos. Tendo isso em vista, podemos formalizar todos os processos de enriquecimento da conjunção da seguinte maneira, como uma especificação do esquema de enriquecimento E2:

(ModConj):

[Situação FUNDIR([Situação X<sub>1</sub>], [Situação X<sub>2</sub>])]

↓

enriquecimento

↓

$$\left[ \begin{array}{l} \text{FUNDIR} ([\text{Situação } X_1], [\text{Situação } X_2]) \\ [\text{Situação } Y ([\text{Situação } X_1], [\text{Situação } X_2])] \\ \text{Situação} \end{array} \right]$$

Todos os casos examinados até aqui em que as informações pragmaticamente interpretadas a partir da conjunção *integram* a estrutura proposicional dos enunciados se enquadram nesse esquema geral ModConj.<sup>50</sup> Em (3), por exemplo, a função conceitual que preenche a variável Y é uma instância da função [Evento DEPOIS] que não contém, em sua decomposição, um conceito que implique imediaticidade de sucessão. Já em (6) teremos uma instância da função CAUSAR, marcada com a categoria ontológica de Estado Estático – que ela herda da eventualidade [Estado Estático SER ([Objeto CARVALHINHO], [Propriedade FÃ])]. Nesse caso (ao contrário de (50a’)) a função CAUSAR não inclui em sua estrutura interna nenhuma instância de DEPOIS, pois isso resultaria em uma estrutura conceitualmente malformada (dado que, como vimos, Estados estáticos jamais figuram como argumentos de DEPOIS). Em (9), teríamos, possivelmente, preenchendo Y, uma instância da função espacial CONTER, que não atuaria – como geralmente ocorre – situando Objetos em Lugares (ou Contêineres), mas sim situando um Evento em um Estado (omito aqui a contraparte semântica do adjunto “3 anos atrás” e a estrutura interna dos conceitos sentenciais):

[	FUNDIR ([Estado EU ESTAR EM PARIS], [Evento EU VISITAR A TORRE EIFFEL])
	[Evento CONTER([Estado EU ESTAR EM PARIS],[Evento EU VISITAR A TORRE EIFFEL])
]	

Situação

## 6.5 RESTRIÇÕES À MODULAÇÃO DA CONJUNÇÃO

Com base no esquema ModConj, podemos compreender melhor algumas restrições de natureza conceitual que pesam sobre os enriquecimentos da conjunção. Uma delas, que expus no capítulo anterior e no capítulo 4, é a restrição aspectual às interpretações

---

<sup>50</sup> Não pretendo indicar, com isso, que enunciados que contenham a conjunção não possam passar também por *outros* processos de enriquecimento ou de modulação de maneira geral. Proponho a generalização ModConj a fim de subsumir todos e *apenas* os casos de modulação da função FUNDIR. Esse esquema não tem nada a dizer, portanto, a respeito das possíveis modulações dos outros constituintes conceituais que possam, porventura, co-ocorrer com FUNDIR.

temporais (aquelas que envolvem a função DEPOIS). Argumentei lá que representações semânticas como

- \*[Evento DEPOIS ([Estado Estático X<sub>1</sub>], [X<sub>2</sub>])]
- \*[Evento DEPOIS ([X<sub>1</sub>], [Estado Estático X<sub>2</sub>])]
- \*[Evento DEPOIS ([Estado Estático X<sub>1</sub>], [Estado Estático X<sub>2</sub>])]

seriam conceitualmente malformadas. A inserção, *via* modulação, de um conceito [Evento DEPOIS] como modificador de uma conjunção que tem ao menos um Estado Estático resultaria em uma estrutura conceitual igualmente anômala, como a da sentença:

? (45) Salsicha é um ser humano e (*depois*) Scooby Doo é um cachorro.

\* (45')

[ FUNDIR([Estado Estático SER([Objeto SALSICHA], [Propriedade HUMANO])),  
 [Estado SER ([Objeto SCOOPY DOO], [Propriedade CACHORRO])]  
 [Evento DEPOIS([Estado Estático SER([Objeto SALSICHA], [Propriedade HUMANO]),  
 [Estado Estático SER ([Objeto SCOOPY DOO], [Propriedade CACHORRO])])]  
 Evento ]

Como a porção conceitual em itálico – que ocupa o lugar da variável Y de ModConj – é uma instância de uma estrutura malformada, o conceito em que ela ocorre resulta, igualmente, malformado. É por isso que esse desenvolvimento inferencial de FUNDIR não precisa ser sequer avaliado pragmaticamente: ele já está barrado por razões independentes, vinculadas à nossa conceitualização

Outra restrição que podemos depreender de ModConj é que, como grafiei explicitamente, o enriquecimento da conjunção só ocorre entre Situações, isto é, entre conceitos *sentenciais*, que são marcados com a categoria ontológica de Estados (de qualquer tipo), Processos ou Eventos. A fusão entre Objetos – que não deve ser confundida com a fusão entre NPs, que podem codificar Situações – nunca é enriquecida. Isso significa que só podem saturar a variável Y da nossa fórmula aquelas relações conceituais que são pertinentes entre Situações, como as diversas variedades de DEPOIS e CAUSAR (e não relações que se dão exclusivamente entre Objetos, Propriedades e Lugares, por exemplo). Ou seja, não é permitido que a estrutura do modificador



contextualmente acrescentado à conjunção contenha, preenchendo Y, funções conceituais como AMAR, COMER, PERTO, MATAR. Só pode ser contextualmente acrescentada à conjunção uma função que atue sobre Situações. O nosso exemplo (50a) não poderia, por exemplo, receber o seguinte constituinte conceitual como modificador interno:

\* [Estado AMAR ([Evento ATIRAR ([Objeto POLICIAL], [Objeto BANDIDO]),  
[Evento MORRER ([Objeto BANDIDO])])]

Isso porque AMAR simplesmente não é uma relação que pode se dar entre dois Eventos (ou mesmo duas Situações quaisquer), mas sim uma relação entre Objetos de um certo tipo. Igualmente, o modificador de (45) acima também não poderia ser

\* [Estado PERTO ([Estado Estático SER ([Objeto SALSICHA], [Propriedade HUMANO]),  
[Estado Estático SER ([Objeto SCOOBY DOO], [Propriedade CACHORRO])])]

Nossa mente é simplesmente incapaz de conceber o que seria um Estado estar situado *perto* de outro Estado. A relação PERTO se aplica apenas a Lugares e a Objetos. Ela não é, portanto, uma candidata a preencher a variável Y que enriquece o sentido da conjunção. Outros exemplos podem ser multiplicados facilmente.

Essas observações, aparentemente triviais e inócuas, sugerem as premissas básicas de uma explicação *conceitual* e não meramente *cognitivo-pragmática* – como oferecem Carston (2002) e Blakemore e Carston (1999; 2005) – para os contrastes já mencionados entre conjunções e parataxe, como (15), repetido abaixo, (52), (53) e (54):

(15) a. João quebrou a perna. Ele tropeçou e caiu.

b. João quebrou a perna e ele tropeçou e caiu.

(52) a. Eu conversei com um grande linguista ontem. Eu conversei com Lakoff.

b. Eu conversei com um grande linguista ontem e eu conversei com Lakoff.

(53) a. Guerras estão estourando em toda parte. Os EUA e a Rússia começaram a se desentender.

b. Guerras estão estourando em toda parte e os EUA e a Rússia começaram a se desentender.

(54) a. A língua é um sistema regrado. Ela segue padrões regulares.

b. A língua é um sistema regrado e ela segue padrões regulares.

É visível que as conjunções explícitas em (b) não reproduzem as relações entre os enunciados que são regularmente comunicadas pelas concatenações paratáticas em (a). Em (15a), a segunda sentença será usualmente compreendida como uma *explicação* para o fato apresentado na primeira. Já em (52a) o segundo enunciado funciona como uma espécie de *especificação* para a descrição indefinida que o antecede. No exemplo (53a), a interpretação usual da segunda sentença será a de uma *exemplificação* para a generalização anteriormente formulada. Em (54a), por fim, o primeiro enunciado é *reformulado* ou *parafraseado* pelo segundo. A contraparte conjuntiva de cada uma desses casos exprime, por sua vez, ou um enriquecimento temporal envolvendo a função DEPOIS (como em (15b), (52b) e (53b)) ou meramente o sentido literal mínimo da conjunção (i.e. FUNDIR) como (54b), que integra Estados Estáticos.

O que há de comum entre as relações expressas pelas sentenças (a) é que elas não aparentam ser do tipo que se estabelecem entre Situações. *Explicações, especificações, exemplificações e reformulações* são relações que poderíamos chamar de *textuais* ou *discursivas* (cf. MANN; THOMPSON, 1986). Não sei ao certo como representar essas conexões, mas elas parecem operar sobre (grupos de) enunciados ou proposições, ao passo que, como indiquei em ModConj, as relações enriquecidas que podem ser expressas pela conjunção precisam operar sobre Estados, Eventos e Processos. Simplesmente não existe uma função conceitual EXPLICAÇÃO ou REFORMULAÇÃO que tome Situações como argumento, do mesmo modo como não existe uma função AMAR que faça o mesmo também. É por isso que nenhuma dessas funções é apta a preencher a variável Y no esquema ModConj, configurando um enriquecimento possível da função FUNDIR.

Por envolver a concatenação de dois enunciados diferentes (e, portanto, de duas proposições distintas) a parataxe é capaz de expressar um repertório mais amplo de relações entre representações do que a conjunção, que se limita a expressar pragmaticamente relações plausíveis entre representações conceituais de um certo tipo (Situações). Uma característica peculiar dessas relações que podemos chamar de *situacionais* (em oposição às relações discursivas expressas pela parataxe) que foi constatada por Blakemore e Carston (1999) e Carston (2002) é que elas são valoradas por nós como *reais*, isto é, nos as

entendemos como relações que se passam no mundo externo às nossas mentes. Causalidade e temporalidade são, segundo a nossa concepção, propriedades da realidade física que nos cerca. No quadro da teoria internalista de Jackendoff (2002), isso significa que elas receberiam um traço de valoração EXTERNO. Relações discursivas como *exemplificação*, *explicação* e *reformulação*, por outro lado, “têm em comum a propriedade de não serem relações [entendidas como] situadas no mundo externo; elas são relações [que são entendidas como] existentes apenas em mentes, e talvez apenas em mentes humanas” (CARSTON, 2002, p. 250). Elas receberiam, portanto, o traço de valoração INTERNO, que é atribuído pela nossa mente àquelas representações que entendemos como, de algum modo, subjetivas.<sup>51</sup>

Essa explicação conceitual para os contrastes entre conjunções e concatenações paratáticas é mais abrangente do que a explicação semântica oferecida por Bar Lev e Paclas (1980). Além de incorrer nas previsões equivocadas que elenquei no capítulo 4, a noção de comando semântico – entendida, pelos autores, como parte da semântica lexical da conjunção – não dispõe de nenhum recurso para barrar, para o “e”, interpretações de relações discursivas que não envolvem temporalidade ou causalidade, como a *especificação* (52a), a *exemplificação* (53a) e a *reformulação* (54a).

A definição de comando semântico só estipula que a primeira sentença não deve ser temporalmente ou causalmente anterior à segunda. No contraste em (52) isso não ocorre, e, mesmo assim, uma interpretação equivalente para o “e” e para a parataxe não pode ser atingida. Não é o caso que em (52a) a conversa com Lakoff tenha se dado *antes* da conversa com um linguista (e, mesmo assim, como vimos, a interpretação da parataxe não pode ser reproduzida em (52b)). Ao contrário da explicação conceitualista, a abordagem pautada na noção de comando semântico não teria nada a dizer a respeito desses casos.

A restrição semântica proposta por Bar Lev e Paclas (1980) é, portanto, concomitantemente, muito forte – pois exclui casos que de fato ocorrem, como mostrei no capítulo 4 – e muito fraca – pois carece de

---

<sup>51</sup> Outros exemplos de traços valorativos seriam oposições como NOVO vs. CONHECIDO, COERENTE vs. INCOERENTE, SIGNIFICATIVO vs. NÃO-SIGNIFICATIVO. Esses traços são compreendidos apenas como propriedades formais de uma gama de representações: explicar em que condições a cognição atribui um ou outro a uma estrutura mental é, para Jackendoff (2002), um dos objetivos da psicologia internalista. Todos esses traços são, portanto, igualmente *produtos* da nossa cognição (incluindo o traço EXTERNO).

explicar como relações discursivas não temporais não podem ser recuperadas a partir da conjunção. Nesta seção, procurei elucidar este último ponto a partir da ideia de que tais relações são e os enriquecimentos da conjunção só podem expressar relações que são passíveis de ocorrer entre Situações.

## 6.6 COMO DOMAR A MODULAÇÃO?

Mesmo levando em conta essa (e outras) restrições conceituais, o repertório de relações que podem ser contextualmente comunicadas a partir da conjunção é vastíssimo. Isso é assim porque a nossa teoria, no presente estágio de sua exposição, é ainda bastante “tolerante” em relação aos tipos de interpretações que ela aceita para a conjunção. Ela permite que a variável Y em ModConj assuma uma variedade desconcertantemente vasta de valores, a depender da excentricidade dos contextos em que a conjunção é produzida. Mesmo nos limitando às relações temporais e causais entre Eventos – observando, portanto, às restrições conceituais que enunciei – a diversidade de leituras é incalculável. Há relações temporais mais e menos distantes, relações causais voluntárias, imediatas, suficientes, necessárias, deliberadas, diretas, indiretas e todo um espectro de casos híbridos e indefinidos. Parece que, mesmo respeitando todas as restrições indicadas, o número de leituras disponíveis para a conjunção em qualquer enunciado em particular é potencialmente infinito. Retomemos o seguinte exemplo:

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

Como nós selecionamos, de maneira uniforme e quase sempre exata, uma interpretação temporal imediata e de causalidade suficiente para esse uso da conjunção? O que nos impede de a interpretarmos como (4a) ou (4b) abaixo?

(4a) Guilherme foi atingido no pescoço e (*doze anos mais tarde, devido a um câncer,*) morreu sentado no banco de seu carro.

(4b) Guilherme foi atingido no pescoço e (*dezessete milissegundos depois*) morreu sentado no banco de seu carro.

Não é cognitivamente realista supor que o falante tenha que avaliar essas e as inumeráveis outras hipóteses interpretativas, uma a

uma, para chegar à compreensão adequada da conjunção. Dada a regularidade tremenda que observamos, é preciso postular que o falante dispõe de algum mecanismo que o guie, quase que imediatamente (e inequivocamente), em direção à interpretação correta da conjunção. Mas o simples raciocínio pragmático parece ser demasiado variável, caótico e falho para cumprir essa tarefa. Prestar-lhe a isso seria, na visão de Stanley (2002), equivalente a alegar que interpretamos a conjunção com os mesmos mecanismos que utilizamos para interpretar “chutes debaixo da mesa e cutucadas no ombro” (p. 35).

Essas preocupações fazem eco a uma objeção que é comumente levantada contra aqueles que admitem outros tipos de intrusão de processo pragmáticos opcionais na proposição (cf. STANLEY 2002, 2014; CAPPELEN; LEPORE, 2005): objeção segundo a qual inserir elementos contextuais no reduto secular da semântica (i.e., na proposição) tornaria a comunicação impossível.

Quando o contextualista afirma que o que é dito está sujeito a profundas influências contextuais opcionais – isto é, à modulação –, ele não pretende transformar as condições de verdade em um tipo de conteúdo caótico, que pode variar indefinidamente, à maneira de Humpty Dumpty. Qualquer teoria que acatasse pacificamente essa conclusão estaria, ato contínuo, reduzindo-se ao absurdo. Toda análise contextualista está, portanto, posta diante de um desafio: determinar como falantes, partindo de um mesmo significado literal esquemático (no caso da conjunção, FUNDIR), convergem em um mesmo conteúdo, ou, de algum outro modo, obtêm um razoável sucesso na comunicação, dado que, para além de restrições conceituais altamente tolerantes, não existe qualquer medida pré-estabelecida para o “espaço” de modulação pragmática permitida. Quais seriam então os limites da modulação? Como nós poderíamos deter a aparente *supergeração* de interpretações que decorre da sua natureza contextual?

A resposta de Recanati (2010) a esse desafio é dupla. Primeiramente, ele defende que esse problema – que Cappelen e Lepore (2005) apelidam de “o argumento do milagre da comunicação” – não surge apenas para o contextualista, mas para qualquer um que admita a influência de fatores contextuais amplos (ou intencionais) na comunicação, isto é, basicamente, para todo mundo. Quase todos os semanticistas e filósofos da linguagem de hoje admitem a necessidade de recorrer a hipóteses sobre as intenções do falante para determinar a referência dos pronomes demonstrativos, e até mesmo dos dêiticos puros como “agora” e “aqui” (pois “agora” pode se reportar tanto à hora,

quanto ao dia, quanto ao ano; bem como “aqui” pode se referir a uma casa, a um bairro, a um país ou mesmo à via láctea). Isto é, mesmo os minimalistas, que admitem que o único processo pragmático primário é a saturação, são obrigados a confessar que o apelo ao contexto amplo ou intencional é necessário para a determinação das proposições, visto que isso é exigido por casos simples e óbvios de saturação, como os demonstrativos. Esse recurso, porém, sempre deixará aberta a possibilidade de incompreensões radicais. Nesse sentido, “mesmo que deixemos os processos pragmáticos opcionais de lado”, a comunicação linguística, tal qual ela é concebida por *virtualmente todos*, acaba realmente resultando, em alguma medida, “semelhante àquela que envolve chutes debaixo da mesa” (RECANATI, 2010, p. 7).

Em seguida, Recanati observa que a constatação de que a comunicação não é – nem para o contextualista, nem para o minimalista – um milagre deve nos instigar a buscar outra explicação (i.e., uma explicação não-semântica) para o fato de que convergimos em conteúdos proposicionais suficientemente semelhantes e estáveis. A orientação que ele sugere como resposta a esse desafio é a seguinte: “essa estabilidade pode ser explicada por razões psicológicas, e não linguísticas” (RECANATI, 2004, p. 152). Falantes e ouvintes compartilham, em linhas gerais, um mesmo aparato cognitivo (cf. RECANATI, 2010, p. 7), e seria esse aparato cognitivo que garantiria o sucesso da comunicação. A hiperprodutividade da modulação seria, assim, contida por fatores cognitivos.

Poderíamos, para concluir essa discussão, nos perguntar exatamente *o que* no aparato cognitivo humano possibilita o sucesso da comunicação entre os falantes. O que faz com que eles confluem em direção a um mesmo conteúdo proposicional? Que aspecto da cognição seria responsável por “domar” a modulação? Nem Recanati e nem eu, até o momento, oferecemos uma resposta satisfatória a essas e outras questões semelhantes. Alguns exemplos de “modulações impossíveis” foram explicados com a maquinaria da semântica conceitual neste e no último capítulo, mas os princípios e mecanismos pragmáticos que de fato guiam a modulação foram, via de regra, apenas insinuados informalmente, sem qualquer justificção ou exposição explícita. No capítulo 3 argumentamos contra duas propostas específicas: a máxima griceana do Modo e o Princípio da Informatividade, tal qual desenvolvido por Levinson (1983, 2000). No próximo capítulo atacarei esta que, a meu ver, é a questão mais espinhosa em torno do vasto e heterogêneo fenômeno da conjunção nas línguas naturais. Tratarei de

desenvolver, com mais vagar, a hipótese cognitiva pleiteada por Recanati em resposta ao argumento do milagre da comunicação. Para fazê-lo, recorrerei aos princípios da teoria da relevância, proposta inicialmente por Sperber e Wilson (1995).





## 7. DA ICONICIDADE À RELEVÂNCIA

No capítulo anterior, procurei deslindar algumas propriedades formais dos tipos de informações que extraímos dos usos da conjunção. Cheguei à conclusão de que as informações temporais, causais e espaciais inferidas são instâncias de modulação – isto é, de um processo pragmático opcional que afeta a própria estrutura proposicional – ou, mais especificamente, de *enriquecimento*. Além disso, traduzi (parcialmente) o formalismo adotado por Recanati (2010) para descrever esse fenômeno nos termos mentalistas da semântica conceitual de Jackendoff (1983, 1992, 2002). Neste capítulo, tratarei de acoplar ao meu tratamento da conjunção uma teoria pragmática que, a meu ver, é capaz de prever adequadamente as interpretações ricas que a conjunção recebe em contexto: a teoria da relevância (cf. SPERBER; WILSON, 1995, 2012; CARSTON, 2002b; CLARK, 2013). Não será, como foi para o caso da noção de modulação, tão laborioso efetuar essa integração entre teorias, pois a abordagem relevantista também trabalha dentro de um quadro amplamente cognitivista (mais especificamente, *fodoriano*). A minha proposta específica de representação semântica da conjunção pode, portanto, ser pressuposta sem grandes ressalvas.

A primeira dificuldade inerente à abordagem de Grice, explorada no capítulo 2, dizia respeito ao tipo de princípio pragmático e cognitivo que determinaria qual interpretação a conjunção assume em uma dada situação. Vimos que, embora tanto a proposta autoral de Grice (a quarta submáxima do Modo) quanto a sofisticada teoria de Levinson (pautada no Princípio da Informatividade) parecessem explicar elegantemente aspectos diferentes do fenômeno, no limite, ambas se revelavam insuficientes em face à extensa variedade dos dados. Particularmente, as virtudes de uma pareciam sempre flagrar os vícios da outra: onde Informatividade triunfava, a máxima do Modo falhava, e vice versa. Tampouco pareceu possível, em vista desse embaraço, somar, sob a égide griceana, os méritos de cada proposta, recrutando ora uma, ora outra das máximas para obturar os furos explicativos. Essas máximas, tal qual elas foram formuladas, simplesmente não pareciam propensas a se encaixarem em uma teoria geral coesa.

Aqui desenvolverei a hipótese ousada, já bem consolidada para o trato de outros fenômenos, de que apenas uma máxima – ancorada em princípios cognitivos universais – explica a totalidade de interpretações pragmáticas da conjunção. Os mecanismos específicos que guiam a construção de um sentido no contexto se pautam, a meu ver, por uma

meta de preservar a *relevância* da mensagem. A modulação ocorre sempre *com o propósito* de preservar a relevância. A noção de relevância, tal qual formulada na pragmática cognitiva de Sperber e Wilson (1995), me parece indiciar, ela sim, uma proposta adequada para subsumir tanto a noção Griceana de iconicidade – pois sequências icônicas são mais “fáceis” de processar (cf. CARSTON, 2002b) – quanto a ideia de conformidade a *scripts* cognitivos e ao conhecimento enciclopédico, sugerida por Levinson (2000) – pois a relevância é medida, não só pelo esforço de processamento de um estímulo, mas também pelo efeito que ele provoca nas nossas crenças prévias a respeito do mundo. Esses e outros pontos serão esclarecidos no que se segue.

## 7.1 A IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PROPOSICIONAL

Os teóricos da relevância compreendem o debate em torno da identificação contextual das proposições como uma disputa acerca de quais objetos são representados no *output* do módulo linguístico, ou, mais especificamente, naquilo que Chomsky (1995, 2000) chama de *interface conceitual-intencional* (interface C-I). No quadro da arquitetura em paralelo enunciada por Jackendoff (2002) e Culicover e Jackendoff (2005), podemos compreender essa questão como uma contenda em torno da natureza do objeto conceitual que resultaria da aplicação mecânica (e cega ao contexto) de regras de correspondência sintaxe-semântica. A pergunta seria: o que seria uma interpretação *puramente linguística*? Esse tipo de interpretação de fato se concretiza nas nossas interações verbais?

Os minimalistas, engodados pela secular concepção de que a comunicação só pode ocorrer por meio de um *código*, afirmam que sim. Para eles, a comunicação seria, de outro modo, impossível ou miraculosa. Se todos os conteúdos comunicados não estivessem, de algum modo, previstos em um sistema simbólico internalizado, não haveria como assegurar a compreensão mútua. O *output* puramente linguístico da compreensão, resultado de um processo de *decodificação* de um sinal, teria que ser, então, já uma representação proposicional completa, uma ocorrência de uma sentença no mentalês, um *conceito sentencial*, nos termos de Jackendoff. Esse conceito capturaria adequadamente as condições de verdade comunicadas por um enunciado. Essa visão aproxima a interpretação da linguagem humana a uma espécie de implementação cognitiva de uma semântica formal

elaborada aos moldes das construções de modelos para linguagens como a do cálculo de predicados de primeira ordem. O submódulo semântico da língua-I geraria, composicionalmente, para todas as sentenças gramaticais de uma determinada língua, um teorema-T com a seguinte forma (sendo *S* uma sentença da língua e *M* uma sentença no mentalês):

Teorema-T: *S* é verdadeira se e somente se *M*

Assim é, essencialmente, a visão de Borg (2004), que propõe essa peculiar *psicologização* da semântica davidsoniana – ao contrário de minimalistas como Cappelen & Lepore (2005) que simplesmente não se mostram interessados em fornecer uma teoria cognitivamente plausível da interpretação linguística. É ao minimalismo cognitivista que os relevantistas procuram contrapor sua teoria, calcada em um modelo primariamente *inferencial* da comunicação.<sup>52</sup>

Para os teóricos da relevância, o *output* do órgão linguístico na interface C-I é apenas a representação de uma forma lógica (LF). A noção é aqui empregada mais ou menos em conformidade com a tradição chomskiana posterior à Teoria Padrão (cf. CHOMSKY, 1979; 1981). A anatomia precisa dessa concepção particular de LF é, em si mesma, complexa e oscilante, ora pendendo para uma encarnação sintática, ora pendendo para um nível de representação genuinamente semântico, ainda que mínimo (cf. JACKENDOFF, 1997, p. 46-48). Os relevantistas filiam-se a esta última vertente de interpretação, definindo

---

<sup>52</sup> É também a ele que contraponho minha análise pragmática da conjunção. Não tenho qualquer desacordo grave – exceto em relação a gosto pessoal – com aqueles que, como Cappelen e Lepore (2005), se empenham somente em descrever um sistema abstrato que guarda alguns paralelos formais com as línguas-I. Parafraseando Searle em um contexto semelhante: “onde nenhuma reivindicação é feita, não cabe refutação” (1969, p. 157). O principal objetivo do primeiro capítulo de Sperber e Wilson (1995) é a superação do que eles chamam de *modelo do código* da comunicação em favor de um modelo primariamente *inferencial* de inspiração griceana – no qual a interpretação é definida como o processo de reconhecimento da intenção informativa do falante (cf. SPERBER; WILSON (2005, p. 228)). No caso da comunicação verbal, a decodificação cumpre um papel inicial de *input* para os desenvolvimentos inferenciais. Nas palavras dos autores: “As representações semânticas recuperadas pela decodificação são úteis apenas como fontes de hipóteses e evidências para o segundo processo comunicativo: o processo inferencial.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 176).

a LF como “uma fórmula bem formada, um conjunto estruturado de constituintes, que pode ser submetido a operações lógicas de acordo com a sua estrutura” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 72). Ou seja, a LF decodificada automaticamente a partir de um estímulo linguístico qualquer seria uma representação estruturada que contém já os conceitos lexicais (que dão origem às operações lógicas) como nódulos, e não unidades puramente sintáticas como NPs e VPs. No quadro da arquitetura em paralelo de Jackendoff, podemos identificar essa ideia de LF com o que é chamado, em Jackendoff (1997), de estrutura conceitual lexical (LCS), que é, a rigor, a estrutura conceitual mínima que resultaria da simples aplicação de regras de correspondência entre sintaxe e semântica contidas no léxico (sem a intrusão de processos inferenciais enriquecendo a composicionalidade). De acordo com os relevantistas, tal nível de representação não constituiria *ainda* uma suposição sobre a intenção informativa do falante, isto é, uma *explicatura*: ele seria, no máximo um *esquema* abstrato para tal suposição. Nas palavras de Sperber e Wilson:

[U]m enunciado, como qualquer outro estímulo ostensivo, é uma evidência a respeito da intenção informativa do comunicador. O fato de que tais estímulos ativam certos conceitos, e, no caso dos enunciados, certa forma lógica, é um motivo para presumir que ao menos algumas das suposições que o comunicador pretende tornar manifestas contêm alguns desses conceitos ou essa forma lógica. A forma lógica de um enunciado, em particular, é um *esquema* de suposições. A presença de termos semanticamente incompletos ou manifestamente vagos é uma indicação clara de onde o esquema pode ser enriquecido. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 189)

Aí também os autores estão em linha com alguns comentários específicos de Chomsky em torno do seu conceito de LF:

Uso a expressão *forma lógica* para designar um nível de representação linguística que incorpora todas as propriedades semânticas que são determinadas estritamente por regras linguísticas. Indicar qual é a relação precisa entre as formas

lógicas assim definidas e uma teoria e descrição semântica [i.e., o que é dito, as formas proposicionais] – que envolve inextricavelmente contribuições de outros sistemas cognitivos – permanece sendo uma questão importante. (CHOMSKY, 1979, p. 145)

Ou seja, tanto os relevantistas quanto (ao que parece) Chomsky sustentam que a representação semântica linguisticamente direcionada – a LF – precisa, em geral, ser *enriquecida*, ou – para usar o termo mais abrangente proposto por Recanati – *modulada*, para que cheguemos ao que é dito, à forma proposicional. Jackendoff (1997, 2002) e Carston (1991, 2002) vão mais longe ainda, afirmando que a idealização pressuposta no conceito de LF não tem, na maior parte dos casos, realidade psicológica nenhuma: a composição semântica funciona mesclando inferências pragmáticas e regras semânticas de tal maneira que um objeto semântico puro e “modular” pode nunca chegar a ser computado:

[...] essa entidade ‘semântica’ pode não ser nunca mentalmente representada [...]. No momento em que a última palavra de um enunciado é processada, as partes anteriores da cadeia já podem estar afundadas no corpo pragmaticamente suprido de um pensamento plenamente proposicional (CARSTON, 2002b, p. 72).

Para eles, então, as entidades semânticas que, de fato, gozam de um estatuto cognitivo são as LFs já contextualmente enriquecidas: as formas proposicionais e as explicaturas. As LFs mínimas, que seriam a contraparte transparente da estrutura sintática na estrutura conceitual, seriam abstrações psicologicamente irrelevantes.

A despeito dessas divergências menores, todos esses autores seriam – ao menos nas passagens citadas – *contextualistas*. Isso porque todos eles admitem a necessidade de suplementar a composição semântica com inferências pragmáticas para dar conta dos conteúdos comunicados. Nem toda LF é, para eles, uma *forma proposicional*: uma entidade capaz de ser avaliada em termos de verdade e falsidade (cf. SPERBER; WILSON, 1995, p. 72), uma estrutura conceitual sentencial. As representações puramente semânticas são, nesse sentido,

incompletas, de modo a requerem complementações inferenciais (debitadas a “outros sistemas cognitivos”, na locução de Chomsky) para atingirem o nível proposicional característico de uma suposição a respeito da intenção informativa do falante:

As representações semânticas [mínimas] são formas lógicas incompletas, i.e., no máximo representações fragmentárias de pensamentos [...]. Podemos contemplar pensamentos, mas não podemos contemplar representações semânticas [mínimas] de sentenças. As representações semânticas [mínimas] das sentenças são objetos mentais que nunca emergem à consciência. Se elas emergissem, elas seriam totalmente desinteressantes (exceto, é claro, para os semanticistas). Essas representações semânticas são representadas mentalmente através de um processo automático e inconsciente de decodificação linguística. Elas podem ser usadas como esquemas de suposições para identificar, primeiro, a forma proposicional, e, em seguida, as explicaturas de um enunciado. São só essas explicaturas que apresentam efeitos contextuais e, portanto, só elas que merecem atenção consciente. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 193)

A última parte dessa citação já alude aos princípios pragmático-cognitivos que, segundo os relevantistas, guiam a construção das proposições: os princípios da relevância. A LF precisa ser inferencialmente desenvolvida em uma *explicatura* – e primeiramente, em uma *forma proposicional* (que é simplesmente o nome do tipo mais “básico” de explicatura) – porque o conteúdo linguisticamente codificado, por si só, não é suficientemente *relevante* para merecer nossa atenção consciente:

O fato é que as linguagens externas dos seres humanos não codificam o tipo de informação que nós estamos interessados em comunicar. As representações semânticas linguisticamente codificadas são estruturas mentais abstratas que precisam ser inferencialmente enriquecidas antes

que possam representar qualquer coisa de interessante. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 174)

A suposição por trás desses comentários é, precisamente, o que Sperber e Wilson chamam de o *princípio cognitivo da relevância*: “A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 260). A relevância é calculada, para um dado *input*, em termos dos efeitos cognitivos e do esforço de processamento desse *input*. Um *input*, é, assim, relevante para um indivíduo se o seu processamento produz um efeito cognitivo suficientemente positivo a um custo suficientemente baixo de processamento. Quanto maior for o efeito positivo e quanto menor for o esforço de processamento do *input*, mais relevante ele será. Os efeitos cognitivos positivos são definidos como “uma diferença vantajosa na representação do mundo do indivíduo” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 223). Há, de acordo com Sperber e Wilson, alguns tipos diferentes de efeitos cognitivos positivos, tais quais: as implicações contextuais, mais ou menos equivalentes às implicaturas griceanas (“uma conclusão dedutível do *input* e do contexto, mas não do *input* nem do contexto isolados” (*id, ibid*, p. 224)) e o fortalecimento, o abandono ou revisão de suposições já disponíveis no ambiente cognitivo do sujeito.

O princípio cognitivo da relevância implica que, quando um falante produz um estímulo ostensivo com a intenção de que esse estímulo seja processado pelo ouvinte, ele está *presumindo* que o estímulo é suficientemente relevante para merecer a atenção desse ouvinte. É essa a motivação por trás do *princípio comunicativo da relevância*: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção da sua própria relevância ótima.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 160) Um estímulo ostensivo é tido como otimamente relevante quando ele: “(a) é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do ouvinte” e “(b) é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 270) Cada enunciado intencional carrega, então, uma espécie de garantia para o ouvinte segundo a qual ele poderá retirar desse enunciado – mais do que de qualquer outro estímulo que o circunda no momento – um número suficiente de efeitos cognitivos a um baixo custo.

Já podemos, desde já, entender por que uma LF não seria relevante para um indivíduo. Em primeiro lugar, porque a maior parte das LFs não são plenamente proposicionais, logo, elas não teriam, por elas mesmas, como gerar efeito cognitivo algum. Para Sperber e Wilson

(1995) os efeitos cognitivos são gerados através de um dispositivo mental *dedutivo*, que tem acesso às suposições contextuais e ao conteúdo interpretado a partir do estímulo ostensivo. Se esse conteúdo não for plenamente proposicional (como não parece ser na maior parte dos casos das LFs decodificadas) ele não será capaz de figurar na cadeia inferencial que dá origem aos efeitos cognitivos. Processá-lo provocaria, portanto, apenas *custo* e nenhuma *recompensa* cognitiva. Ademais, mesmo aquelas LFs que alcançam o nível da proposicionalidade são, quando desprovidas de incrementos inferenciais, representações muito abstratas para garantirem efeitos cognitivos suficientemente robustos e recompensarem o esforço dispendido em processá-las.

Por conta dessas razões, conseguimos depreender por que um falante dificilmente teria a intenção de comunicar uma LF. Dado que o princípio comunicativo da relevância está ancorado em uma propriedade cognitiva fundamental e categórica para os seres humanos (o princípio cognitivo da relevância) e que uma LF dificilmente seria relevante para um indivíduo, podemos concluir que dificilmente as LFs dificilmente serão objetos de intenções comunicativas (i.e. dificilmente corresponderão ao que é dito). As intenções comunicativas bem formadas e os estímulos ostensivos que delas decorrem não têm como deixar de se presumir relevantes, e tentar comunicar uma LF subproposicional ou demasiadamente abstrata seria patentemente irrelevante.

É partindo dos dois princípios da relevância que podemos ir além do que Recanati propôs e arriscar uma explicação para o sucesso da comunicação humana em geral, e da interpretação da conjunção em particular. O que queremos investigar aqui, nos termos da teoria da relevância, é como os ouvintes, a partir de uma mesma LF linguisticamente codificada (no caso da conjunção, da simples função FUNDIR), procedem inferencialmente rumo às mesmas formas proposicionais elaboradas.

Uma retificação inicial deve ser feita em relação ao modo como formulei os objetivos desta investigação: a comunicação não precisa envolver necessariamente o compartilhamento *exato* das proposições. Para Sperber e Wilson, podemos compreender a comunicação como “uma questão de expansão dos ambientes cognitivos mútuos, e não como uma duplicação de pensamentos” (1995, p. 193). Isso não é, ao contrário do que acusam Cappelen & Lepore (2005a, p. 126-127), uma rendição ao argumento da impossibilidade da comunicação. Nas palavras de Recanati, “a vagueza e a incompreensão *são* compatíveis



com a ideia de que comunicamos e compartilhamos conteúdos” (RECANATI, 2010, p. 9). Uma conclusão semelhante foi alcançada por Chomsky:

Quanto à comunicação, ela não requer o compartilhamento exato de “significados públicos” mais do que de “pronúncias públicas”. Não precisamos sustentar que os “significados” (ou os “sons”) de um participante sejam descobertos pelo outro. A comunicação é uma questão de grau, em que buscamos uma estimativa justa do que a outra pessoa disse e tem em mente. (CHOMSKY, 1993, p. 21)

Feita essa ressalva, podemos prosseguir à resposta dada pelos relevantistas ao desafio proposto. Como identificamos, a partir da LF de um enunciado, a sua forma proposicional correta em um contexto?

Os relevantistas preconizam que a interpretação correta de qualquer estímulo ostensivo é a interpretação consistente com o princípio comunicativo da relevância (cf. SPERBER; WILSON, 1995, cap. 3). Isso sugere um critério para a identificação da forma proposicional: “a forma proposicional correta é aquela que conduz a uma interpretação geral que é consistente com o princípio [comunicativo] da relevância” (*id, ibid*, p. 184). O ouvinte buscará, então, diante de um estímulo ostensivo (que, enquanto tal, lhe apresenta uma garantia de relevância) uma interpretação que lhe renda efeitos cognitivos positivos para um esforço de processamento relativamente pequeno.

Sendo a modulação uma das subtarefas envolvidas na interpretação, podemos responder, com base no que foi dito, à pergunta que intitulava a última seção do capítulo anterior: como domar a modulação? A modulação de LF é “domada” ou controlada pela busca da forma proposicional cuja interpretação é consistente com o princípio comunicativo da relevância (SPERBER; WILSON, 1995, p. 185). A modulação se dá sempre a fim de garantir que o enunciado tenha efeitos cognitivos suficientes para justificar seu esforço de processamento, mas nunca se dá além do limite em que, ela própria, tornaria o processo interpretativo excessivamente oneroso para a cognição. A modulação irá, portanto, modificar a LF em um grau suficiente (e não mais do que

suficiente) a fim de torná-la apta a interagir adequadamente com o contexto compartilhado e produzir efeitos cognitivos como implicações contextuais e revisões de crenças prévias.

É essa a explicação para o fato de que a modulação, embora seja um processo pragmático, por princípio, *livre*, não sofra, em contextos semelhantes, de grandes variações interpessoais. A explicação psicológica a que Recanati (2010) meramente acenou parece ter sido capturada com mais contundência pelos teóricos da relevância. O aparato cognitivo dos seres humanos está voltado à maximização da relevância. A nossa tendência diante de um estímulo verbal é buscar aquele seu enriquecimento que melhor satisfaça essa tendência básica. Seria essa a “explicação psicológica” para o sucesso da comunicação. A afinação sutil entre a necessidade de elaborar a LF para fazer com que ela autorize inferências que justifiquem a relevância do enunciado e o cuidado para não elaborar a LF para além da conta – tornando a própria elaboração custosa demais – conduz os falantes sempre em direção a uma única interpretação.

## 7.2 UM EXEMPLO

Vejamos como isso funciona a partir dos comentários de Sperber e Wilson (1995) a um exemplo como (55) a fim de, nas próximas seções, aplicarmos o mesmo raciocínio aos casos com a conjunção.

(55) Eu já tomei café da manhã.

O que pode ser recuperado desse enunciado, depois da decodificação e da atribuição de referência (isto é, depois do processamento linguístico e da saturação), é simplesmente a LF que informa que um falante S tomou café da manhã em qualquer instante anterior ao presente. Essa é a *proposição mínima* de (55). Mas a proposição mínima, nesse caso ao menos, não é suficientemente relevante para que sua recuperação satisfaça o princípio comunicativo da relevância. Ou seja, um ouvinte, diante de (55), não suporia que o falante a estivesse comunicando, porque poucos efeitos cognitivos podem ser extraídos da constatação de que o falante tomou café da manhã em algum momento passado da sua vida. No máximo, reforçaríamos nossa suposição de que o falante é, ou já foi, uma pessoa com um poder aquisitivo minimamente digno, ao ponto de ter podido desfrutar do luxo de uma refeição matinal uma vez na vida. Mas essa

suposição já é, em contextos normais, suficientemente forte, e não precisa de nenhum respaldo adicional. Processar o enunciado (55) apenas para chegar a esse reforço demandaria um custo de processamento totalmente vão.

Se o falante pretende tornar o proferimento de (55) manifestamente relevante, ele deve “desejar tornar manifesto que ele tomou café da manhã num passado recente o suficiente para que isso seja digno de ser mencionado” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 190). Paralelamente, o ouvinte que se depara com (55) seguirá o princípio comunicativo da relevância e procurará uma outra interpretação que não a proposição mínima. A interpretação modulada codificada por (55’) é, em geral, compatível com esse princípio:

(55’) Eu já tomei café da manhã *hoje*.

Isso porque essa forma proposicional, em um contexto contendo proposições como C, pode produzir dedutivamente a implicação contextual (55a):

C: Quem já tomou café da manhã hoje não vai desejar comer agora.

(55a): Eu não quero comer agora.

Em uma situação em que, por exemplo, o ouvinte está querendo saber se o falante quer comer um biscoito, a implicação contextual (55a) seria suficiente para garantir (55’) como uma interpretação otimamente relevante de (55), e, portanto, o enriquecimento aí envolvido como um enriquecimento *previsível*, dada a nossa constituição cognitiva.

Perceba-se aí que a prospecção de uma implicatura (ou implicação contextual) relevante é o que ajuda a selecionar a explicatura. Essa é uma característica geral do processo de desenvolvimento da forma proposicional. A LF é enriquecida a fim de *facultar* a dedução de implicaturas que concedam ao enunciado efeitos cognitivos suficientemente positivos para estabelecer sua relevância. Os enriquecimentos ocorrem para dar à proposição um formato adequado para gerar essas inferências (acrescentando, por exemplo, na LF de (55) a especificação temporal “hoje”). Esse fenômeno de *ajuste mútuo* entre o conteúdo explícito e o implícito guiado pela expectativa de relevância é posto em grande relevo por Sperber e Wilson: “O conteúdo explícito de um enunciado [...] é ajustado de modo a garantir a derivação de

implicaturas que justifiquem as expectativas de relevância criadas pelo ato de enunciação.” (SPERBER; WILSON, 2012, p. 42-43)

Poderíamos nos perguntar por que um falante que pretenda poupar seus ouvintes de quaisquer esforços desnecessários não profere diretamente (55a), em vez de apelar ao circunlóquio (55). A teoria da relevância oferece uma resposta também a essa indagação, justificando, assim, a presença maciça de comunicação indireta entre os seres humanos. Ao dizer (55), além de simplesmente recusar os biscoitos, o falante dá o *motivo* da sua recusa, sem que, com isso, faça o ouvinte ter que processar uma proposição adicional.

### 7.3 A RELEVÂNCIA E O CONHECIMENTO ENCICLOPÉDICO NA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO

Defendi, no capítulo 5, que o conteúdo semântico lexicalmente associado à forma linguística “e” é a função conceitual FUNDIR. Nos termos da teoria da relevância, podemos dizer, então, que FUNDIR será o correspondente da conjunção na FL. Cabe indagar, então, em que condições a modulação dessas LFs com FUNDIR cumpriria com o requisito da relevância, isto é, em que condições a incorporação contextual opcional de alguma outra relação entre as proposições geraria efeitos cognitivos positivos a um baixo importe de processamento. Nesta seção, examinarei apenas como o princípio comunicativo da relevância interage com elementos contidos em *scripts* e outras formas de armazenamento de conhecimento enciclopédico contextualmente salientes.

O princípio comunicativo da relevância – que se aplica, sem exceções, a *todos* os estímulos ostensivos, garantindo sua relevância ótima – assegura aos falantes que nenhum esforço expendido na interpretação de um enunciado é infrutífero. Se supusermos que uma sequência de duas sentenças unidas com a conjunção requer, em decorrência da sua maior complexidade sintática, mais esforço de processamento do que a mesma sequência parataticamente sequenciada, podemos deduzir uma conclusão interessante: frente a um proferimento com a conjunção, o ouvinte está autorizado a supor “efeitos que não se seguiriam das sentenças unidas tomadas individualmente” (CARSTON, 2002b, p. 243-244). Isto é, o princípio comunicativo da relevância prevê que o intérprete da conjunção será quase sempre premiado com efeitos cognitivos mais potentes do que seria se ele estivesse ouvindo simples enunciados isolados.

Um desses prêmios é, a meu ver, a própria semântica da conjunção, que é mais rica do que a semântica da mera justaposição de proposições (que seria, quem sabe, mais imediatamente equivalente à da função de verdade). Quando o ouvinte ouve uma conjunção, ele está autorizado a supor, pelo próprio conteúdo decodificado, que as Entidades concatenadas integram uma *única* Entidade maior. Os próprios relevantistas advogam algo parecido com isso quando eles afirmam que o que é peculiar aos usos da conjunção é que eles formam, ao contrário da parataxe, “uma única unidade representacional” (BLAKEMORE; CARSTON, 1999, p. 18). Essa unidade representacional “carrega, como um todo, a presunção de relevância ótima, e é, por isso, processada como uma unidade pragmática individual” (BLAKEMORE; CARSTON, 2005, p. 574).<sup>53</sup> Isso significa que o ouvinte nem sequer *chega* a avaliar a relevância das proposições tomadas separadamente. Se ele fizesse isso, ele estaria violando o princípio da relevância, pois estaria supondo que o falante o submeteu ao processamento inútil da conjunção, quando uma simples justaposição de enunciados teria dado o mesmo resultado.

É natural, então, que um ouvinte, diante do “e”, esteja sedento por efeitos cognitivos. Mas, como vimos, os efeitos cognitivos precisam ser *inferencialmente* deduzidos a partir da explicatura (nos casos com que lidamos e lidaremos, a explicatura é a própria forma proposicional). Acontece que, muitas vezes, as simples LFs decodificadas a partir de conjunções não apresentam o *formato adequado* para gerar, no contexto mais acessível, efeitos cognitivos significativos que justifiquem o processamento das sentenças.

Pensemos em um contexto *C* de negociação em torno de infrações de trânsito, em que se discute a que pessoas uma penalização por multa deve ser aplicada. Suponhamos, ademais, que uma suposição contextual em *C* é altamente saliente para todos os participantes da conversa:

---

<sup>53</sup> Esse é o fundamento da explicação relevantista para os contrastes entre conjunções e concatenações paratáticas, como os exemplos (15) e (52)-(54) examinados no último capítulo. Os casos paratáticos envolveriam a produção de *duas unidades pragmáticas diferentes*, que são submetidas ao crivo da relevância de modo separado. É por isso que relações discursivas como *explicações, reformulações, exemplificações* (que são, supostamente, relações que se estabelecem entre duas unidades pragmáticas diferentes) podem ser expressas por eles (cf. BLAKEMORE; CARSTON, 1999; 2005). Acredito que essa linha de raciocínio é complementar àquela que tracei no capítulo anterior.

C: Se alguém bebe e logo depois dirige, essa pessoa tem que pagar uma multa.

Imaginemos agora que alguém profere o enunciado (56):

(56) Maurício bebeu e dirigiu.

Ora, a simples LF decodificável a partir de (56) só informa que duas Situações (que integram uma única Situação maior, que as tem como partes) ocorreram em algum momento qualquer do passado: Maurício dirigiu e Maurício bebeu. Essa informação não seria suficientemente relevante no contexto em questão, pois nenhum efeito cognitivo se seguiria dela (para além do reforço trivial a suposições básicas e pouco acessíveis, tais quais: Maurício não é abstêmio, Maurício já teve contato com automóveis, Maurício tem uma boca, Maurício não estava em coma, Maurício não é um homem das cavernas, etc. (Além de inacessíveis, todas essas suposições se seguiriam das sentenças isoladas também, o que não é esperado das conjunções.)

O princípio comunicativo da relevância acarreta que, como essa LF não é otimamente relevante, ela não tem como ser o conteúdo que o falante quis comunicar ostensivamente. O ouvinte é lançado, então, na busca de um outro conteúdo – com base na evidência que a LF lhe dá – que seja, por si, capaz de gerar efeitos cognitivos que justifiquem o custo de processamento. Para fazer isso, ele precisa *modular* a LF de (56) a fim de torná-la apta a gerar, dedutivamente, junto com o contexto, algum efeito cognitivo. Como o contexto em questão contém a suposição C, a direção da modulação é previsível: o ouvinte vai acrescentar à LF de (56) a informação de que Maurício bebeu e *logo depois* dirigiu, gerando (56’):

(56’) Maurício bebeu e logo depois dirigiu.

Esse simples acréscimo já permite deduzir, nesse contexto, a implicação contextual (56a), que é um efeito cognitivo suficiente para dar relevância à interpretação de (56) em C.

(56a) Maurício tem que pagar uma multa.

Nesse caso, como é muito comum ocorrer, é justamente a informação extralógica interpretada a partir da conjunção que autoriza a derivação da implicatura que confere relevância ao enunciado. Note-se que o que é acrescentado em (56') não é – como seria se o ouvinte estivesse seguindo a quarta submáxima do modo – uma simples ideia de sequenciação bruta, pois ela não seria suficiente para deduzir (56a). É necessário incluir, na estrutura interna do operador temporal DEPOIS, a ideia de sucessão rápida. Esse acréscimo à LF de (56) é suficiente para gerar efeitos cognitivos que saciam a busca por relevância. O ouvinte não persistirá buscando outras modulações, pois, ainda que elas pudessem licenciar a dedução de outros efeitos cognitivos, elas imporiam um esforço de processamento desnecessário, uma vez que a relevância já estaria estabelecida.

Nesse exemplo, a conjunção é enriquecida com uma função temporal DEPOIS com o intuito de atender, primariamente, às exigências de um contexto conversacional *local*. No entanto, mesmo que não houvesse um contexto rico especificado – como uma conversa sobre multas e infrações de trânsito – provavelmente interpretaríamos a conjunção da mesma forma. Como isso é possível?

Isso se dá porque a narrativa de acordo com a qual as pessoas *bebem e logo depois dirigem* é parte do nosso ambiente cognitivo, isto é, do *contexto* concebido de forma mais ampla.<sup>54</sup> É muito provável que essa “cena” configure uma espécie de *script* que está armazenado – provavelmente sob a forma de um tipo de representação visual – em algum sistema de memória de longo prazo. É neste ponto que as considerações sobre o conhecimento enciclopédico – postas em grande relevo por Levinson (2000) – se tornam pertinentes para uma explicação pragmática da conjunção.

Quando um ouvinte se depara com o enunciado (56), essa estrutura de conhecimento sobre o Evento de conduzir um automóvel

---

<sup>54</sup> Um ambiente cognitivo é simplesmente o conjunto de suposições que um indivíduo pode representar para si como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras: o conjunto das suas *suposições manifestas* (SPERBER; WILSON, 1995, p. 39). Não temos aí apenas o conjunto das crenças do indivíduo, mas de tudo que é pressuposto, acarretado ou que pode ser de algum outro modo *inferido* das suas crenças. A informação de que Chomsky nunca jantou com o compositor Mozart é parte do meu ambiente cognitivo (conquanto eu nunca tenha pensado nela antes) pois ela pode ser inferida de outras crenças explícitas que eu tenho, como a crença de que Mozart morreu no final do século XVIII e Chomsky só nasceu no século XX.

embriagado se torna imediatamente acessível para ele, devido ao fato de a LF de (56) codificar conceitos conectados ao *script* (como BEBER, DIRIGIR e o próprio conceito sentencial que funde BEBER e DIRIGIR em um único Evento). O enriquecimento previsto de FUNDIR que inclui uma instância da função DEPOIS também adquire relevância, então, por meio do efeito cognitivo de *reforçar* esse *script* enciclopédico. Além disso, outras informações enciclopédicas vinculadas ao *script* são plausivelmente ativadas, como as proposições em CO abaixo

- (CO) a. Quem bebe e logo depois dirige está arriscando sua integridade física.  
 b. Quem bebe e logo depois dirige tem chances significativas de causar um acidente de trânsito.  
 c. Quem bebe e logo depois dirige conduzirá mal o veículo.  
 d. Quem bebe e logo depois dirige é imprudente.

Em todas as proposições em CO, a LF enriquecida com a informação sequencial figura como antecedente de um condicional, o que permite gerar, a partir do enriquecimento previsto, mais uma série de implicações contextuais que acentuam ainda mais a relevância da modulação temporal. Novamente, o enriquecimento previsto não é a mera noção icônica de sucessão bruta. O ouvinte enriquece a função FUNDIR com intervalo específico que permita a interação adequada entre a forma proposicional e o conhecimento enciclopédico. A partir do enriquecimento “Maurício bebeu e *logo depois* dirigiu”, podemos deduzir, respectivamente, que: (a) Maurício está arriscando sua integridade física; (b) Maurício tem chances significativas de causar um acidente de trânsito; (c) Maurício será um mau condutor do veículo e (d) Maurício é imprudente. Nenhum desses efeitos cognitivos poderiam ser apreendidos da simples LF (ou da LF simplesmente acrescida de uma função DEPOIS genérica, sem especificação de um intervalo determinado, como preveria a máxima de Grice).

É justamente da facilidade com que as suposições em CO são evocadas que advém a aparência universal e “padronizada” do enriquecimento temporal da conjunção em casos como (56), tanto dentro quanto fora do contexto de negociação de multas. Essas suposições manifestas são tão acessíveis – por conta dos *scripts* evocados pelos conceitos lexicalmente codificados – e os ganhos em



termos de efeitos cognitivos que elas podem propiciar são tão benéficos (as implicaturas como (a)-(d) acima), que seria um “desperdício” não enriquecer a LF do modo previsto.

O mesmo tipo processo ocorre com os exemplos (2)-(6) e (8)-(9) citados ao longo deste trabalho. Em cada um deles, informações enciclopédicas – que se tornam salientes através dos próprios conceitos ativados na LF dos enunciados – contribuem com *scripts* e suposições contextuais que guiam as modulações específicas da conjunção. A conjunção é enriquecida, nesses casos, a fim de poder interagir dedutivamente com os *scripts* e as suposições contextuais a ele vinculadas na geração de efeitos cognitivos positivos. Vejamos novamente (4) e (5):

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

No caso (5), por exemplo, claramente a LF do enunciado evoca um *script* de brigas. De acordo com esse *script*, as brigas podem ser causadas por situações de ofensas prévias. O tipo de causação contido nesse *script* não envolve, todavia, a ideia de causação suficiente (como no *script* que enriquece (4)), mas de mera incitação. As brigas são *incitadas* por ofensas, e não causadas mecanicamente por elas, como a morte pode ser causada por um tiro. É essa a versão exata da função CAUSAR que contribuirá com um constituinte conceitual à representação de FUNDIR na LF de (5), configurando um enriquecimento. Além de reforçar o *script* de brigas, tal enriquecimento permite derivar, juntamente com as suposições contextuais relevantes, uma série de implicaturas, como:

Eu sou uma pessoa agressiva.

Eu não aceito receber ofensas.

Eu sei me defender.

Eu não tenho medo de conflitos.

Eu não seria um bom policial.

Essas possíveis implicaturas caracterizam efeitos cognitivos positivos que justificariam o custo de processamento de (5), tornando-o relevante. Os outros exemplos (2)-(4), (6), (8) e (9) se prestam a uma análise equivalente.

É justamente dessa maneira que a teoria da relevância se apropria do insight da abordagem de Levinson (1983, 2000). A ideia é que nossa mente tenderá a interpretar relações mais ricas entre as proposições, pois isso será quase sempre necessário para garantir a relevância do ato de juntar duas Situações em uma só. Uma interpretação enriquecida de acordo com nossos *scripts* enciclopédicos mais salientes nos propicia “um fluxo natural de efeitos [cognitivos]” (CARSTON, 2002b, p. 227), que contribuem com a relevância da interpretação a um baixo custo, dado que os *scripts* invocados são, precisamente, salientes e facilmente recuperáveis da memória. Não é necessário, portanto, estipular uma máxima específica que oriente os falantes a incorporarem conhecimentos contextualmente manifestos. O conhecimento enciclopédico já é recrutado, junto com as proposições localmente salientes em cada contexto, na busca pelos efeitos cognitivos que tornam a interpretação relevante.

#### 7.4 A RELEVÂNCIA E A ICONICIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNÇÃO

Encerrar aqui a exposição de uma explicação relevantista da conjunção, depois que abordagens consagradas como a de Grice e Levinson foram submetidas a um crivo analítico tão severo, seria, no mínimo, decepcionante. Especialmente porque o meu relato alternativo sobre o processo de influência do conhecimento, embora mais econômico do que o de Levinson (2000), ainda padece, residualmente, de algumas dificuldades que acometiam também sua proposta. Vou, então, recapitular as mesmas críticas que fiz a ela no capítulo 2 e mostrar como, ao contrário da sua teoria, o enquadramento relevantista permite vislumbrar respostas viáveis e interessantes.

Em primeiro lugar, nada do que foi exposto até aqui lança luz sobre a maciça preponderância de conjunções que, de fato, seguem a sequência icônica (em que o primeiro elemento é entendido como anterior ao segundo), como é o caso de virtualmente todos os exemplos de conjunções narrativas que examinamos neste trabalho (cf. exemplos (2)-(5) e (8)). Em segundo, a ideia de que os enriquecimentos da conjunção ocorrem para facultar a derivação de efeitos cognitivos junto ao conhecimento local e geral também não dá conta de explicar os casos em que a conjunção é enriquecida a despeito de não haver *nada* previamente conhecido sobre as Situações fundidas ((17) e (18) repetidos abaixo). E, por fim, até o momento, minha proposta se presta

ainda a ser falseada pelos casos em que o enriquecimento obedece a sequência icônica, contrariando o que está no conhecimento enciclopédico (como (16)).

(16) O bandido morreu e o policial atirou.

(17) Sally cozinhou alguns vegetais e começou a se sentir otimista.

(18) Bill foi ao analista e caiu em um bueiro.

Carston (2002b) argumenta que o fato de a relevância ser medida, não somente pelos *efeitos* que um *input* pode provocar, mas também pelo *esforço* que seu processamento demanda é a chave para acomodar e solucionar essas aporias no amplo panorama relevantista. Se assumimos que a sequência icônica é, por alguma razão, mais *fácil* de processar, o princípio comunicativo da relevância preveria que, de fato, os falantes tenderiam sempre a respeitá-la, a menos que houvesse uma indicação explícita para o contrário. Um princípio de sequenciação temporal não seria, então, necessário para explicar a persistência de interpretações icônicas.

De fato, há razões que, embora não sejam apodíticas, sugerem que a cognição favorece formas de processamento icônicas. Lloyd (1989, cap. 8) argumenta em prol do que ele chama de *psicodinâmica narrativa*: a ideia de que uma das estruturas básicas do pensamento humano – em contraposição à idealização encarnada nos sistemas lógicos clássicos – se dá sob a forma de *narrativas*. Diante de uma sequência de representações mentais, a mente humana prefere enxergar uma espécie de *enredo* a um encadeamento lógico tradicional. O conector conceitual básico desses enredos narrativos que enxergamos em toda parte, segundo ele, é justamente o operador DEPOIS, que é geralmente invocado nas interpretações icônicas da conjunção.

Realmente, como observa Carston (2002b, p. 251), quando confrontados com uma série de estímulos proximais, nossa mente atribui sequenciação temporal *com base* na ordem em que eles foram apresentados. O tempo é apreendido da sequência de apresentação dos estímulos. Por exemplo: quando processamos primeiro a imagem de uma pessoa bebendo cerveja e, em seguida, a imagem dessa pessoa entrando em um carro, interpretamos, imediatamente e de maneira reflexa, que a pessoa bebeu cerveja *antes* de dirigir. O mesmo ocorre com a percepção em outras modalidades sensoriais, como a sonora. Se ouvimos primeiro um apito e, em seguida, um som de explosão,

supomos que o soar do apito antecedeu a explosão. Em ambos os casos, a ordem em que os estímulos são processados é entendida como a mesma ordem em que os Eventos aconteceram no mundo.<sup>55</sup> A obviedade banal com que nos soam tais observações é uma evidência da força dessa orientação icônica da cognição (cf. SWEETSTER, 1990, p. 87-93). Blakemore e Carston (2005, p 576) resumem bem esses pontos:

A alegação aqui é que a cognição humana é configurada de modo a achar natural (e, portanto, menos oneroso) processar informações sucessivas sobre eventos – sejam ostensivamente comunicados ou não – como cronologicamente sequenciadas na ordem em que elas chegam [...]. Afinal de contas, no caso de uma sequência de estímulos visuais ou auditivos causados por fatos do mundo natural (ao contrário daqueles que são

---

<sup>55</sup> Essa sequenciação linear dos Eventos com base na ordenação da percepção é, de fato, a regra nos estímulos naturais, mas é possível contrariá-la em criações humanas, especialmente criações artísticas, como a literatura e o cinema. Nessas criações, podemos ter a apresentação anterior de uma representação que é (re)avaliada como tendo ocorrido *depois* da representação que a sucede no fluxo estimulatório linear. Podemos ter, por exemplo, no início de um romance, a narração da morte do personagem, e, na segunda página, a narração do seu nascimento. Em um filme, podemos ter, na primeira cena, a apresentação da imagem de uma casa, e na cena seguinte, um *flashback* de uma construção, que deve ser interpretada como o Evento que deu origem à casa. É curioso que essas estruturas não-lineares não podem ser reproduzidas em outras formas artísticas, como a música (cf. LERDAHL; JACKENDOFF, 1983). Não é possível interpretar que sons que antecedem outros sejam, na verdade, sequências de eventos tonais (*pitch-events*) posteriores aos tons que a sucedem. Parece haver, portanto, uma restrição *categórica* ao processamento temporalmente não-icônico de estímulos sonoros, ao contrário do que ocorre com a visão, na qual esse processamento é apenas *preferencialmente preterido em favor do icônico* (embora seja uma preferência muito forte). Uma possível exceção são peças altamente *programáticas* ou *descritivas*. Um exemplo que vem à mente é a obra *An American in Paris* de George Gershwin, na qual o tema inicial que imita os sons de uma avenida movimentada de Paris é sucedido por um tema em *blues* tipicamente americano, que pode ser interpretado como uma “reminiscência” sonora que remete o ouvinte a um passado anterior ao tema parisiense. Ainda assim, a ordem não-linear aí não parece ser exatamente a dos eventos tonais, mas sim a das *imagens* evocadas por esses eventos. Esses tópicos – ainda muito mal compreendidos – seriam objetos de estudo interessantes para teorias que abordassem a arte sob um viés cognitivo.

obra de um agente intencional), não podemos senão interpretá-los segundo a ordem em que eles aparecem, porque eles impingem nossos receptores nessa ordem.

Há alguma comprovação empírica para a maior facilidade de processamento de conjunções que seguem narrativamente a sequenciação icônica. Thompson et al. (2012) constataram, por meio da metodologia experimental *Response Serial Visual Presentation* (RSVP), que o tempo de produção de sentenças com conjunções temporais icônicas (depois de uma apresentação, palavra por palavra das mesmas sentenças em uma tela de computador) era menor do que o de conjunções meramente lógicas e simétricas. Embora haja alguns problemas metodológicos e teóricos graves com esse estudo – tributários, principalmente, do fato de eles se apoiarem na hipótese de Bjorkman (2013), que já mostrei ser equivocada – pode-se tomar esse resultado parcial como um reforço à ideia de que há uma certa tendência natural do processamento à iconicidade. Essa tendência, presumivelmente, reduz o custo cognitivo de estímulos icônicos.

Se a sequenciação icônica facilita o processamento (e se ela é compatível com as “habilidades e preferências” dos comunicadores), segue-se que ela deve ser preferida, mesmo nos casos em que os conhecimentos enciclopédicos já bastariam para direcionar a uma interpretação temporal da conjunção. Não optar pela orientação icônica seria submeter o ouvinte a uma carga de processamento maior desnecessariamente, e isso contraria o princípio comunicativo da relevância. É por isso que todos os casos de conjunções temporalmente ordenadas de acordo com o conhecimento enciclopédico (como (56), (1)-(5) e (8)) também seguem a ordem icônica. Nesses exemplos, “a sequenciação temporal é fundamentada tanto nas considerações sobre a maior facilidade de processamento, quanto na ideia de que há um *script* que representa os eventos como tendo ocorrido nessa sequência” (CARSTON, 2002b, p. 252)

Nos casos em que há uma presumida ausência de *scripts* narrativos prévios, como (17) e (18), a facilidade de processamento é suficiente para estabelecer a ordenação. Como não há nada nesses casos que contrarie uma sequenciação temporal (como a presença de um Estado Estático, por exemplo), a conjunção será interpretada como enriquecida pela função DEPOIS. Essa modulação tem um *custo* de processamento muito baixo, precisamente por conta da orientação

naturalmente icônica da nossa cognição, e, mesmo que o contexto não disponha de suposições que possam interagir com ela de forma muito significativa, alguns efeitos cognitivos a mais podem ser derivados da conjunção enriquecida, em comparação com a LF, que contém apenas FUNDIR.

Casos mais problemáticos são aqueles, como (16), em que há conflito entre a ordem icônica e alguma estrutura narrativa armazenada na memória.

(16) O bandido morreu e o policial atirou.

Ao que parece, é a orientação icônica do processamento que sempre sai “vitoriosa” nesse duelo pela interpretação. Na ausência de uma prosódia marcada, interpretamos que o policial atirou depois de o bandido morrer, mesmo que isso contradiga nossas expectativas. Vejamos outros exemplos:

(57) a. Maria bateu na mesa e se irritou.

b. O barulho foi ouvido por toda a parte e o prédio desabou.

c. Luíza e Carla pediram a conta e comeram o jantar.

d. Carlos abriu a porta e Maria deu a chave para ele.

Não pretendo ocultar que, assim, sem a imersão em um contexto mais específico, tais enunciados tenham aceitabilidade duvidosa e apresentem certa anomalia. Ainda assim, a explicatura mais acessível para cada um deles parece ser a interpretação icônica, na qual o Evento da primeira sentença é entendido como anterior ao da segunda, embora haja um *script* altamente saliente (acessado por meio dos conceitos codificados na LF) que contraria diretamente essa sequenciação. Em (57a), interpretamos que, por alguma razão, Maria se irritou *depois* de ter batido na mesa. Em (57b), o barulho (seja lá qual for sua procedência) foi anterior ao desabamento do prédio – embora nós saibamos que prédios que desabam em geral provocam um barulho posterior. Em (57c), compreendemos que Luiza e Carla pediram a conta *antes* de comerem o jantar, embora isso contrarie fortemente o famoso *frame* associado a restaurantes. Por fim, em (57d), é dito que Maria deu a chave para Carlos apenas *depois* que ele abriu a porta. Como podemos explicar, através da ideia de relevância, essa aparente preponderância das interpretações icônicas sobre os *scripts*?

Não sei se disponho de uma solução plenamente satisfatória para esse impasse. Neste ponto, elucubrações teóricas desarmadas de um procedimento para *quantificar* os pesos relativos dos fatores *efeito* e *esforço cognitivos* correm o risco de tornarem-se *ad hoc* ou simplesmente não-falseáveis. Quando nos deparamos com esse tipo de conflito entre as forças que definem a relevância, a própria definição de relevância torna-se vaga, para fins preditivos. Como não tenho condições de remediar isso aqui, assumirei o risco e proporei apenas uma hipótese despretensiosa, baseada em premissas já lançadas.

A iconicidade é uma tendência natural da cognição humana, e sequências verbais que exploram essa propriedade são, presumivelmente, mais brandas ao processamento. Além disso, produzir sequências icônicas de conjunções narrativas não requer do falante nenhum esforço descomunal. Até onde o ouvinte sabe, todos os falantes são capazes de produzi-las (e, até onde o falante supõe, todos os ouvintes têm mais facilidade em interpretá-las do que sequências não icônicas). Isso leva o ouvinte a supor que *sempre que uma conjunção for interpretada narrativamente, a interpretação seguirá a orientação icônica*. Não haveria por que o falante não reduzir o esforço de processamento do ouvinte se ele pudesse fazê-lo de uma forma tão fácil quanto a simples disposição icônica dos elementos conjungidos.

Um falante que pretende chamar a atenção do seu ouvinte com um estímulo de comunicação ostensiva deve fazer com que esse estímulo seja o mais relevante que ele conseguiria produzir naquele contexto (i.e., o que gera mais efeitos cognitivos a um custo de processamento *mais baixo possível*). Como a sequenciação icônica é *sempre possível* e *sempre mais fácil de processar* ela será a regra para a interpretação da conjunção narrativa. Por isso, se disposição linear de uma conjunção porventura conflitar com algum *script* armazenado (como ocorre em (16) e em (57)), o ouvinte optará sempre por preservar a ordem icônica na interpretação. Ele vai supor que, se o falante quisesse afirmar uma ordem que está em conformidade com os *scripts*, ele teria enunciado as sentenças nessa mesma ordem (dado que isso não requereria dele um esforço adicional e facilitaria o processamento). Como ele não enunciou os elementos nessa ordem, a interpretação que prevalecerá será aquela que contradiz o conhecimento enciclopédico.

Além disso, estamos sempre preparados para reconhecer que a ordem em que certas Situações ocorrem no mundo pode ser contrária à ordem em que elas *geralmente* ocorrem. O nosso aparato cognitivo não está impedido de reconhecer exceções aos *scripts* e a existência de fatos

inusitados no mundo. Não há nada de contraditório em (16) ou em (57) que nos impeça de interpretá-las iconicamente. A pragmática não deve preceituar a *impossibilidade* de interpretações de enunciados que relatam Eventos estranhamente ordenados porque, de fato, nós conseguimos interpretar esses enunciados. Não cabe a uma teoria do uso linguístico ditar quais Situações podem e quais Situações não podem ser relatadas. O que a pragmática pode e deve prever é a estranheza que certos enunciados (como (16) e (57)) nos causam. E, na abordagem relevantista, essa previsão é um corolário do fato de que, nos exemplos citados, a ordem das Situações contradiz a ordem prevista em estruturas de conhecimento mentalmente armazenadas.

## 7.5 CASOS RESIDUAIS

Há, entretanto, alguns casos em que *aparentemente* a sequência prevista no nosso conhecimento de mundo prevalece sobre a orientação icônica. Já citei alguns deles nas minhas objeções à proposta semântica de Bar-Lev e Paclas (1980) – que inseria a orientação icônica na própria representação lexical do “e” – no capítulo 4. Retomo os exemplos já dados e acrescento mais um:

(11) Se o rei teve um infarto e a república foi declarada e o segundo evento causou o primeiro, então Tom ficará contente.

(27) É só ver quem está jogando e nasceu de janeiro de 1973 para cá.

(28) Chomsky se formou em Harvard e nasceu em Filadélfia.

(58) A Sinfonia Fausto de Liszt estreou em 1857 e o livro Fausto de Goethe foi publicado em 1832.

Nesses casos, a interpretação icônica simplesmente não surge, pois ela seria *conceitualmente malformada*. Em (11) é dito de modo explícito, no conseqüente do condicional, que a ordem em que os itens devem ser interpretados é a ordem não-icônica. Uma interpretação icônica seria, portanto, contraditória com algo que é diretamente enunciado na mesma sentença. Em (27) e (28), por outro lado, uma interpretação icônica da conjunção contrariaria informações conceituais fundamentais e categóricas – ao contrário dos *scripts* que vimos anteriormente, que admitem violações e exceções –, como a ideia de que não é possível praticar esportes ou se formar antes de nascer. Já em (58) uma ordenação icônica contrariaria não somente informações



enciclopédicas (restritas, é bem verdade, a um certo nicho cultural excêntrico), mas também a ordem das datas explicitamente indicadas. Em todos esses casos, portanto, um enriquecimento da conjunção que seguisse o curso natural (e menos custoso) do processamento resultaria em um constituinte conceitual malformado, porque composto por traços contraditórios.

Mas seriam (11), (27), (28) e (58) casos de enriquecimento temporal reverso, um acréscimo de uma função conceitual como ANTES à representação de FUNDIR em LF? Acredito que não. O sentido que a conjunção instancia nesses casos é mais próximo (se não equivalente) ao seu sentido lexical mínimo representado por FUNDIR. A impressão de que a ordem em que as Situações ocorreram é a ordem inversa àquela em que elas são enunciadas não faz parte da forma proposicional, da explicatura desses enunciados (exceto no exemplo (11), no qual essa ordem é explicitamente enunciada no consequente do condicional); a ordem inversa é um mero acarretamento decorrente das estruturas conceituais expressas pelas sentenças. Uma maneira de ver isso é reparar que a ordem dos constituintes concatenados, em boa parte dessas sentenças, pode ser invertida sem nenhuma distinção relevante na significação. Esse teste indica que o sentido que as conjunções comunicam nessas sentenças é, realmente, simplesmente a função simétrica FUNDIR:

(27') É só ver quem nasceu de janeiro de 1973 para cá e está jogando.

(28') Chomsky nasceu em Filadélfia e se formou em Harvard.

(58') O livro Fausto de Goethe foi publicado em 1832 e a Sinfonia Fausto de Liszt estreou em 1857.

Outra maneira de mostrar que nenhuma temporalidade está inclusa na representação conceitual enriquecida do “e” nessas sentenças é submetê-las ao critério do escopo, discutido no capítulo 3. Vejamos como se saem (28) e (58) nesse teste para identificar constituintes proposicionais:

(28'') ? Não é verdade que Chomsky se formou em Harvard e nasceu em Filadélfia, o que aconteceu foi que ele nasceu em Filadélfia e se formou em Harvard.

(58'') ? Eu não acredito que A Sinfonia Fausto de Liszt estreou em 1857 e o livro Fausto de Goethe foi publicado em 1832, mas sim que

o livro Fausto de Goethe foi publicado em 1832 e a Sinfonia Fausto de Liszt estreou em 1857.

Claramente, quando colocados sob o escopo de um operador proposicional, vemos que as informações temporais que porventura podemos deduzir desses exemplos não integram a proposição, mas são meros acarretamentos. O enunciado em (28'') soa contraditório porque é a *mesma* proposição que está sendo negada e afirmada, independentemente da ordem em que estão dispostos os constituintes. Algo semelhante ocorre em (58''). Eles não configuram, portanto, exceções à generalização que formulei na última seção, de acordo com a qual todas as instâncias narrativas da conjunção seguem a sequência icônica (ainda que isso contradiga *scripts* altamente salientes) a fim de facilitar o processamento.

Eu acredito que (11), (27), (28) e (58) simplesmente não são usos *narrativos* do “e”. Esses enunciados provavelmente são empregados em contextos nos quais a ordem em que as Situações ocorreram simplesmente não é relevante (i.e. não geraria efeitos cognitivos), e a iconicidade (que só é capaz de auxiliar nas interpretações narrativas) não entra em jogo. É por isso que o falante pode, sem nenhum problema para a relevância, passar por cima da ordem que seria icônica. A relevância da conjunção é atingida, aí, por outros modos ((28) e (58), por exemplo, poderiam ser relevantes como respostas a perguntas em uma prova ou em um questionário). Nas palavras de Blakemore e Carston (2005), “as sentenças unidas aí parecem constituir uma simples lista na qual nada se articula à ordem em que os elementos são enunciados” (p. 579).

Um fenômeno similar ocorre com outro caso não-narrativo da conjunção, que vem nos acompanhando – sem muitos comentários – desde o primeiro capítulo. Trata-se do exemplo (7), repetido abaixo juntamente com outros dois exemplos similares extraídos de Blakemore e Carston (1999; 2005):

(7) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, e sermos governados de forma própria do autoritarismo.

(59) A esposa dele está no hospital e João está saindo com outras mulheres.

(60) Jorge é um linguista e não sabe escrever.

Kitis (2000) sugere que a função do “e” aí vai além da mera conjunção de sentenças. Ela argumenta que, nesses usos, o “e” comunica uma espécie de *recurso emotivo* que indica o envolvimento moral do falante com o discurso. O que faz com que o “e” seja capaz de ter esse efeito é o fato de ele ser prototipicamente empregado para fundir “valores previsíveis *default* em um mesmo *frame*” e de, nesses casos, ele estar realizando “uma tentativa abortiva de juntar dois *frames* incompatíveis” (KITIS, 2000, p. 378). Kitis (2000) nota também que o mesmo efeito não pode ser reproduzido com o “mas”, que parece “suavizar” o contraste entre os *frames*:

(7’) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, mas somos governados de forma própria do autoritarismo.

(59’) A esposa dele está no hospital, mas João está saindo com outras mulheres.

(60’) Jorge é um linguista, mas ele não sabe escrever.

Há, certamente, um sentimento de indignação comunicado a partir de (7), (59) e (60) que não se reproduz perfeitamente em (7’), (59’) e (60’). Isso precisa ser explicado pela pragmática. Não me parece plausível, entretanto, incluir essa nuance “emocional” como parte de um enriquecimento particular da função FUNDIR. O sentido mínimo e simétrico da conjunção parece ser suficiente para explicá-la. Note-se que o mesmo efeito pode ser atingido se a ordem dos constituintes for invertida:

(7’’) Estamos na situação de sermos governados de forma própria do autoritarismo e de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas.

(59’’) João está saindo com outras mulheres e a esposa dele está no hospital.

(60’’) Jorge não sabe escrever e é um linguista.

Nos termos que venho usando até aqui, o que ocorre com esses exemplos é que função FUNDIR une, em uma mesma Situação, duas Situações que – segundo nosso conhecimento enciclopédico (encarnado em *frames*, *scripts* ou em qualquer outra estrutura de armazenamento) – pensamos ser incompatíveis. Para essa união, não interessa propriamente a ordem, dado que o conceito de fusão mereológica

expresso pelo “e” é comutativo. No caso (7), se vivemos em um regime constitucional, esperamos ser governados de uma forma democrática, e não autoritária; paralelamente, se somos governados de forma autoritária, não esperamos estar em um regime constitucional. Em (59), se alguém tem um familiar próximo internado em hospital, esperamos que essa pessoa não esteja se divertindo (e muito menos que ela esteja traindo a pessoa que está doente); igualmente, se alguém está se divertindo, não imaginamos que essa pessoa tenha um familiar no hospital. Já o exemplo (60) contraria nossa expectativa de que os linguistas são pessoas altamente letradas e de que pessoas iletradas não são linguistas.

Nos casos em que o “e” é substituído pelo “mas”, essa ideia de fusão – inerente à semântica do “e” – se perde, dando lugar ao significado procedural codificado pelo “mas”, que exige que interpretemos os dois enunciados concatenados como unidades de processamento e representação *distintas* (cf. BLAKEMORE, 2002).<sup>56</sup> O “mas” codifica a instrução de que certas inferências que poderiam ser deduzidas do enunciado anterior devem ser canceladas no processamento do enunciado que se segue. Para que isso seja possível, é necessário interpretar o primeiro enunciado como uma unidade conceitual *separada* do segundo (do mesmo modo como ocorria com os casos de concatenação paratática). Isso não é permitido pela semântica do “e”, que codifica a ideia de integração entre conceitos, formando uma *unidade representacional*. Por exemplo, em (59’), o “mas” que introduz a segunda sentença cancela as implicações contextuais de que João deve estar vivendo um momento difícil, de que ele deve estar passando os dias ao lado de sua esposa, de que ele está muito preocupado, etc. Em (60’), o “mas” poderá cancelar a inferência de que Jorge deve ser muito letrado e culto. A reação emocional forte comunicada pelas contrapartes conjuntivas dessas sentenças emerge justamente do fato de que essas inferências *não são canceladas*, mas são contrastadas com a fusão de Situações que é explicitamente expressada.

Um tratamento exaustivo desses e outros casos adicionais que o leitor certamente será capaz de idealizar não será oferecido neste trabalho. Eu os invoquei aqui apenas para mostrar que *existe mais de*

---

<sup>56</sup> Os teóricos da relevância fazem uma distinção interessante entre significado conceitual – que fornece representações sobre estados de coisas – e significado procedural – que oferece instruções sobre como processar os enunciados (que tipo de contexto recrutar, que tipos de inferências derivar, etc.) (cf. BLAKEMORE, 2002).

*uma maneira pela qual a conjunção pode garantir uma relevância acima daquela que haveria na simples afirmação das proposições que a compõem.* O enriquecimento (temporal, causal e especial), que foi o foco das minhas investigações é apenas uma delas. Em outras circunstâncias – como todas aquelas de que tratei nesta seção – a conjunção é relevante gerando efeitos cognitivos positivos mesmo sendo empregada com seu sentido lexical mínimo, a função FUNDIR.

## 7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a relevância de um estímulo é otimizada quanto menor o esforço que o falante tem para processá-lo e quanto mais numerosos são os efeitos cognitivos (que incluem implicaturas e outros ajustes às suposições mutuamente assumidas), as conjunções tenderão sempre a seguir a sequência icônica (pois isso diminui o esforço interpretativo) e a incorporar, *via modulação*, informações contextuais altamente salientes (pois, muitas vezes, são essas informações que autorizam a derivação de efeitos cognitivos). Esse argumento, que está no cerne do tratamento relevantista da conjunção, consegue compatibilizar, de uma forma econômica e empiricamente adequada, as virtudes das duas heurísticas propostas para guiar a interpretação da conjunção que discuti no capítulo 2: a máxima do Modo e o Princípio da Informatividade.

Desse modo, acredito que possamos revisar o paradigma de análise instituído por Grice (1981, 1989) substituindo a heurística responsável para gerar as interpretações pragmáticas da conjunção por aquela que decorre do princípio comunicativo da relevância. A relevância configura um mecanismo pragmático ao mesmo tempo simples e potente, que é capaz de explicar até mesmo algumas interpretações aparentemente problemáticas da conjunção. Essa abordagem também se revelou dócil a uma integração com a semântica conceitual de Jackendoff (1983, 1992, 2002) e com a compreensão dos ajustes de sentido da conjunção como instâncias de *modulação*, segundo o entendimento de Recanati (2004, 2010).



## CONCLUSÃO

Na introdução e em outros momentos deste trabalho referi-me a três elementos que são essenciais em qualquer explicação para a variedade de leituras da conjunção: (1) heurísticas pragmático-cognitivas; (2) uma noção de inferência pragmática baseada nessas heurísticas e, por fim, (3) um conteúdo semântico mínimo, a ser inferencialmente desenvolvido de acordo com essas heurísticas. Argumentei, ao longo dos primeiros capítulos, que o modo como Grice (1981) e seus seguidores responderam a cada um desses pontos – a saber: (1) a heurística em questão é uma máxima icônica de sequenciação; (2) a inferência em questão é uma implicatura e (3) o conteúdo semântico mínimo é uma função de verdade – é empiricamente inadequado e teoricamente custoso.

Consequentemente, busquei, na última parte desta dissertação, esboçar uma solução para cada um desses problemas. Resumo-as aqui: (1) a heurística em questão é o princípio comunicativo da relevância, tal qual definido em Sperber e Wilson (1995); (2) a inferência em questão é um tipo de *modulação*, ou, mais especificamente, de enriquecimento pragmático livre, tal qual definido por Recanati (2010) e, enfim, (3) o conteúdo semântico mínimo da conjunção – isto é, aquele que está associado ao “e” pelas regras lexicais da língua – é o que chamei de FUNDIR, uma função conceitual que captura a noção de *integração* entre eventualidades.

Cada um desses tópicos poderia ser melhor desenvolvido, talvez a ponto de germinar, por si só, uma dissertação mais exaustiva e minuciosa do que esta que escrevi. Não soube, entretanto, separar com tanta destreza qualquer das questões de que tratei das demais (como indicam as frequentes referências cruzadas entre os capítulos), de modo que apenas uma delas pudesse receber um tratamento mais atomizado, pleno e sistemático. Acho que isso decorre, em parte, da própria natureza do fenômeno da interpretação da conjunção, que, como vimos, é, em si mesmo, um emaranhado quase indissolúvel entre semântica, pragmática e até sintaxe. Ademais, como todo fenômeno linguístico interessante, este também incita discussões fundacionais, tais quais: a natureza da composição semântica, a arquitetura da gramática, a relação entre lógica e linguagem e a interface entre sintaxe e os sistemas de pensamento. Não me furtei a examinar – ainda que de maneira por vezes pedestre – cada uma delas.

Creio que a parte de crítica a Grice seja a porção mais bem acabada e definitiva do meu trabalho; é também, coincidentemente, a parte mais bem respaldada em uma literatura forte. O ponto que me parece mais pendente e frágil é a recomendação do princípio gerador das modulações da conjunção questão. Há uma série de críticas independentemente motivadas à Teoria da Relevância (cf. LEVINSON, 2000) e eu não tenho uma resposta pessoal para elas. Na carência de uma resposta, abraçá-la integralmente me parece uma opção arriscada. A ciência, entretanto, não se faz sem o assentimento a riscos e sem pressupostos mais ou menos arbitrários. Acredito, no entanto, que essa aposta, por mais frágil que seja, de fato é melhor do que as alternativas disponíveis no mercado das ideias linguísticas no trato do fenômeno da conjunção. O mesmo pode ser dito, com mais segurança ainda, acerca do contextualismo e da semântica conceitual.

A minha proposta demandou esse casamento teórico peculiar entre a abordagem conceitualista de Jackendoff na semântica, o contextualismo na filosofia e a teoria da relevância na pragmática. Um dos exercícios mais frutíferos desta dissertação, a meu ver, foi justamente esse. Não conheço nenhum outro trabalho que tenha pretendido reunir, em prol de um entendimento empírico, essas vertentes do estudo da linguagem. Aqui, todavia, essa união irrompeu como um corolário quase espontâneo das soluções que vislumbrei para os dilemas da conjunção. Se essas soluções se me afiguraram como, de algum modo, contundentes, penso que mescla de concepções teóricas da linguagem em que elas se assentam deve, também, ter alguma pertinência. Ao menos suficientemente ao ponto de ter me convencido a prosseguir com *essa conjunção* no futuro.



REFERÊNCIAS<sup>57</sup>

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. Echelles argumentatives, echelles implicatives et lois de discours. *Semantikos*, vol. 2, p. 43-67, 1978.

ATLAS, J. D. *Logic, meaning and conversation: semantical underdeterminacy, implicature and their interface*. New York: Oxford University Press, 2005.

AUSTIN, J. L. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

BACH, E. On time, tense and aspect: an essay in English metaphysics. In: COLE, P. (ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

\_\_\_\_\_. The algebra of events. *Linguistics and philosophy*, v. 9, n. 1, p. 5-16, 1986.

BARSALOU, L. W. Ad hoc categories. *Memory & cognition*, v. 11, n. 3, p. 211-227, 1983.

BAR-LEV, Z; PACLAS, A. Semantic command over pragmatic priority. *Lingua*, v. 51, n. 1, p. 137-146, 1980.

BASSO, R. ILARI, R. Estativos e suas características. *Revista brasileira de linguística aplicada*, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2004.

BJORKMAN, B. M. *A syntactic correlate of a semantic asymmetry in clausal coordination*, 2013. Disponível em: ([http://individual.utoronto.ca/bjorkman/papers/Bjorkman%20\(2013\)%20Syntactic%20Correlates%20\[NELS%2041\].pdf](http://individual.utoronto.ca/bjorkman/papers/Bjorkman%20(2013)%20Syntactic%20Correlates%20[NELS%2041].pdf)). Acesso em: 13 mai 2015).

BLAKEMORE, D. *Relevance and linguistic meaning: the semantics and pragmatics of discourse markers*. New York: Cambridge University Press, 2002.

---

<sup>57</sup> Todas as traduções foram feitas por mim.

BLAKEMORE, D.; CARSTON, R. The pragmatics of sentential coordination with *and*. *Lingua*, v. 115, n. 4, p. 569-589, 2005.

\_\_\_\_\_. The pragmatics of *and*-conjunctions: the non-narrative cases. *UCL Working Papers in Linguistics*, v. 11, 1–20, 1999.

BORG, E. *Minimal semantics*. New York: Oxford University Press, 2004.

BOWLER, M. Conjunction and disjunction in a language without 'and'. *Semantics and Linguistic Theory*, v.24, n.1, p. 137-155, 2014.

CAPPELEN, H.; LEPORE, E. *Insensitive semantics: A defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

CARSLON, G. A unified analysis of the English bare plural. *Linguistics and philosophy*, v. 1, n. 3, p. 413-457, 1977.

CARSTON, R. *Explicature and semantics*. Disponível em: (<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robyn/pdf/explicaturesem.pdf>. Acesso em: 31 ago 2014).

\_\_\_\_\_. Implicature, explicature and truth-theoretic semantics. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Linguistic meaning, communicated meaning and cognitive pragmatics. *Mind and Language*, v. 17, n. 1, p. 127-148, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Malden: Blackwell Publishing, 2002b.

CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge: MIT Press, 1986.

\_\_\_\_\_. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S.; KRIPARSKY, P. (eds.) *A festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

\_\_\_\_\_. *Language and responsibility*. New York: Pantheon Books, 1979.

\_\_\_\_\_. *Language and Thought*. Kingston: Moyer Bell, 1993.

\_\_\_\_\_. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

\_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *New horizons in the study of language and the mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton, 1972.

\_\_\_\_\_. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CLARK, B. *Relevance theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

COHEN, J. How is conceptual innovation possible? *Erkenntnis*, v. 25, n.2, p. 221-238, 1986.

\_\_\_\_\_. Some remarks on Grice's views about the logical particles of natural language. In: BAR-HILLEL (ed.) *Pragmatics of Natural Languages*. Dordrecht: Reidel, 1971.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COPI, I.; COHEN, C.; McMAHON, K. *Introduction to logic*. Harlow: Pearson, 2014.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CULICOVER, P.W. Om-sentences: on the derivation of sentences with systematically uninterpretable interpretations. *Foundations of language*. v. 8, n.2, p.199-236, 1972.

CULICOVER, P.W; JACKENDOFF. R. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DOWTY, D. The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics? *Linguistics and Philosophy*. v. 9, n.1, p. 37-61, 1986.

\_\_\_\_\_. *Word meaning and Montague grammar: the Semantics of verbs and times in generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: Reidel, 1979.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FILIP, H. *Aspect, eventuality types and nominal reference*. New York: Garland, 1999.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

FODOR, J. *The Language of Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009.

GAZDAR, G., KLEIN, E., PULLUM, G., SAG, I. *Generalized phrase structure grammar*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

GAZDAR, G. *Pragmatics: implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GIBBS, R. W.; MOISE, J. F. Pragmatics in understanding what is said. *Cognition*, v. 62, n. 1, p. 51-74, 1997.

GILMORE, C. Parts of propositions. In: KLEINSCHMIDT, S. (ed.) *Mereology and location*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GRICE, P. Presupposition and conversational implicature. In: COLE, P. (ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

HARNISH, M. Logical form and implicature. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

HUANG, Y. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HUMBERSTONE, L. *The connectives*. Cambridge: MIT Press, 2011.

HUSSERL, E. *Logical investigations*. New York: Routledge, 2012.

JACKENDOFF, R. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Foundations of language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Genesis of a theory of language: from thematic roles (source) to the parallel architecture (goal)*, 2014. (Disponível em: <http://ase.tufts.edu/cogstud/jackendoff/papers/GenesisofPA.pdf>. Acesso em: 31 ago 2014).

\_\_\_\_\_. Information is in the mind of the beholder. *Linguistics and Philosophy*, v. 8, n. 1, p. 23-33, 1985.

\_\_\_\_\_. *Language, consciousness, culture: essays on mental structure*. Cambridge: MIT Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Semantics and cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983.

\_\_\_\_\_. What is a concept that a person may grasp it? In: *Languages of the Mind*. Cambridge: MIT Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Toward an explanatory semantic representation. *Linguistic inquiry*, v. 7, n. 1, p. 89-150, 1976.

JENKINS, J. J.; WALD, J.; PITTENGER, J. B. Apprehending pictorial events. In: MCCABE, V.; BALZANO, G, J. *Event cognition: an ecological perspective*. New York: Psychology Press, 1986.

JOHANNESSEN, J. B. *Coordination*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KATZ, J.; FODOR, J. A. The structure of a semantic theory. *Language*, v. 39, n. 2, p. 170-210, 1963.

KITIS, E. Connectives and frame theory. *Pragmatics & Cognition*. v.8, n.2, p. 357-409, 2000.

KÖLER, W. *Gestalt psychology*. New York: Liveright, 1929.

KRATZER, A. *Modals and conditionals*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LASNIK, H. *Syntactic structures revisited: contemporary lectures on classic transformational theory*. Cambridge: MIT Press, 2000.

LERDAHL, F.; JACKENDOFF, R. *A generative theory of tonal music*. Cambridge: MIT Press, 1983.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.

LEPORE, E; CUMMING, S. *Meaning and argument*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

LLOYD, D. E. *Simple minds*. Cambridge: MIT press, 1989.

MAIA, M. Processamento de Frases. In: MAIA, M. (org.) *Psicolinguística, psicolinguísticas*. São Paulo: Contexto, 2015.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Relational propositions in discourse. *Discourse processes*, v. 9, n. 1, p. 57-90, 1986.

MARTIN, E. J. The psychological unreality of quantificational semantics. In: SAVAGE, C. W. (ed.) *Minnesota studies in the*

*philosophy of science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1978.

MORTARI, C. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

NUNBERG, G. Transfers of meaning. *Journal of semantics*, v. 12, n. 2, p. 109-132, 1995.

PARTEE, B. Some structural analogies between tenses and pronouns in English. *Journal of Philosophy*, v. 70, n. 18, p. 601-609, 1973.

POSNER, R. Semantics and pragmatics of sentence connectives in natural languages. In: SEARLE, J; KIEFER, F.; BIERSWISCH, M. (ed.). *Speech act theory and pragmatics*. Boston: Reidel, 1980.

PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press, 1995.

RADFORD, A. *Transformational grammar: a first course*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RECANATI, F. Contextualism and anti-contextualism in the philosophy of language. In: TSOHATZIDIS, S. (ed.). *Foundations of speech act theory*. London: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. *Literal meaning*. New York: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. The pragmatics of what is said. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Truth-conditional pragmatics*. New York: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Unarticulated constituents. *Linguistics and Philosophy*, v. 25, n. 3, p. 299-345, 2002.

RECH, N.S.F.; VARASCHIN, G. *Predicados estativos e os tipos de deôntico: ought-to-do e ought-to-be*. No prelo.

RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 479-493, 1905.

\_\_\_\_\_. *The principles of mathematics*. New York: Norton & Co., 1938.

SEARLE, J. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge university press, 1969.

SCHMERLING, S. F. Assymetric conjunction and rules of conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. *Syntax and semantics v. 3: Speech Acts*. Orlando: Academic Press, 1975.

SEUREN, P. Presupposition and negation. *Journal of Semantics*, v. 6, n. 1, p. 175-226, 1988.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Meaning and relevance*. New York: Cambridge University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Blackwell, 1995.

\_\_\_\_\_. Teoria da Relevância. *Linguagem em Discurso*, v.5, n. 1, p. 221-268, 2005.

SIMONS, P. *Parts: a study in ontology*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

STANLEY, J. *Language in context: selected essays*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

STRAWSON, P. *Introduction to logical theory*. New York: Routledge, 2011.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: the mind-body metaphor in semantic structure and semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge: MIT press, 2000.



TAYLOR, B. Tense and continuity. *Linguistics and philosophy*, v. 1, n. 2, p. 199-220, 1977.

THOMPSON, E. et al. The processing of asymmetric and symmetric sentential conjunction. *International Journal of Language Studies (IJLS)*, v. 6, n. 4, p. 25-40, 2012.

TXURRUKA, I. G. The natural language conjunction 'and'. *Linguistics and Philosophy*. v. 26, n. 1, p. 255-285, 2003.

VARASCHIN, G. O contextualismo semântico na filosofia da linguagem de François Recanati. *Letrônica*, v. 9, n. 1, p. 49-64, 2016.

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.

WERTHEIMER, M. Laws of organization in perceptual forms. In: ELLIS, W.D. *A source book of gestalt psychology*. London: Routledge, 1938.

WIERZBICKA, A. *Lingua mentalis: the semantics of natural language*. Sydney: Academic Press, 1980.

ZWARTS; J.; VERKUYL, H. An algebra of conceptual structure: an investigation into Jackendoff's Conceptual Semantics. *Linguistics and Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 1-28, 1994.



**ANEXO – Amostra de usos da conjunção proposicional**

(1) O painel de plástico é simples e os bancos são forrados em tecido.

(2) A água foi colocada no jarro e o jarro foi levado à geladeira.

(3) Paranaense, filha de um médico da Aeronáutica, começou a estudar arquitetura na Bahia e se formou no Rio.

(4) Guilherme foi atingido no pescoço e morreu sentado no banco de seu carro.

(5) Ele me ofendeu e eu acabei dando o troco.

(6) Carvalinho é fã declarado e recorta tudo que a imprensa publica sobre a atriz.

(7) Estamos na situação de viver sob regime constitucional, das chamadas liberdades democráticas, e sermos governados de forma própria do autoritarismo.

(8) Ontem o grupo de Jorge Luiz convidou os jornalistas para entrar na favela e verificar os locais onde houve a troca de tiros.

(9) 3 anos atrás eu estive em Paris e visitei a Torre Eiffel.

(10) Sorria e o mundo sorri com você.